UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
PROGRAMA DE MESTRADO GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

Luan de Paula Aquino Sodré

DAS OPORTUNIDADES AO ESVAZIAMENTO: UM PANORAMA HISTÓRICO, SOCIOECONÔMICO E TERRITORIAL DE GOVERNADOR VALADARES

Governador Valadares
Maio de 2025

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
PROGRAMA DE MESTRADO GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

Luan de Paula Aquino Sodré

DAS OPORTUNIDADES AO ESVAZIAMENTO: UM PANORAMA HISTÓRICO, SOCIOECONÔMICO E TERRITORIAL DE GOVERNADOR VALADARES

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Integrada do Território, do Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território da UNIVALE.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Augusto Santos.

Co-orientador: Prof. Dr. Alexandre Pimenta Batista Pereira.

Governador Valadares

Maio de 2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas (Sibi/UNIVALE)

Sodré, Luan de Paula Aquino
S679o Das oportunidades ao esvaziamento: um panorama histórico, socioeconômico e territorial de Governador Valadares / Luan de Paula Aquino Sodré ; orientador Mauro Augusto Santos ; coorientador Alexandre Pimenta Batista Pereira. -- Governador Valadares, 2025.
153 p.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2025.

1. Comunidade - Desenvolvimento. 2. Migração. 3. Governador Valadares (MG). 4. Territorialidade. I. Santos, Mauro Augusto dos, orient. II. Pereira, Alexandre Batista Pimenta, coorient. III. Título.

CDD: 307.76

Ficha elaborada pela bibliotecária Me. Isis Carolina Garcia Bispo – CRB 6/3804

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

Luan de Paula Aquino Sodré

"Das oportunidades ao esvaziamento: um panorama histórico, socioeconômico e territorial de Governador Valadares-MG",

Dissertação aprovada em 28 de maio de 2025, pela banca examinadora com a seguinte composição:

gov.br Documento assinado digitalmente
MAURO AUGUSTO DOS SANTOS
Data: 05/06/2025 16:32:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. Mauro Augusto dos Santos
Orientador – GIT/Univale

gov.br Documento assinado digitalmente
PATRICIA FALCO GENOVEZ CAZAROTTO
Data: 05/06/2025 16:36:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dra. Patrícia Falco Genovez
Examinadora – GIT/Univale

gov.br Documento assinado digitalmente
VINICIUS DE AZEVEDO COUTO FIRME
Data: 06/06/2025 07:43:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. Vinícius de Azevedo Couto Firme
Examinador – UFJF-GV

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão primeiramente a Deus, fonte de força e inspiração em cada etapa desta jornada.

Ao meu orientador, professor Doutor Mauro Augusto dos Santos, meus sinceros agradecimentos pela generosidade, paciência e pela serenidade que transmitiu nos momentos mais desafiadores desta dissertação. Sua orientação foi fundamental e seu apoio inestimável para a conclusão deste trabalho.

À minha família, agradeço imensamente pela paciência e compreensão durante minha ausência em diversos momentos. O apoio e o carinho de vocês foram essenciais para que eu pudesse seguir em frente.

Agradeço também à Univale e à UFJF pelo fomento financeiro e por abrirem as portas para que seus colaboradores e servidores possam buscar qualificação e crescimento contínuo. Essa oportunidade foi de grande valia para o meu desenvolvimento profissional e pessoal.

“(...) há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais”

Milton Santos

RESUMO

Governador Valadares constitui-se como um importante pólo urbano, caracterizado por contradições socioeconômicas. Sua trajetória histórica, vinculada a intensos fluxos migratórios, processos de exploração territorial e elevados índices de violência urbana, reflete-se nos atuais desafios de estagnação econômica e limitadas perspectivas de desenvolvimento regional. Este estudo analisa os fatores que comprometem a capacidade do município em atrair e fixar mão de obra, demonstrando como as precárias condições socioeconômicas associadas aos persistentes fluxos emigratórios configuram um ciclo vicioso de esvaziamento populacional e perda de capital humano. A partir de uma abordagem multidimensional, articulam-se indicadores secundários - abrangendo aspectos salariais, violência urbana, mercado de trabalho, habitação, educação e saúde - com referenciais teóricos sobre territorialidade e desterritorialização. Essa análise revela como as restrições ao acesso e apropriação do território resultaram em processos concretos de marginalização material e econômica, manifestos na crescente precarização das condições de vida da população.

Palavras-chave: Governador Valadares-MG; fluxos migratórios; territorialidade; contradições socioeconômicas; interdisciplinaridade.

ABSTRACT

Located in the Vale do Rio Doce region of Minas Gerais, Governador Valadares stands as an important urban center marked by socioeconomic contradictions. Its historical trajectory, characterized by intense migratory flows, territorial exploitation processes, and high urban violence rates, reflects current challenges of economic stagnation and limited regional development prospects. This study examines the factors undermining the municipality's capacity to attract and retain labor, demonstrating how precarious socioeconomic conditions combined with persistent outmigration create a vicious cycle of population drain and human capital loss. Through a multidimensional approach, the research integrates secondary indicators - encompassing wage levels, urban violence, labor market dynamics, housing conditions, education, and health services - with theoretical frameworks on territoriality and deterritorialization. The analysis reveals how restricted access to and appropriation of territory lead to concrete processes of material marginalization, evidenced in the growing precarization of living conditions. The study employs comparative methodology with five similar mid-sized cities in Minas Gerais, combining quantitative data analysis with historical and spatial examination. Findings highlight the interconnected nature of migration patterns, labor market fragility, and urban violence in perpetuating regional underdevelopment. The research contributes to understanding how spatial inequalities and mobility dynamics shape development challenges in Brazilian cities.

Keywords: Governador Valadares-MG**;** outmigration; regional underdevelopment; socioeconomic contradictions; interdisciplinarity

.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH - Banco Nacional de Habitação
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEMPRE - Estatísticas do Cadastro Central de Empresas
CID - Classificação Internacional de Doenças
CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNM - Confederação Nacional de Municípios
CRECI - Conselho Regional dos Corretores de Imóveis
CVPat - Crimes Violentos contra o Patrimônio
CVPes - Crimes Violentos contra a Pessoa
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EFVM - Estrada de Ferro Vitória-Minas
FGV - Fundação Getulio Vargas
FJP - Fundação João Pinheiro
GAEL-GV - Grupo de Análise Econômica Local de Governador Valadares
IEDE - Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais de Minas Gerais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFMG - Instituto Federal de Minas Gerais
IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PIB - Produto Interno Bruto
PIM - Pesquisa Industrial Mensal
PMGV - Prefeitura Municipal de Governador Valadares
REDS - Registros de Eventos de Defesa Social
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGInt - Região Geográfica Intermediária

RGim - Regiões geográficas imediatas

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SENATRAN - Secretaria Nacional de Trânsito

SIM - Sistema de Informações de Mortalidade

SM - salários mínimos

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUS - Sistema Único de Saúde

TCPA - Taxa de Crimes Violentos Contra o Patrimônio

TCPE - Taxa de Crimes Violentos Contra a Pessoa

TCV - Taxa de Crimes Violentos

UEMG - Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

UNIVALE - Universidade Vale do Rio Doce

VAB - Valor Adicionado Bruto

VAF - Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE 12

3 O CONTEXTO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES 19

3.1 LOCALIZAÇÃO DE GOVERNADOR VALADARES 31

4 GOVERNADOR VALADARES: DADOS SOCIOECONÔMICOS 38

5 AS NUANCES DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS 47

6 POSSÍVEIS ANÁLISES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE PERMANÊNCIA EM GOVERNADOR VALADARES 57

6.1 OBJETO DE ANÁLISE 57

6.2 DINÂMICA ECONÔMICA DAS CIDADES ANALISADAS 57

6.2.1 A Questão da Moradia e Remuneração 57

6.2.2 Segurança 83

6.2.3 Educação, Estrutura e Remuneração 104

6.2.4 Índice de Rotatividade 124

6.2.5 Indicadores de Saúde, Estrutura e a Remuneração 132

7 CONCLUSÃO 140

REFERÊNCIAS 142

1 INTRODUÇÃO

Nos versos da canção "Princesa do Vale", composta por Dani Pinho[1], Governador Valadares é poeticamente retratada como a casa do vôo livre, um lar de céu azul e rio serpenteante. Mas além da poesia, a cidade revela uma realidade mais complexa: um importante polo do leste mineiro marcado por contrastes socioeconômicos profundos e uma história entrelaçada com intensos fluxos migratórios. Enquanto o rio Doce continua seu curso, Governador Valadares navega entre seu potencial e seus paradoxos. O mesmo município que já foi impulsionado pela extração de mica e madeira, foi considerado a “terra da promissão”, hoje se destaca como polo de comércio regional com uma economia estagnada e pouco dinâmica. A "Princesa do Vale" carrega, assim, uma coroa pesada: a de conciliar desenvolvimento econômico com equidade social e fomento das oportunidades de trabalho, reparação ambiental e manutenção de seu *status* de pólo regional. Este trabalho se propõe a desvendar esses fios contraditórios que tecem as questões socioeconômicas e demográficas valadarenses, investigando como suas dinâmicas territoriais, econômicas e sociais moldam e são moldadas por esse jogo constante entre permanências históricas e movimentos populacionais.

Esta pesquisa busca explorar as múltiplas dimensões que caracterizam Governador Valadares, desde suas configurações territoriais e dinâmicas urbanas até os fenômenos de desterritorialização que moldam sua realidade contemporânea. Para tanto, adota-se uma perspectiva analítica que articula dados secundários, indicadores urbanos e discussões teóricas sobre território e mobilidade, oferecendo um panorama crítico sobre os potenciais e limitações deste município. Além disso, a pesquisa busca caracterizar a posição de Governador Valadares no contexto socioeconômico atual, com ênfase nos fatores estruturais que impactam, positiva ou negativamente, sua possível capacidade de atrair e reter força de trabalho.

Através de uma abordagem analítica multidimensional, examinamos como múltiplas variáveis, como por exemplo, os níveis salariais setoriais, os índices de violência urbana e as dinâmicas do mercado de trabalho, interagem para configurar um cenário favorável (ou não) à fixação da mão de obra local.

---

[1] PINHO. Dani. "Princesa do Vale". YouTube, 8 de jun. de 2024. 2:36. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QyPiCLAnhfY. Acesso em: 27 de abril de 2025.

A análise também parte do pressuposto de que a ocupação do espaço urbano não ocorre de forma aleatória, mas segue padrões distributivos complexos, moldados por dimensões geográficas, temporais, econômicas e socioculturais. Esses padrões refletem-se nas dinâmicas de interação entre localidades, manifestadas também nas esferas política, econômica e social que, por sua vez, influenciam os processos de oferta e demanda de trabalho, de habitação, de saúde, de educação e segurança, mediados por diversos atores que compõem o tecido social local.

A formação histórica do município oferece bases importantes para compreender a sua configuração atual. Originalmente conhecida como Figueira e vinculada ao município de Peçanha, a região destacou-se desde o século XIX por sua posição estratégica no escoamento da produção do Vale do Suaçuí e do Santo Antônio, consolidando-se como entreposto comercial (ESPINDOLA, 1998). Seu desenvolvimento acelerou-se nas décadas de 1930 e 1940, impulsionado pela exploração da Mata Atlântica e depois pela consolidação como polo comercial e de serviços. Esse período marcou a transformação da paisagem e da economia local, absorvendo mão de obra regional e estabelecendo as bases de sua função polarizadora.

Os conceitos de desterritorialização e reterritorialização, particularmente em sua dimensão econômica, conforme desenvolvido por Haesbaert (2004), nos auxiliam a compreender as dinâmicas territoriais contemporâneas, numa perspectiva analítica, onde o território assume um papel central como elemento estruturante das relações sociais, configurando-se como espaço dinâmico de reprodução material e simbólica. O processo de desterritorialização manifesta-se através da progressiva limitação no acesso, uso e apropriação do território por determinados grupos sociais, gerando uma dupla marginalização que se expressa tanto no plano material quanto no simbólico, o que levaria a uma desterritorialização acompanhada de uma reterritorialização precária dentro do próprio município de Governador Valadares, ou saída desse com uma reterritorialização em outros municípios ou países. Logo, o objeto de estudo desta pesquisa está ancorado em uma abordagem metodológica que parte de problemáticas concretas da realidade social, orientando-se para a produção de conhecimentos aplicáveis, capazes de subsidiar a formulação de políticas públicas e estratégias de planejamento que favoreçam o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades.

Esta dissertação está organizada em sete capítulos, incluindo esta introdução, estruturados de modo a possibilitar uma compreensão abrangente das dinâmicas territoriais e socioeconômicas de Governador Valadares. O primeiro capítulo apresenta a introdução do estudo, na qual são expostos o tema, os objetivos, a justificativa e a metodologia adotada, bem como o percurso teórico e empírico que orienta a pesquisa. O segundo capítulo aborda os fundamentos teóricos relacionados aos conceitos de território e territorialidade, que constituem a base conceitual para a análise desenvolvida nos capítulos seguintes. O terceiro capítulo discute o contexto histórico de formação do município de Governador Valadares, examinando os processos que moldaram seu desenvolvimento regional e incluindo uma subseção dedicada à sua localização e inserção territorial. O quarto capítulo apresenta e analisa os principais dados socioeconômicos de Governador Valadares, situando o município em relação a outros centros urbanos mineiros de médio porte, selecionados por sua função polarizadora e vocação educacional, critérios que envolvem a presença consolidada de instituições de ensino superior e características socioeconômicas similares, ainda que com variações demográficas. O quinto capítulo discute as nuances dos processos migratórios, considerados fundamentais para compreender a dinâmica populacional do município e suas relações com fatores econômicos, sociais e territoriais. O sexto capítulo reúne as análises empíricas realizadas, articulando diferentes eixos temáticos. Por fim, no sétimo capítulo, temos a conclusão do trabalho. Nesse contexto, são examinados aspectos como a dinâmica econômica das cidades analisadas, a questão da moradia e da remuneração, a segurança pública, a educação e sua infraestrutura, os índices de rotatividade e os indicadores de saúde, com destaque para as inter-relações entre estrutura e remuneração.

Por fim, o sétimo capítulo apresenta as conclusões do trabalho, sintetizando as análises desenvolvidas e oferecendo uma caracterização integrada de Governador Valadares a partir dos eixos temáticos explorados ao longo da pesquisa.

2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

O conceito de território é amplamente debatido nas ciências sociais e geográficas, sendo frequentemente associado a questões de poder, identidade e espaço. Ao debruçar sobre a temática, Raffestin (1993) oferece uma importante abordagem quando destaca que a noção de território implica, de forma inerente, a presença de limites, ainda que estes não sejam visíveis ou formalmente traçados, mas que refletem a relação entre um grupo e uma porção do espaço. Essa relação não é apenas simbólica, pois também revela dinâmicas de produção e poder, cujas estruturas profundas podem ser detalhadas ao se analisar as imagens territoriais. Conduzindo a sua reflexão, o autor corrobora que desde o Estado até o indivíduo, incluindo organizações de diversos tamanhos, todos estes atuam como agentes que produzem o território. Ainda, para o autor, o espaço é uma condição anterior ao território, que surge a partir dele por meio de uma ação deliberadamente conduzida por um agente, o qual atua de acordo com um determinado propósito. Quando um espaço é apropriado, seja de forma concreta ou abstrata (como pela representação), ocorre o processo de territorialização, onde o espaço é transformado em território. Note-se que, na concepção do autor, os termos espaço e território não são considerados equivalentes.

Segundo a perspectiva teórica desenvolvida por Raffestin (1993), a ocupação do espaço por indivíduos e grupos sociais segue padrões distributivos específicos, que podem variar entre configurações aleatórias, regulares ou concentradas. Esses arranjos espaciais constituem respostas concretas às condições de distância e acessibilidade vigentes em determinado contexto. O conceito de distância, nesta abordagem, assume um caráter multidimensional, englobando além dos aspectos geográficos e físicos, como também os componentes temporais, psicológicos e econômicos, mantendo íntima relação com os processos de interação entre localidades distintas. Tais interações, manifestas nas esferas política, econômica, social e cultural, geram dinâmicas complexas de oferta e demanda, mediadas pela ação de atores sociais diversos. Essas relações dão origem a sistemas espaciais organizados em estruturas reticulares, compreendendo malhas, nós e redes que se materializam fisicamente no território, gerando diferenciações funcionais e hierárquicas entre espaços. A hierarquização territorial decorre diretamente das prioridades estabelecidas pelos agentes sociais em suas práticas espaciais,

funcionando como mecanismo de organização e controle sobre a distribuição, alocação e apropriação de recursos.

Esses sistemas territoriais cumprem funções sociais essenciais, atuando tanto na manutenção de ordens sociais e espaciais estabelecidas quanto nos processos de integração e coesão territorial. Dessa forma, estes elementos históricos nos ajudam a compreender a organização espacial das sociedades humanas em suas múltiplas escalas e manifestações.

Outra contribuição relevante para a discussão conceitual é a de Santos (2002), que define o território como uma delimitação espacial estabelecida por meio de acordos ou imposições, cujos limites, ainda que variáveis historicamente, apresentam-se como fixos em um dado momento. Quando analisado sob a perspectiva da ocupação sucessiva por um povo, o território passa a ser compreendido como espaço, ou seja, como produto do trabalho humano, moldado pelas regras do modo de produção vigente, as quais se impõe coercitivamente por meio do poder soberano. Segundo o autor, esse poder não apenas estrutura as relações entre classes sociais, mas também influencia diretamente as formas de ocupação do território. Além disso, as ações das sociedades no interior de um território são condicionadas por três fatores interdependentes: o modo de produção dominante no sistema internacional, as particularidades do sistema político local e os legados históricos dos modos de produção anteriores.

Em complemento, Chanlat (1993, apud Fisher, 1989) articula esses conceitos ao destacar que todo ser humano está imerso no espaço e no tempo, dimensões indissociáveis que definem os contextos geo-históricos da ação humana. Para o autor, o espaço remete à nossa espacialidade, abrangendo os diferentes lugares que compõem nossa geografia pessoal e social, bem como as posições que ocupamos individual ou coletivamente. Esses espaços são alvo de múltiplos investimentos, tais como afetivos, materiais, profissionais e políticos, o que transforma-se em fontes de enraizamento que reforçam identidades tanto individuais quanto coletivas. Dessa forma, o território pode ser compreendido como uma realidade intrinsecamente complexa, que surge na intersecção entre espaço, tempo e experiências vividas. Sua natureza não se limita às interações sociais, pois incorpora também a materialidade das formas espaciais resultantes dos processos sociais de dominação e controle. Assim, o território se configura como um fluxo dinâmico, marcado simultaneamente por conexões e enraizamentos.

Sack (1986) compreende o território como uma dualidade essencial: simultaneamente funcional e simbólico. Essa concepção engloba tanto as relações de poder manifestas em suas funções práticas quanto aquelas expressas através dos significados a ele atribuídos. No âmbito do sistema capitalista, prevalece uma concepção instrumental do território, visto primordialmente como recurso passível de dominação, seja para fins de controle político, especulação econômica ou extração de valor. Essa apropriação territorial configura-se fundamentalmente, enquanto territorialidade, como um ato intencional praticado por agentes individuais ou coletivos que visam explicitamente influenciar, regular ou dominar pessoas, fenômenos e relações sociais através da demarcação e controle de porções específicas do espaço geográfico. Logo, o autor propõe, assim, uma compreensão do território como sistema integrado, onde as dimensões material e simbólica coexistem e se interpenetram. Essa realidade territorial é comunicada e reproduzida através de linguagens e sistemas de signos que medeiam as relações entre os atores sociais e o espaço que ocupam. Nesse processo dialético, o território não apenas estrutura as relações sociais, mas é igualmente transformado por elas, configurando um contínuo processo de construção e reconstrução mútua.

> Usar estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações através de uma delimitação e controle de área, isto sim produz um território. Desse modo, a territorialidade é também uma estratégia que estabelece diferentes níveis de acesso às pessoas, recursos e poder e, assim, pode ser colocada dentro do contexto das motivações humanas. (...) Neste ponto, deve estar claro que a territorialidade é socialmente construída, com base em relações que não podem ser classificadas como neutras e que envolvem diversos níveis de razão e significados, apresentando, inclusive, aspectos normativos. (...) Na argumentação de Sack, a territorialidade relaciona-se intimamente com as formas pelas quais as pessoas usam o espaço e nele se organizam, isto é, como elas dão sentido ao lugar (SOARES JUNIOR; SANTOS, 2018, p. 12).

O conceito de território proposto por Haesbaert (2014) carrega, desde sua origem, uma dupla conotação, sendo ela material e simbólica. Em todas as suas acepções, o território está intrinsecamente vinculado ao poder, entendido em uma perspectiva ampla que transcende a dimensão política tradicional. Esse poder se manifesta tanto de forma explícita, relacionada à dominação, quanto implícita ou simbólica, ligada à apropriação. Nesse sentido, o território se constitui em um contínuo

que vai desde a dominação político-econômica, mais concreta e funcional, até a apropriação subjetiva e culturalmente simbólica.

Como representação de um processo contínuo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização se expressam de maneira plural, envolvendo diferentes agentes e escalas de poder, desde indivíduos até instituições como o Estado e organizações diversas. Assim, o território está profundamente imbricado nas dinâmicas de dominação e apropriação que permeiam a relação entre sociedade e espaço. Sua construção atende a objetivos variados de controle social, os quais são definidos por contextos culturais, sociais e individuais específicos.

Para Haesbaert (2014), a territorialidade ultrapassa as dimensões políticas, incorporando também relações econômicas e culturais vinculadas à organização espacial e aos significados atribuídos aos lugares. O autor ainda avança na discussão ao diferenciar território de espaço geográfico: enquanto o primeiro está mais diretamente associado a relações de poder, o segundo é mais amplo, envolvendo a dialética sociedade/natureza.

A territorialidade, por sua vez, é compreendida como um conjunto de relações mediadas (simétricas ou assimétricas) que transcendem o espaço imediato, inserindo-se nos processos de produção, troca e consumo de bens e recursos. Trata-se, portanto, de um sistema relacional tridimensional (sociedade, espaço e tempo) que busca maximizar a autonomia dentro dos limites dos recursos disponíveis.

No que concerne ao conceito de multiterritorialidade, Haesbaert (2014) ressalta que este não constitui uma noção recente, uma vez que os processos de territorialização sempre envolveram a interação entre diferentes territórios, mesmo em escalas individuais ou de pequenos grupos. Contudo, a multiterritorialidade contemporânea apresenta transformações significativas em dois aspectos fundamentais: quantitativamente, pela ampliação exponencial de territórios disponíveis (especialmente para grupos privilegiados); e qualitativamente, pelas novas possibilidades de vivenciar e articular diferentes territórios e territorialidades de forma simultânea ou sucessiva.

> Esta flexibilidade territorial do mundo dito "pós-moderno", embora não seja uma marca universalmente difundida (longe disso), permite que alguns grupos, em geral os mais privilegiados, usufruam de uma multiplicidade inédita de territórios, seja no sentido da sua

> sobreposição num mesmo local, seja da sua conexão em rede por vários pontos do mundo (HAESBAERT, 2007, p. 38).

Haesbaert (2014) também analisa a emergência de territórios-rede flexíveis como característica fundamental da contemporaneidade, onde a capacidade de acesso e mobilidade, tanto no plano físico quanto virtual, configura-se como elemento determinante. Essas novas formas territoriais possibilitam a articulação de múltiplos tipos de territorialidade, gerando experiências espaciais integradas e inéditas. Tal configuração manifesta-se através de um duplo processo dinâmico: por um lado, observa-se uma reterritorialização que valoriza nós estratégicos de alta densidade informacional; por outro, verifica-se uma transformação radical na experiência espaço-temporal, marcada por conexões globais imediatas e de natureza imprevisível. O autor fundamenta que a efetivação da multiterritorialidade contemporânea exige a coexistência de diversificadas formas de territórios e territorialidades, com especial relevo para aquelas de caráter híbrido, predominantemente organizadas como territórios-rede. Estas configurações combinam de maneira singular as características dos territórios-zona, de escala espacial mais limitada, com redes de conexão de abrangência ampliada.

A expressão concreta da multiterritorialidade varia significativamente conforme os distintos agentes sociais envolvidos, desde indivíduos até grupos socioeconômicos, instituições, corporações e o próprio Estado, cada qual operando com objetivos, estratégias e escalas de ação particulares. Do ponto de vista analítico, a multiterritorialidade pode manifestar-se sob diferentes formas: em sua dimensão simbólica, como observado nas diásporas culturais; ou em sua dimensão funcional, exemplificada pelas redes terroristas globais. Quanto à sua configuração espacial, pode apresentar-se sob a forma zonal, baseada em justaposições territoriais, ou reticular, estruturada através de conexões em rede. A dimensão temporal deste fenômeno revela-se igualmente complexa, combinando diferentes ritmos espaciais e sobrepondo múltiplas camadas de territorialidade. Esta abordagem multifacetada demonstra como as novas geometrias de poder se constituem através de arranjos territoriais cada vez mais complexos e dinâmicos, característicos da era contemporânea (HAESBAERT, 2014).

No âmbito da discussão sobre multiterritorialidade, Haesbaert (2007) argumenta que esse fenômeno não se limita à mera coexistência de múltiplos

territórios ou a experiências coletivas compartilhadas. O advento da globalização trouxe consigo relações sociais mais fluidas, nas quais as redes tecnológicas e sociais permitem conexões profundas entre indivíduos geograficamente dispersos. Esse contexto transformou radicalmente as dinâmicas territoriais, especialmente no campo econômico, onde muitos trabalhadores deixaram de depender exclusivamente das estruturas estatais para buscar oportunidades em territórios diversos, muitas vezes radicalmente distintos de seus espaços de origem.

Esse processo é particularmente visível nos fluxos migratórios contemporâneos, que revelam uma complexa dinâmica espacial na qual os indivíduos desenvolvem práticas sociais simultâneas vinculadas a diferentes territórios. A compreensão plena da multiterritorialidade exige, portanto, uma análise cuidadosa tanto dos agentes que a protagonizam quanto dos contextos geográficos de origem e destino que moldam suas trajetórias. Trata-se de um fenômeno que articula escalas locais e globais, criando novas geografias pessoais e coletivas marcadas pela multiplicidade de pertencimentos espaciais (HAESBAERT, 2011).

É imprescindível examinar também o conceito de desterritorialização, particularmente em sua dimensão econômica conforme desenvolvida por Haesbaert (2004). Nesta perspectiva analítica, o território assume papel central enquanto elemento estruturante para a reprodução das relações sociais. A pobreza, quando analisada por este prisma teórico, transcende a mera carência material para revelar-se como manifestação concreta de processos de exclusão socioespacial. Configura-se, assim, um fenômeno complexo de desterritorialização que se expressa através da progressiva limitação das possibilidades de acesso, uso e apropriação efetiva do território por determinados grupos sociais. Esta condição gera uma dupla marginalização: tanto no plano material, pela precarização das condições de vida, quanto no plano simbólico, pela fragilização dos vínculos identitários com o espaço.

O fenômeno da desterritorialização/reterritorialização insere-se no contexto estrutural da globalização econômica, onde a reconfiguração do capitalismo pós-fordista promove um sistemático enfraquecimento das bases territoriais tradicionais. Esse processo transforma radicalmente as dinâmicas locacionais das empresas, precariza as relações laborais e as condições de vida, acentuando os mecanismos de exclusão territorial (HAESBAERT, 2004).

Conforme destaca Haesbaert (2004), a desterritorialização não se reduz a uma condição unilateralmente negativa, mas constitui um processo complexo que envolve

simultaneamente perdas e possibilidades de reorganização espacial. O atual estágio do capitalismo, marcado pela hegemonia do capital financeiro especulativo, cada vez mais desconectado da base produtiva e da geração de empregos, favorece o surgimento de uma economia centrada em setores estratégicos com demandas específicas de mão-de-obra. Paralelamente, assistimos ao desmantelamento progressivo do Estado de bem-estar social, outrora responsável por amortecer os impactos das crises econômicas e à substituição definitiva do modelo fordista por uma lógica globalizada de acumulação flexível e privatização generalizada.

Trata-se, portanto, de um movimento profundamente dinâmico, no qual a saída ou destruição de um território frequentemente se articula com a entrada ou (re)construção em outro espaço, ainda que esta nova territorialização ocorra sob condições de instabilidade e precariedade. Afinal, como demonstra a teoria crítica, algum grau de controle sobre o território permanece condição fundamental para a existência social, mesmo nas configurações mais fluidas do capitalismo contemporâneo (HAESBAERT, 2004).

Na perspectiva adotada neste trabalho, a compreensão da exclusão socioespacial demanda um exame aprofundado das condições materiais de habitação e reprodução social, particularmente no contexto urbano de Governador Valadares. O estudo focalizará a dinâmica imobiliária local, que pode funcionar como mecanismo segregador ao restringir o acesso das populações de baixa renda a territórios dotados de melhores infraestruturas e oportunidades. Desse modo, busca-se analisar em que medida essa conjuntura favorece um ciclo vicioso de fragilização na atração e permanência da força de trabalho local, processo agravado pelos expressivos fluxos emigratórios que caracterizam a dinâmica populacional regional.

A investigação contemplará igualmente a análise da distribuição dos serviços públicos essenciais, com ênfase nos setores de educação e saúde, cuja disposição espacial assimétrica pode reforçar padrões estruturais de marginalização. Outros eixos fundamentais incluem: os salários praticados no mercado formal, verificando se esses cobrem os custos básicos de subsistência e moradia; os desafios relacionados à segurança pública e violência urbana; e a presença de condições degradantes do mercado de trabalho, mensuráveis através da taxa de rotatividade empregatícia, indicador revelador da instabilidade econômica que compromete a formação de vínculos territoriais estáveis.

3 O CONTEXTO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES

A compreensão dos conceitos de espaço, território, territorialidade, multiterritorialidade e desterritorialização/reterritorialização é fundamental e constitui um alicerce teórico indispensável para examinar a trajetória socioeconômica de Governador Valadares. Este arcabouço conceitual possibilita contextualizar os dados empíricos coletados e desenvolver uma análise mais substantiva das dinâmicas espaciais em sua relação dialética com as transformações históricas e econômicas da região. Nessa perspectiva, em primeiro lugar, iremos caracterizar a posição do município no cenário socioeconômico entre os anos 2010 e 2022, com especial atenção aos fatores estruturais que influenciam positiva ou negativamente a capacidade de atração e fixação de força de trabalho qualificada no território municipal. O recorte temporal se dá pela disponibilidade de dados secundários que serão analisados.

No século XIX, o Vale do Rio Doce foi dividido em divisões militares pela Coroa portuguesa como parte de uma estratégia para combater os índios botocudos, que eram os povos originários residentes na região (COELHO, 2011).

> Os “botocudos” eram também chamados de aimorés, e essa denominação ficou consagrada com o nome dado à serra na fronteira entre Minas Gerais e Espírito Santo. (...) Sobre eles os colonizadores diziam: “*são o terror das florestas do Rio Doce*”; “*são canibais e comem carne humana*". As Cartas Régias da Coroa proclamavam que os "botocudos" eram antropófagos e precisavam ser destruídos, sem quartel e sem perdão. Assim, para devassar e conquistar o vale do Rio Doce, os colonizadores no início do século XXI criaram essa imagem a fim de "justificar" o genocídio dessas comunidades indígenas. (...) Os botocudos de Minas ocupavam um imenso território dos chamados “sertões do leste”, nos vales dos rios Mucuri, Doce e Jequitinhonha. Essa região permaneceu intocada até o início do século XIX por ser considerada “zona proibida” pela Coroa portuguesa e não podia ser franqueada aos civilizados. Sônia Marcato esclareceu que “*os índios ali refugiados serviam para amedrontar os contrabandistas de ouro que fugiam das rotas comerciais*”(COELHO, 2011, p. 27-28).

Os quartéis instalados tinham como principais funções ocupar o território, perseguir sistematicamente os indígenas para expulsá-los das margens dos rios, além de proteger os colonos e garantir a segurança da navegação e do comércio no Rio Doce.

De acordo com Coelho (2011) com o declínio da mineração em Minas Gerais, a economia da província entrou em estagnação. No final do século XIX, a cafeicultura impulsionou a Zona da Mata, expandindo-se pelo Vale do Paraíba do Sul e outras regiões. A construção da ferrovia Leopoldina *Railway* favoreceu o crescimento de cidades como Juiz de Fora e Muriaé. A pecuária leiteira fomentou a indústria de laticínios para abastecer Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto o Triângulo Mineiro se destacou pelo fornecimento de gado a frigoríficos estrangeiros. Já o Vale do Rio Doce permaneceu isolado por séculos devido a dificuldades de colonização e, principalmente, pelo receio da Corôa Portuguesa que o rio fosse utilizado como rota de contrabando de ouro (ESPINDOLA, 1998; 2005).

Foi no contexto de abertura da navegação do Rio Doce e de guerra declarada contra os índios Botocudos que surgiu a localidade que daria origem ao distrito de Figueira, hoje conhecido como Governador Valadares. A primeira ocupação ocorreu em Baguari, onde foi previsto um quartel. Em 1818, outro quartel foi construído nas proximidades, chamado Dom Manoel. Nesse local, também funcionava o Porto de Canoas, que atendia tanto às necessidades militares quanto a um pequeno comércio (ESPINDOLA, 1998).

Inicialmente, conhecido como Figueira e pertencente ao distrito de Peçanha, o local, para Espindola (1998), foi beneficiado por sua posição estratégica, permitindo o escoamento da produção das regiões do Vale do Suaçuí e do Santo Antônio, consolidando-se como um pequeno entreposto comercial.

Segundo Coelho (2011), durante o governo do presidente Campos Sales, em 1892, foi aprovado um projeto ferroviário para conectar Vitória a Diamantina, passando pelo vale do Rio Doce e Peçanha. A inauguração da Estação Ferroviária de Derribadinha, em 1907, às margens do Rio Doce, impulsionou a formação de um vilarejo na região. Com a descoberta de jazidas em Itabira, o traçado da ferrovia foi alterado para permitir o transporte do minério do Cauê até o porto de Vitória. Essa mudança atraiu fornecedores da estrada de ferro e fomentou o comércio local, estimulando o crescimento do entorno onde a estrada iria percorrer. Como parte desse processo, houve a construção da ponte sobre o Rio Doce e, no distrito de Figueira, a nova estação foi inaugurada em 15 de agosto de 1910, tendo como consequência a transferência do comércio para a outra margem do rio.

De acordo com Espindola (1998), até a década de 1930, a economia de Figueira era sustentada principalmente pela produção de café e pela extração de

madeira, que abastecia a Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) até o início da exportação de minério de ferro nos anos 1940. Além disso, Figueira tornou-se um importante ponto de encontro para tropeiros de diversas regiões, que traziam mercadorias como feijão, milho, farinha, rapadura, queijo e toucinho, e retornavam com sal, querosene, tecidos, ferramentas e outros utensílios.

> O comércio era bem diferente do que existe hoje. Os comerciantes vendiam de tudo, de tecidos a cereais, de ferragens a armarinho, chapéus e calçados. Ofereciam também armas e munições ao lado de sal-amargo, quinina e bicarbonato. Vendiam óculos e dentaduras, que já vinham prontos e o freguês experimentava para ver o que lhe servia. Os mesmos estabelecimentos compravam tudo que lhes traziam os lavradores e extrativistas, de produtos agrícolas às drogas da floresta couros de onça. Os únicos estabelecimentos especializados eram os de secos e molhados, porque os outros não recusavam nada na hora de comprar e vendiam de tudo. (ESPINDOLA, 1998, p. 30)

Ainda na década de 1930, a região começou a se desenvolver impulsionada pela exploração da Mata Atlântica, cuja riqueza de recursos florestais atraiu atividades econômicas que modificaram significativamente a paisagem e a dinâmica local. A remoção da madeira se intensificou com a expansão das serrarias, que transformou a matéria-prima em insumos para construção e outras indústrias, a serem exportados para outras regiões. Paralelamente, a siderurgia utilizando carvão vegetal ganhou força, utilizando a madeira como fonte de energia para a redução do minério de ferro. Esse processo contribuiu para a manipulação ambiental e a alteração dos modos de vida tradicionais com o passar das décadas, à medida que a exploração avançava sobre áreas cada vez mais extensas da floresta, provocando desmatamento (ESPINDOLA, 2000).

> Como para Minas Gerais era de fundamental importância impulsionar a indústria siderúrgica, houve consenso no estado em usar carvão vegetal. Justificava-se essa opção com a existência de grandes recursos florestais exatamente na Mata Atlântica. Diante das objeções a essa alternativa audaciosa, promessas foram lançadas proclamando a realização de um intenso trabalho de reflorestamento. Só muitos anos depois esse compromisso foi parcialmente concretizado. (...) Sendo assim foi se impondo, naquele tempo, o uso de carvão de madeira na área onde existiam abundantes jazidas de minério de ferro, notadamente no vale do Rio Doce. Esse caminho foi escolhido porque o carvão desempenha simultaneamente o papel de redutor do minério de ferro e o de produtor de calor, pois a redução é processada a altas temperaturas. (COELHO, 2011, p. 87)

Segundo Espindola (1998), em 1930, o distrito de Figueira contava com aproximadamente 2.103 habitantes. Em 1937, o distrito foi elevado a município, desmembrando-se de Peçanha e mantendo inicialmente o mesmo nome. No ano seguinte, o município foi renomeado para Governador Valadares, em homenagem ao então governador de Minas Gerais, Benedito Valadares.

Durante as décadas de 1930 e 1940, a cidade passou pelo ciclo da mica, cuja exploração foi dominada por empresas norte-americanas com o objetivo de abastecer a indústria bélica durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Espindola, (1999), esse mineral foi essencial na produção de materiais elétricos e instrumentos de resistência, sendo amplamente utilizado no conflito e altamente valorizado pelos Estados Unidos, que eram praticamente os únicos destinatários da produção regional. No entanto, com o fim da guerra e a substituição da mica por materiais mais avançados na década de 1960, a economia de Governador Valadares entrou em declínio. Espindola (1999) descreve o impacto do fim desse ciclo exploratório, destacando que, a partir de 1960, a produção de mica sofreu uma queda abrupta, tornando-se insignificante no final da década. Esse declínio teve sérias repercussões na economia local, diminuindo o número de trabalhadores de aproximadamente 3.000, nos anos 1940, para cerca de 500 no início da década de 1960. Além da perda de lucros diretos, a queda na demanda afetou principalmente diversas famílias que dependiam do beneficiamento da mica em suas residências próprias

Na década de 1940, a pecuária ainda não tinha a importância que viria a adquirir mais tarde, mas a prática de engorda do gado para grandes mercados consumidores já era uma característica distintiva. Isso influenciou o padrão das fazendas no município, que se destacavam pela falta de investimentos nas propriedades rurais e pelas construções modestas e precárias. Os fazendeiros moravam na cidade e muitos também exerciam atividades comerciais. Ainda na década de 1940, a população do município era de 5.734 habitantes, beneficiando-se da exploração dos recursos naturais locais (ESPINDOLA, 1998).

Na chegada da ferrovia, os primeiros comerciantes de café, madeireiros e aventureiros chegaram à região, marcando o início do crescimento do pequeno arraial, que se acelerou nas décadas de 1920 e 1930, atingindo seu auge entre 1940 e 1960. Ainda, de acordo com Espindola (1996) “*de Governador Valadares até Colatina-ES a ocupação era regular e se desenvolveu a partir da exploração da floresta*.” A pecuária instaurou uma lógica territorial caracterizada pela apropriação do

espaço por grandes proprietários, controle das classes subalternas e a formação de mandonismo local. O crescimento do município deveu-se à fertilidade das terras desmatadas, à facilidade de aquisição de propriedades e à presença de recursos naturais como madeira e minerais. Entre 1930 e 1960, as terras florestais desta região, caracterizadas pela Mata Atlântica, foram transformadas para uso agrícola e pecuário. As condições biológicas favoreceram o desenvolvimento das pastagens e a biodiversidade local influenciou profundamente a dinâmica de poder dominada pelos fazendeiros.

Neste sentido, a EFVM ajudou a fixar a população, mas o Vale do Rio Doce se desenvolveu mais lentamente que as áreas mais altas, devido à insalubridade promovida pelos altos índices de malária, falta de infraestrutura e ausência de atrativos econômicos. Entretanto, o crescimento econômico e demográfico nas décadas de 1940 e 1950 foi impulsionado pela exploração dos recursos florestais. Do ponto de vista demográfico, a região experimentou um exponencial crescimento. Somente nos anos 1940, as áreas de crescimento moderado tiveram índices de aproximadamente 80%, com vários municípios ultrapassando 200% de expansão populacional (ESPINDOLA, 1998). Até o final dos anos vinte, era uma simples estação da EFVM, mas entre 1940-1950, ela se tornou um centro regional, apresentando um crescimento populacional de 400% (ESPINDOLA, 2000).

Em 1950, a população mais que triplicou, chegando a 20.357 habitantes. A partir daí, os conflitos agrários se tornaram comuns e o êxodo rural cresceu, com a população rural diminuindo 0,7% ao ano, enquanto a urbana aumentou 8,3% ao ano. Na década de 1960, a economia do município baseava-se na pecuária de corte, indústria de madeira e extração de mica, com a engorda de gado sendo a principal atividade. Nesta década, a população alcançou 70.494 habitantes (ESPINDOLA, 1996).

> A introdução de novas atividades econômicas capitalistas não suprimiram as antigas formas de exploração baseadas em práticas econômicas do tipo pré-capitalista, pelo contrário, com elas se articularam no sentido de viabilizar a própria realização do capital. Nos anos cinquenta, as atividades econômicas desenvolvidas no Vales do Rios Doce foram: 1) a agricultura de subsistência e comercial, 2) a pecuária, 3) a siderurgia e a carvoaria (ESPINDOLA, 2000, p. 11).

Com isso, o êxodo rural se intensificou devido à expansão da pecuária e das grandes propriedades. Posseiros expulsos migraram para centros urbanos ou novas fronteiras agrícolas, concentrando-se em Governador Valadares, que se tornou o foco dos conflitos pela posse de terra, moldando o território durante a ditadura militar entre 1964 e 1985. O desejo de possuir terras era culturalmente enraizado na região, levando comerciantes e profissionais liberais a adquirir fazendas sempre que possível, muitas vezes à custa de outros negócios. O crescimento populacional continuou, atingindo a marca de 125.174 habitantes em 1970 (ESPINDOLA, 1998).

> A ideia da região como um lugar de “onde se poderia tirar enorme riqueza”, somente dependendo da força dos capitais, foi concretizada com a transformação do território em fonte de mercadoria extrativa ou de suporte para a produção de mercadoria, isto é, fonte de dinheiro, que, em última instância, era a ‘enorme riqueza” que se objetivava. Entretanto, as atividades econômicas não se sustentaram além do período de trinta anos, esgotando-se sua capacidade de geração de emprego e renda. (...) As práticas econômicas que subsidiaram as atividades de exploração do território, mais do que sub-utilizadoras de fatores econômicos, foram depreciadoras desses fatores, especialmente do solo. (ESPINDOLA, 2000, p. 26)

Com o passar dos anos, as pastagens substituíram a floresta observadas no município, reduzindo drasticamente a biodiversidade e esgotando os solos rapidamente devido às práticas rudimentares no manejo do plantio dos pastos, como por exemplo, queimadas, superlotação e sobrepastejo. O esgotamento dos recursos naturais provocou uma queda drástica na produtividade e uma redução nos ganhos de capital, resultando na migração dos agentes econômicos. Isso levou a uma mudança no perfil econômico-social da região, que se transformou em um reservatório de mão de obra industrial e doméstica para o restante do país (ESPINDOLA, 1998).

> As mudanças das atividades econômicas principais carregaram consigo, além do custo ambiental, um alto custo social. A extração da madeira implicava um mecanismo perverso: após a derrubada da mata, a empresa madeireira transformava a área em pasto. (GUIMARÃES, 2007, p. 201)

Assim, é seguro afirmar que, na década de 1960, começou o processo de involução demográfica e econômica, caracterizado pela perda contínua de população e atividades produtivas. Com exceção das atividades de mineração e siderurgia, todas as outras atividades na região começaram a apresentar índices regressivos. Todos

os indicadores econômicos, e de forma mais pronunciada os demográficos-sociais, sofreram uma inversão na transição da década de 1950 para a seguinte. A região, anteriormente um polo de crescimento, transformou-se em um reservatório de mão-de-obra e passou por um processo de declínio econômico e demográfico. O território possuía um exército industrial de reserva e trabalho doméstico, tornando-se um mercado consumidor periférico dos centros de desenvolvimento do capitalismo nacional. Desta forma, o esgotamento dos recursos naturais exigiu maiores investimentos, levando à migração do capital. A antiga prosperidade ficou visível nas ruínas das serrarias e fábricas. A economia de Governador Valadares perdeu sua dinâmica anterior e a pecuária permaneceu tecnicamente atrasada (ESPINDOLA, 1998).

> A forma de intervenção humana ao converter as propriedades geoecológicas do território em propriedade sócio-reprodutora (como suporte ou recurso), desencadeou consequências ambientais que comprometeriam a futura capacidade de sustentabilidade da ocupação econômico-demográfica. (ESPINDOLA, 2000, p. 25)

Cabe destacar que, segundo as reflexões de Raffestin (1993), as estruturas políticas, previstas pelo Estado, tendem a ser mais estáveis do que aquelas geradas por ações de atores econômicos, que são mais dinâmicas e se ajustam às mudanças de contexto. Embora áreas de monopolistas ou oligopolistas possam ser relativamente permanentes, a principal diferença entre a malha política e a econômica é que a primeira é resultado de uma decisão de poder legitimado, enquanto a segunda resulta de um poder de fato. As estruturas políticas, além disso, são mais facilmente transmitidas e herdadas, pois refletem o estado de direito e soberania, ao contrário das transformações econômicas, que ocorrem por meio de mudanças em divisões ou reagrupamentos.

Na visão de Guimarães (2007), a cidade foi concebida antes de ser efetivamente desenvolvida – do ponto de vista urbano – e, ao longo de sua história recente, passou por vários planos de desenvolvimento, cada um refletindo o modelo dominante da época. Contudo, apesar dessa trajetória de planejamento urbano, o resultado não difere do que conhecemos como caos urbano: desigualdades, falta de moradia para grande parte da população subalterna, carência de infraestrutura, violência urbana, entre outros problemas. Durante o período das décadas de 1930 e 1970, os planos de urbanização baseavam-se no ideal de modernidade, com a crença

de que isso resolveria diversas questões, incluindo a pobreza e as desigualdades sociais. No entanto, poucos conseguem usufruir dos benefícios dessa modernização, enquanto muitos ainda vivem em condições que remetem a um estágio “pré-modernidade”.

> O “mundo do conquistador” em Figueira era o mundo civilizado, em negação ao passado de sertão. A localidade surge no âmbito da modernidade, como parte do ideário e da necessidade de “civilizar” os sertões. Para negar o natural, nada melhor que a sua racionalização (GUIMARÃES, 2007, p. 191).

A pecuária não foi capaz de absorver a mão de obra que foi desocupada pelas atividades produtivas relacionadas ao extrativismo vegetal que colapsaram. Os anos subsequentes foram caracterizados por uma estagnação econômica, que se agravou durante as décadas seguintes. Tão logo, nos anos 1980, dois grandes frigoríficos foram fechados e a agricultura desapareceu, tornando a cidade uma grande importadora de produtos agrícolas. A falta de investimentos públicos em infraestrutura rural contribuiu para essa situação (ESPINDOLA, 1998).

De acordo com Espindola (2015), a partir de 1982, a indústria da construção civil em Governador Valadares só ganhou impulso devido ao aumento da migração de moradores para os Estados Unidos. O aumento da emigração internacional possibilitou um fluxo de moeda estrangeira para o mercado local, destinado principalmente à construção de moradias próprias para os migrantes e seus familiares. Embora o volume exato de dólares em circulação seja difícil de determinar, devido à diversidade de canais de entrada, como bancos, agências de turismo e cheques de viagem, é evidente que esses investimentos foram realizados para melhorias no comércio e na indústria.

Com as remessas de dólares enviadas pelos emigrantes houve impulsionamento da indústria da construção civil, o comércio e permitiram a abertura de muitos negócios. Esses recursos foram fundamentais para manter a dinâmica econômica nas décadas de 1980 e 1990, bem como nos anos seguintes. A grande maioria dos emigrantes que enviam remessas ao Brasil tem como principal objetivo ajudar a família. Além disso, esses recursos também são destinados a outras finalidades. No caso de negócios, geralmente se trata de pequenos estabelecimentos comerciais ou propriedades rurais. Quando o propósito é investimento financeiro, o dinheiro costuma ser aplicado em cadernetas de poupança. Outra destinação comum

é o pagamento de dívidas, seja para cobrir os custos da própria emigração ou para liquidar débitos contraídos no Brasil devido ao fracasso de empreendimentos anteriores. Por fim, a aquisição de imóveis, principalmente a casa própria, aparece como a segunda principal finalidade das remessas. (MARTES; SOARES, 2006).

> Tomando como referência apenas aquisições realizadas no mercado imobiliário, no recorte temporal em que elas se deram (1984-1993), Soares (1995) registra que o número de terrenos, de casas, de apartamentos e de comércios adquiridos pelos emigrantes totaliza 6.892 unidades. Os dados informam uma clara opção pelos imóveis residenciais, uma vez que, somados, casas e apartamentos representam 59,2% das preferências (ibidem). (...) Da relação entre os subtotais que representam o consumo de toda a demanda por tipo de imóvel no período 1984-1993 (10.889 terrenos, 5.664 casas, 2.068 apartamentos e 571 comércios) e os subtotais por tipo de imóvel adquirido pelos emigrantes, obtém-se o percentual que lhes coube no volume das operações imobiliárias: eles responderam por 35,9% do total de transações com terrenos, com casas, com apartamentos e com comércios, ou seja, mais de um terço do total de imóveis comercializados no período (ibidem). (MARTES; SOARES, 2006, p. 46)

A população de Governador Valadares, de acordo com os dados do Censo de 1991, atingiu 230.524 habitantes. Apesar do crescimento demográfico contínuo, o município teve um volume significativo de habitantes emigrando para outros lugares, tanto no Brasil, quanto para o exterior. De acordo com Espindola (1998), em 1993, aproximadamente 27.000 valadarenses emigraram para o exterior, em sua maioria com idade entre 16 e 35 anos. Apesar desse intenso fluxo migratório, o município manteve crescimento demográfico, sendo o único de sua região a apresentar tal dinâmica. Contudo, esse crescimento ocorreu em ritmo mais lento do que o crescimento vegetativo da população.

A crise econômica global, desencadeada pelo colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos em 2008, afetou diretamente muitos emigrantes que fizeram investimentos de suas economias na compra de imóveis naquele país. Para Siqueira (2009a) os efeitos dessa crise também atingiram o mercado de Governador Valadares. O volume de remessas enviadas ao Brasil caiu significativamente, impactando o comércio e o setor de serviços. Além disso, muitos imigrantes retornaram, muitos deles sem recursos para garantir uma vida digna. Esse fluxo migratório entrou em colapso, trazendo de volta indivíduos fragilizados, que se viram

obrigados a reconstruir suas vidas em uma região historicamente marcada pela exploração.

No âmbito das políticas públicas em educação nacional, Governador Valadares recebeu no final de 2012 a implantação de um *campus* avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contudo, a ideia de estabelecer uma universidade pública na cidade é mais antiga, representando um desejo de longa data da população por ensino superior gratuito. Segundo Vasconcelos (2018), a promulgação da Constituição do Estado de Minas Gerais, em 1989, gerou expectativas de que um campus da recém-criada Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) fosse implantado na região. Contudo, disputas políticas redirecionaram a instalação para Montes Claros, onde foi fundada a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Logo, as tratativas para trazer uma universidade federal ao município foram retomadas em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essas discussões se intensificaram em 2007, com a publicação do Decreto nº 6.096, que instituiu o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). De acordo com Almeida-Abreu (2009), a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) também aprovou, por meio de seu Conselho Superior, a proposta de instalar um *campus* em Governador Valadares. Porém, essa iniciativa foi deixada de lado em favor das negociações que culminaram na implantação do *campus* da UFJF na cidade.

Em 2015, o desastre ambiental perpetrado pela empresa Samarco – que é uma joint venture entre a Vale e a empresa australiana BHP Billiton – em Mariana-MG, desencadeou consequências devastadoras tanto localmente quanto em áreas adjacentes.

> O termo desastre não se restringe ao rompimento, mas engloba a sucessão de eventos que perduram no tempo e se mostram persistentes nos seus efeitos negativos diretos e indiretos sobre os habitats, hábitos e coabitantes, de áreas rurais e urbanas, dos rios, reservas florestais e áreas de proteção ambiental, incluindo seres humanos, flora e fauna, além da zona costeira no estado do Espírito Santo. (ESPINDOLA; NODARI; SANTOS, 2019, p. 142)

O rompimento da barragem de Fundão resultou na liberação de uma enorme quantidade de rejeitos de mineração, desencadeando uma catastrófica enxurrada de lama que não apenas destruiu comunidades inteiras, mas também ceifou a vida de 19

pessoas. O dano se estendeu ao Rio Doce, com a contaminação de suas águas e impacto direto no abastecimento de várias cidades ao longo de sua bacia. O prejuízo ambiental pode ter sido incalculável, incluindo a destruição de *habitats* naturais, perda de flora e fauna e danos econômicos a atividades locais como a pesca e o turismo. O rompimento da barragem de rejeitos gerou impactos socioambientais em múltiplas temporalidades. Imediatamente após o desastre, observou-se a destruição de moradias, infraestruturas e áreas rurais, além de perdas humanas e de fauna. O evento provocou ainda o assoreamento parcial do leito do rio Doce, potencializando riscos de inundações em áreas anteriormente não atingidas por cheias. Estudos técnicos demonstram que a contaminação por metais pesados, tanto na coluna d'água quanto nos sedimentos fluviais, representa um agravamento da poluição pré-existente decorrente da atividade mineradora. Essa situação demanda complexos processos de recuperação ambiental e traz preocupações quanto ao surgimento de patologias crônicas na população exposta. Adicionalmente, registou-se a degradação de solos agrícolas e recursos hídricos, com reflexos diretos nas atividades pecuárias das propriedades rurais circunvizinhas. (WANDERLEY; MANSUR; MILANEZ; PINTO, 2016)

> No desastre da Samarco/Vale/BHP foram mais atingidos os ecossistemas e comunidades do alto rio Doce, particularmente aqueles que se localizavam ao longo dos cursos d'água diretamente arrasados pela lama de rejeitos que vazou da barragem de Fundão.(...) No geral, ao longo de toda a calha do rio Doce e no mar, as pessoas e todas as espécimes que dependem do rio e das águas costeiras tiveram suas vidas afetadas direta e/ou indiretamente, em distintas intensidades. (ESPINDOLA; NODARI; SANTOS, 2019, p. 144-145)

Em Governador Valadares, essas consequências foram particularmente sentidas, tendo em vista a contaminação das águas, comprometendo o fornecimento de água potável na cidade, já que parte de seu abastecimento depende do Rio Doce. Esse evento também trouxe à tona preocupações sobre os riscos ambientais e de saúde pública a longo prazo que permanecem no discurso da população até os dias atuais.

> Os efeitos da lama e da falta de água refletiram sobre residências, e prejudicaram atividades econômicas, de geração de energia e industriais. (...) As condições cotidianas de vida e trabalho dessas

> populações foram arruinadas comprometendo fontes locais de geração de renda e ameaçando as condições materiais e imateriais de sobrevivência. (WANDERLEY *et al.*, 2016, p. 33)

A diversificação do emprego em Governador Valadares refletia uma economia mista, que dependia tanto do comércio e serviços quanto de setores industriais, com uma presença significativa de pequenas e médias empresas em diversas atividades econômicas. No entanto, ao longo dos anos, esse cenário passou por transformações significativas. O passado promissor deu lugar a uma economia relativamente estagnada[2], com menor dinamismo, predominantemente voltada para os setores de serviços, especialmente o comércio e a administração pública. Essa mudança evidenciou um deslocamento do perfil econômico local, agora mais concentrado em atividades comerciais e de prestação de serviços.

Com isso, o município consolidou-se como o principal polo de concentração de estabelecimentos atacadistas, varejistas e unidades de prestação de serviços, absorvendo, inicialmente, a maior parte da mão de obra disponível na região. No entanto, Cunha, Gomes e Fernandes (2017) – em um estudo sobre os fluxos migratórios na microrregião de Governador Valadares[3] a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 – indicam que a emigração superou a imigração no município, que apresentou um saldo migratório negativo de 7.940 pessoas, considerando o quesito de data fixa[4]. Além disso, Governador Valadares, cidade média regional, e

---

[2] Com base nos dados do IBGE, observa-se que Governador Valadares apresenta, nas últimas décadas, um ritmo de crescimento econômico inferior à média estadual e uma estrutura produtiva cada vez mais concentrada no setor de serviços, especialmente no comércio e na administração pública. Tais tendências indicam uma perda de dinamismo produtivo e sugerem um quadro de estagnação relativa da economia local. Os dados do IBGE para Governador Valadares mostram que, em 2020, o município registrou um PIB de aproximadamente R$ 6,72 bilhões e um PIB per capita estimado em cerca de R$ 23,9 mil. A estrutura produtiva de 2020 era fortemente dominada pelo setor de serviços (cerca de 83 %), com participação reduzida da indústria (cerca de 16 %) e quase irrelevante da agropecuária (1,4 %). Essa configuração, combinada ao fato de que o nível de renda per capita permanece abaixo de médias regionais, sugere que o município enfrenta desafios em diversificar sua base produtiva e elevar seu dinamismo econômico. Embora não seja possível afirmar categoricamente que a economia está estagnada – em função da ausência de dados para avaliar suposições como crescimento real zero e produtividade estagnada –, há indícios de que o crescimento do município tem sido modesto e que sua estrutura econômica apresenta fragilidades que limitam ganhos expressivos de rendimento e diversificação.

[3] A partir de 2017 o IBGE passou a adotar uma nova divisão territorial no brasil com as microrregiões sendo substituídas pelas regiões geográficas imediatas. A microrregião de Governador Valadares era composta pelos seguintes municípios: Alpercata, Campanário, Capitão Andrade, Coroaci, Divino das Laranjeiras, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocêncio, Galileia, Governador Valadares, Itambacuri, Itanhomi, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raidan, Nova Módica, Pescador, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São José da Safira, São José do Divino, Sobrália, Tumiritinga e Virgolândia.

[4] No quesito de data fixa, presente nos censos demográficos brasileiros desde a edição de 1991, se pergunta ao entrevistado onde este residia em um espaço de tempo de 5 anos antes da realização do censo. No caso, os emigrantes de data fixa de Governador Valadares são os indivíduos que residiam neste município no ano 2005 e que, em 2010, residiam em outros municípios, nos quais foram recenseados. No caso dos imigrantes de data fixa,

Itambacuri, segunda cidade da microrregião em número de habitantes, destacam-se como as principais áreas de repulsão populacional nas três instâncias analisadas: microrregional, estadual e interestadual, um fenômeno que contrasta com a dinâmica observada em nível nacional. Esse cenário evidencia a fragilidade de Governador Valadares, como uma área de rotatividade migratória e como potencial centro regional de atração e sugere que, caso as deficiências na cadeia produtiva local fossem superadas, poderia desencadear um relevante protagonismo na retenção e atração de população, especialmente em nível microrregional.

A partir de 2021, o município de Governador Valadares passou a integrar a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), conforme disposto na Lei Complementar nº 185/2021, que alterou a Lei Complementar nº 125/2007. A ampliação da área de abrangência da autarquia teve como finalidade estender os instrumentos de incentivo fiscal e as políticas de desenvolvimento regional a municípios dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, reconhecidos por apresentarem características socioeconômicas similares às regiões tradicionalmente atendidas pela SUDENE. Essa medida buscou fomentar o desenvolvimento econômico e social dessas localidades, favorecendo uma maior integração regional e a redução das desigualdades territoriais históricas, ainda que os resultados concretos dessas ações dependem da efetiva execução, continuidade e alcance das políticas públicas implementadas sob sua égide, não sendo foco desta pesquisa aprofundar-se da efetividade desta política.

3.1 LOCALIZAÇÃO DE GOVERNADOR VALADARES

Esta investigação não tem como objetivo especular sobre potenciais cenários alternativos e nem determinar agentes causais específicos do atual quadro socioeconômico. Nosso propósito central consiste em caracterizar as particularidades socioeconômicas de Governador Valadares, levando em consideração sua privilegiada posição geográfica, tendo em vista que o município é cortado por três rodovias federais, sendo a BR 116, que liga o estado do Ceará ao Rio Grande do Sul, a principal. Além da BR 116, Governador Valadares é também cortada pela BR 381,

---

o grupo será composto pelos indivíduos que residiam em outros municípios em 2005, mas que foram recenseados em Governador Valadares em 2010. O saldo migratório é obtido se subtraindo do número de imigrantes (pessoas que entraram no município) o número de emigrantes (pessoas que saem do município).

que, passando por Belo Horizonte (MG), liga o município de São Mateus (ES) a São Paulo (SP). Por fim, temos a BR 259, que liga Governador Valadares ao estado do Espírito Santo e ao centro do estado de Minas Gerais, onde encontra a BR 040, ao norte de Belo Horizonte, ligando o município à Brasília (DF). O município é também cortado pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, que liga Belo Horizonte (MG) à Cariacica, na região metropolitana de Vitória (ES).

Cumpre-nos, igualmente, examinar criticamente como esses atributos logísticos estratégicos não se traduziram em um crescimento regional equilibrado e sustentável. Essa análise deve contemplar tanto a ausência de um parque industrial mais consolidado quanto às limitações observadas no desenvolvimento do setor agropecuário, que permanece predominantemente orientado para a subsistência, com capacidade limitada de abastecimento para o município e região circunvizinha.

O município de Governador Valadares-MG possui uma área total de 2.342.376 km², posicionando-se, em 2023, como o 48º maior entre os 853 municípios do estado e ocupando o 656º lugar entre os 5.570 municípios do Brasil. O município dá nome à região geográfica intermediária e também à região geográfica imediata das quais faz parte. O município registrou uma população de 257.171 habitantes no último censo[5], resultando em uma densidade demográfica de 109,79 habitantes por quilômetros quadrados. Como pode ser observado na Tabela 1, o município apresentou taxas de crescimento médio anual bem menores que as do estado de Minas, apresentando uma taxa negativa de -0,39% entre os censos demográficos de 2010 e 2022.

Tabela 1: População residente no município de Governador Valadares e no estado de Minas Gerais: Censos de 2000, 2010 e 2022 e Taxas de Cresc. Anual 2000/2010 e 2010/2022

Município e UF	População 2000	População 2010	População 2022	Tx. cresc. 2000/2010 (%)	Tx. cresc. 2010/2022 (%)
Governador Valadares	247.131	263.689	257.171	0,65	-0,21
Minas Gerais	17.891.494	19.597.330	20.539.989	0,91	0,39

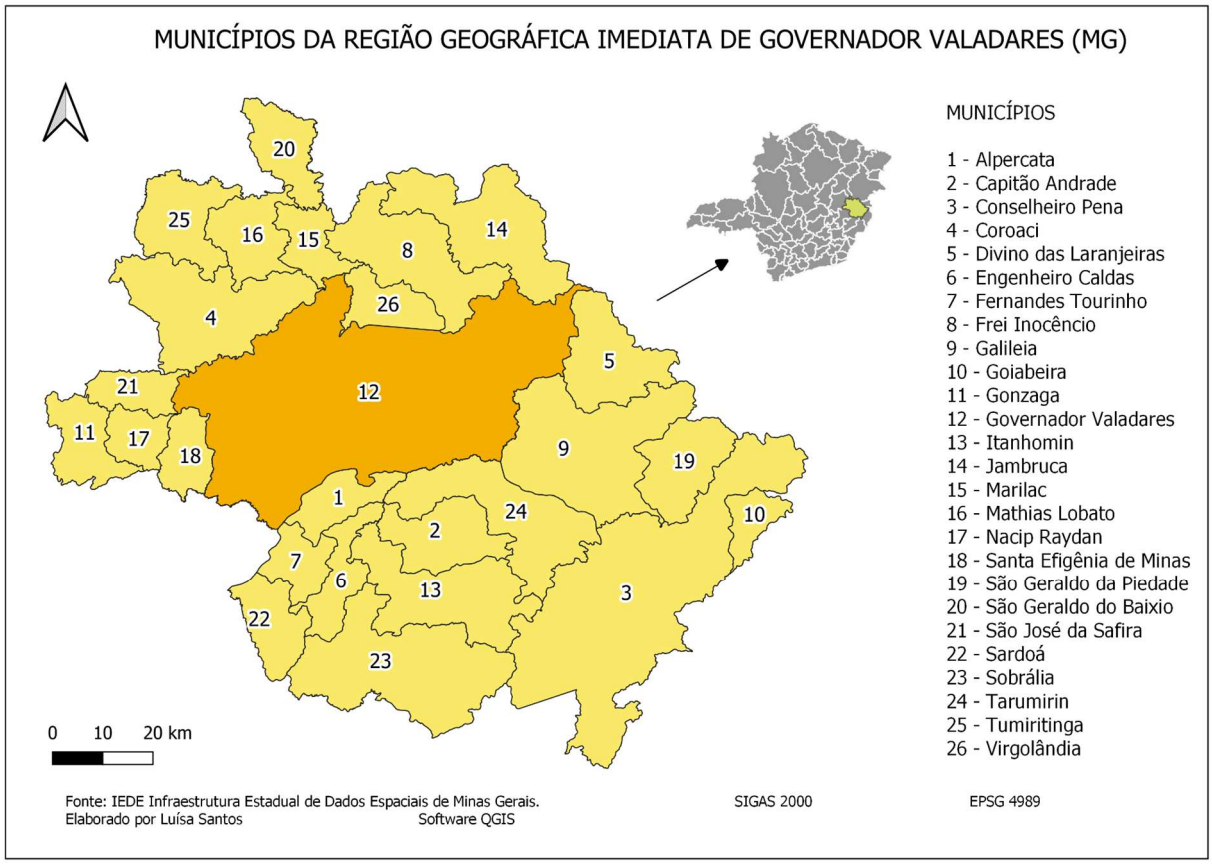
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022.

O município é constituído de 13 distritos: Governador Valadares, Alto de Santa Helena, Baguari, Brejaubinha, Chonin, Chonin de Baixo, Derribadinha, Goiabal,

[5] IBGE, 2023.

Penha do Cassiano, Santo Antônio do Pontal, São José do Itapinoã, São Vitor e Vila Nova Floresta. A Figura 1 ilustra a posição geográfica do município em relação ao estado de Minas Gerais.

Figura 1: Região Geográfica Imediata de Governador Valadares



Fonte: Elaborado por Luísa Silva Santos, com o uso do software QGIS, a partir dos dados disponíveis em FJP, Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE).

A Região Geográfica Intermediária de Governador Valadares (RGInt- GV) é uma das treze situadas no estado de Minas Gerais e integra o conjunto das 134 no Brasil. A RGInt-GV é formada por 58 municípios, organizados em quatro regiões geográficas imediatas (RGim). Já a Região Geográfica Imediata de Governador Valadares (RGIm-GV) é composta por 26 municípios. Na Tabela 2, podemos ver os municípios que fazem parte da RGInt-GV, divididos entre as regiões geográficas imediatas que a compõe, com as suas respectivas populações em 2022, ano do último censo demográfico no Brasil. Governador Valadares é o município polo que dá nome tanto a RGInt quanto a RGIm, sendo o maior em termos populacionais. Sua população representava da população total da 61,5% RGIm-GV e 35,7% da RGInt-GV. Além de

Governador Valadares, apenas quatro municípios possuíam uma população superior a vinte mil habitantes – Conselheiro Pena (20.824 hab.), Guanhães (32.244 hab.), Mantena (26.535 hab.) e Aimorés (25.269 hab.), sendo que 40 municípios (69%) possuíam uma população inferior a dez mil habitantes. Fica evidente o desequilíbrio na distribuição da população dentro da RGInt e o peso de Governador Valadares nesta distribuição.

Figura 2: Região Geográfica Intermediária de Governador Valadares

Fonte: Elaborado por Luísa Silva Santos, com o uso do software QGIS, a partir dos dados disponíveis em FJP, Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE).

Tabela 2: População residente Região Geográfica Intermediária de Governador Valadares por região geográfica imediata e município - 2022

Região Geográfica Imediata	Nome do município	População total
Governador Valadares	Alpercata	6.903
	Capitão Andrade	4.585
	Conselheiro Pena	20.824
	Coroaci	10.884
	Divino das Laranjeiras	4.178
	Engenheiro Caldas	13.622
	Fernandes Tourinho	2.789
	Frei Inocêncio	8.226
	Galiléia	6.222
	Goiabeira	2.830
	Gonzaga	5.230
	Governador Valadares	257.171
	Itanhomi	11.128
	Jampruca	4.296
	Marilac	4.224
	Mathias Lobato	3.038
	Nacip Raydan	2.459
	Santa Efigênia de Minas	4.039
	São Geraldo da Piedade	3.305
	São Geraldo do Baixio	3.143
	São José da Safira	3.806
	Sardoá	5.104
	Sobrália	5.137
	Tarumirim	14.709
	Tumiritinga	5.886
	Virgolândia	4.552
		418.290

Continua

Região Geográfica Imediata	Nome do município	População total
Guanhães	Senhora do Porto	3.067
	São Sebastião do Maranhão	10.079
	São Pedro do Suaçuí	5.103
	São José do Jacuri	6.197
	São João Evangelista	15.315
	Santa Maria do Suaçuí	12.788
	Sabinópolis	14.240
	Rio Vermelho	12.641
	Peçanha	17.446
	Paulistas	4.389
	Materlândia	3.963
	Guanhães	32.244
	Frei Lagonegro	3.391
	Dores de Guanhães	5.029
	Dom Joaquim	4.899
	Divinolândia de Minas	6.516
	Coluna	8.163
	Cantagalo	3.974
	José Raydan	4.268
	Virginópolis	10.314
		184.026
Mantena	São João do Manteninha	5.331
	São Félix de Minas	3.200
	Nova Belém	3.151
	Mendes Pimentel	5.606
	Mantena	26.535
	Central de Minas	6.171
	Itabirinha	10.362
		60.356

continua

Região Geográfica Imediata	Nome do município	População total
Aimorés - Resplendor	Santa Rita do Itueto	5.826
	Resplendor	17.226
	Santa Rita do Itueto	5.826
	Resplendor	17.226
	Cuparaque	3.983
	Aimorés	25.269
	Itueta	6.055
		58.359
Total Região Geográfica Intermediária		**721.031**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2022.

Como mostrado na tabela 2, a RGInt-GV possui majoritariamente pequenos municípios, com população menor que 20 mil habitantes. Governador Valadares é o mais populoso, com 257.171 habitantes, destacando-se significativamente em relação aos demais. Outros municípios com populações relevantes são Guanhães (32.244 habitantes), Mantena (26.535 habitantes), Aimorés (25.269 habitantes) e Conselheiro Pena (20.824 habitantes). Em contraste, localidades como Fernandes Tourinho (2.789 habitantes), Nacip Raydan (2.459 habitantes) e Frei Lagonegro (3.391 habitantes) estão entre as menos populosas. A população total da região soma 721.031 habitantes, evidenciando a concentração demográfica em poucos núcleos urbanos.

4 GOVERNADOR VALADARES: DADOS SOCIOECONÔMICOS

Na últimas décadas, os dados do setor econômico de Governador Valadares demonstram uma diversificação significativa nas atividades[6] em termos de contribuição percentual que podem ser observadas nos dados obtidos pelo Cadastro Central de Empresas[7], do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) na variável pessoal ocupado total. Os dados refletem a distribuição da força de trabalho entre o setor agropecuário em menor escala, industrial e serviços na sua predominância.

No setor agropecuário, segundo a Prefeitura Municipal de Governador Valadares - PMGV (2015), embora a maior parte das terras seja destinada a pastagens, o tamanho do rebanho bovino é reduzido. A atividade ainda é caracterizada principalmente pela criação e engorda de animais, voltada para a comercialização. O setor empregava, em 2022, cerca de 0,27% do percentual de pessoal ocupado total. Essa realidade também se reflete na distribuição domiciliar da população. Conforme os dados do Censo Demográfico de 2022, a população urbana representava 96,79% da população total do município, enquanto a população rural correspondia a apenas 3,21%. Esses números evidenciam a forte concentração populacional nas áreas urbanas, resultado de processos históricos aqui já mencionados que, ao longo dos anos, intensificaram a migração do campo para as cidades.

> Na agricultura, além das dificuldades enfrentadas com os altos custos dos insumos e precárias condições de armazenamento, os pequenos e médios agricultores desconhecem como utilizar o potencial de irrigação da região. São prejudicados ainda pelas consequências da utilização inadequada do solo, onde os plantios incorretos, o desmatamento indiscriminado e as queimadas contribuem para a baixa produtividade existente. O índice de modernização e inovações tecnológicas para a produção na agricultura é reduzido, existindo ainda um grande percentual de arados mantidos por tração animal, e a pouca mecanização existente é orientada, quase totalmente, para a colheita de produtos. Sem muitas condições para reduzir, mesmo apresentando um solo com aptidão agrícola, e contando com a existência de inúmeras áreas de várzeas, a agricultura é inexpressiva, tornando o Município dependente e importador de alimentos. (PMGV, 2015, p. 32)

[6] Foram excluídos da amostra, aqui evidenciada, os setores econômicos pouco representativos, principalmente porque não são objetos de investigação desta pesquisa.

[7] IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastros e Classificações, Cadastro Central de Empresas, 2022.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), os 1.710 estabelecimentos agropecuários então presentes no município ocupavam uma área total de 177.618 hectares e deste total, 139.256 (78,4%) eram destinados a pastagens, sendo 23,4% naturais e 55,0% plantadas. Entretanto, de acordo com informações contidas no Plano Municipal de Saneamento Básico da prefeitura de Governador Valadares (PMGV, 2015), embora o município possuísse uma grande área destinada a pastagens, era baixa a produtividade do rebanho bovino tanto em relação à produção de carne quanto a de leite, devido "a alimentação deficiente do gado, as condições sanitárias precárias do rebanho e o manejo inadequado" (PMGV, 2015, p. 32), o que, por sua vez, também comprometia a qualidade desses produtos e dos seus derivados. A área total destinada a lavouras permanentes e temporárias era de 4.183 hectares, representando apenas 2,4% da área total dos estabelecimentos. No município havia o predomínio de pequenas propriedades, com 65,7% possuindo menos de 50 hectares – 30,7% possuíam menos de 10 hectares – que totalizavam aproximadamente 10,0% da área total dos estabelecimentos. As propriedades com mais de 200 hectares, embora representassem apenas 12,0% do total de estabelecimentos, ocupavam mais de 60% da área total.

Em 2023[8], a pecuária se concentrava principalmente na criação de bovinos e galináceos, contando o município, respectivamente, com um plantel de 140.323 e 40.450 cabeças. Em relação à produção agrícola, no mesmo ano, os principais produtos foram a banana, coco-da-baía, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho[9].

O setor industrial de Governador Valadares é composto predominantemente por estabelecimentos vinculados ao ramo alimentício, caracterizados por estruturas produtivas de menor escala e menor participação relativa no emprego formal, segundo dados socioeconômicos regionais. Apesar de representar aproximadamente 8,18% do total de vínculos empregatícios, a atividade industrial mantém relevância no mercado de trabalho local, ocupando a quarta posição em termos de empregabilidade, atrás apenas da Administração Pública, responsável por cerca de 13,09% dos postos formais. Dentro do setor industrial, a fabricação de produtos alimentícios se destaca, concentrando 3,94% do pessoal ocupado. Outros segmentos apresentam menor

[8] IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2023; Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
[9] IBGE, Produção Agrícola Municipal 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

representatividade, como a fabricação de produtos de minerais não metálicos (0,67%), produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (0,42%), produtos de borracha e material plástico (0,38%) e confecção de artigos do vestuário e acessórios (0,35%). Além desses, diversos outros subsetores industriais possuem participação menos expressiva no mercado de trabalho local, entre eles: preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados; fabricação de produtos de madeira; fabricação de celulose, papel e produtos de papel; impressão e reprodução de gravações; fabricação de produtos químicos; metalurgia; fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; fabricação de máquinas e equipamentos; fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores; fabricação de móveis; fabricação de produtos diversos; e manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos[10].

Na visão de Singer (1973), a concentração espacial das atividades industriais ocorre devido à necessidade de compartilhar uma infraestrutura comum de serviços especializados, como energia, água, saneamento, transporte e comunicações. Além disso, essa concentração é favorecida pelas economias externas geradas pela complementaridade entre diferentes estabelecimentos industriais. Para minimizar os custos de transporte, que são um componente importante dessas economias externas, empresas com um intenso intercâmbio de mercadorias tendem a se instalar próximas umas das outras. Dessa dinâmica, surge o conceito de cidade industrial.

> Uma vez iniciada a industrialização de um sítio urbano, ele tende a atrair populações de áreas geralmente próximas. O crescimento demográfico da cidade torna-a, por sua vez, um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo, o que passa a constituir um fator adicional de atração de atividades produtivas que, pela sua natureza, usufruem de vantagens quando se localizam junto ao mercado de seus produtos. Tal é o caso das indústrias de bens de consumo não duráveis, dos serviços de consumo coletivo (escolas, hospitais etc.), de certos serviços de produção (comércio varejista) e assim por diante. (SINGER, 1973, p. 32)

De acordo com a PMGV (2015), diversos fatores contribuem para essa capacidade limitada de desenvolvimento industrial, como dificuldades na comercialização de produtos, obstáculos para obtenção de financiamentos e o acesso

[10] IBGE: Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, 2022.

limitado a incentivos governamentais. Além disso, a estagnação do setor reflete a redução dos investimentos por parte do empresário local, que tem prioridade em aplicações financeiras com retorno mais rápido. Embora o município disponha de um distrito industrial, ele não representa um incentivo significativo à instalação de indústrias, pois a área abriga predominantemente armazéns, depósitos e estruturas de apoio às atividades comerciais e de serviços, que são fortemente centralizados em Governador Valadares.

Em relação ao comércio e a prestação de serviços, estes representam as principais atividades econômicas não só do município, mas de toda a RGInt. A fragilidade econômica de muitos municípios do entorno impulsionou fluxos migratórios que provocaram o rápido crescimento da população urbana de Governador Valadares, consolidando a terceirização de sua economia. A dinâmica do setor terciário em Valadares é sustentada por uma estrutura razoavelmente desenvolvida, que facilita a comercialização de produtos e a instalação de grandes e médios empreendimentos. Entre os principais setores destaca-se a distribuição e revenda de veículos automotores, serviços de manutenção e assistência técnica, supermercados, hotéis, restaurantes, além de escritórios e consultórios de profissionais liberais. O comércio, em 2022, empregou 32,07% do pessoal ocupado no município, sendo que o comércio varejista destaca-se como o setor bastante representativo, empregando 21,75% e evidenciando a importância desse segmento para a economia local. Em seguida, o comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas, representa 6,09% dos empregos, já o setor de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas é responsável por 4,23% dos empregos. A construção também se destaca no mercado de trabalho, representando 3,05% dos empregos e refletindo o contínuo desenvolvimento da infraestrutura local. Dentro desse setor, a construção de edifícios se destaca, concentrando 1,44% dos postos de trabalho, seguida pelos serviços especializados para construção, com 1,01%, e pelas obras de infraestrutura, que correspondem a 0,60% do total de empregos no setor[11].

Já o setor de serviços, excluindo a administração pública, representa 42,03% dos empregos, destacando-se como a principal fonte de ocupação no município. Entre as atividades de maior relevância, sobressaem-se a saúde humana e serviços sociais, com 8,13% do total de trabalhadores, seguidas por atividades administrativas e

[11] IBGE: Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, 2022.

complementares (6,53%), educação (5,41%) e alojamento e alimentação (4,86%). Outros segmentos também contribuem para a empregabilidade no setor de serviços, como transporte, armazenagem e correio (3,97%), atividades profissionais, científicas e técnicas (3,70%), outras atividades de serviços (2,99%), atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (2,17%), informação e comunicação (1,92%), atividades imobiliárias (1,42%) e artes, cultura, esporte e recreação (0,91%)[12].

Tabela 3: Seções e divisões da classificação de atividades em Governador Valadares (2010 e 2022)

Atividades	2010	2022
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	36,21%	32,07%
Administração pública, defesa e seguridade social	**	13,09%
Indústrias de transformação	11,63%	8,18%
Saúde humana e serviços sociais	4,62%	8,13%
Atividades administrativas e serviços complementares	4,47%	6,53%
Educação	4,08%	5,41%
Alojamento e alimentação	5,20%	4,86%
Transporte, armazenagem e correio	4,66%	3,97%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1,89%	3,70%
Construção	4,19%	3,05%
Outras atividades de serviços	2,97%	2,99%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1,91%	2,17%
Informação e comunicação	1,33%	1,92%
Atividades imobiliárias	0,57%	1,42%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1,55%	0,99%
Artes, cultura, esporte e recreação	2,97%	0,91%
Indústrias extrativas	0,25%	0,30%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	0,08%	0,27%
Eletricidade e gás	**	0,02%
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	**	0,00%

Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, 2010 e 2022.

[12] IBGE: Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, 2022.

Essa diversificação no comércio e nos serviços foi essencial para transformar Governador Valadares em um polo regional, mantendo-o como um importante entreposto para a comercialização de produtos destinados aos mercados nacionais e internacionais, incluindo pedras semipreciosas e componentes da agropecuária. Além disso, a ampla oferta de instituições de ensino, que abrange desde a educação infantil até o ensino superior, reforça o município como um centro educacional de destaque na região.

Conforme os dados apresentados na Tabela 3, entre 2010 e 2022, alguns setores econômicos de Governador Valadares mantiveram estabilidade em sua participação no total de empregos formais, enquanto outros registraram variações negativas. As atividades de serviços diversos apresentaram leve aumento, passando de 2,97% para 2,99% do total de vínculos, e as indústrias extrativas variaram de 0,25% para 0,30% no mesmo intervalo. O setor de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas reduziu sua participação de 36,21% para 32,07%, permanecendo, contudo, como o segmento com maior representatividade no município em termos de pessoal ocupado. As indústrias de transformação também registraram decréscimo, passando de 11,63% para 8,18%, demonstrando uma redução proporcional da participação industrial no conjunto das atividades econômicas locais.

Outros setores apresentaram uma retração mais moderada ao longo dos anos, como alojamento e alimentação, que caiu de 5,20% para 4,86%, possivelmente impactado por crises econômicas e a pandemia de COVID-19 que assolou o mundo em 2020. O setor de transporte, armazenagem e correio retraiu de 4,66% para 3,97%, reflexo de avanços tecnológicos e mudanças logísticas. Já o setor de construção apresentou uma redução de 4,19% para 3,05%, o que pode estar relacionado tanto à desaceleração do setor imobiliário quanto à falta de mão de obra especializada, devido ao alto fluxo de emigração de trabalhadores para outras regiões do país e para o exterior, principalmente para os Estados Unidos. Além disso, o setor de água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação reduziu sua participação no total de empregos formais, passando de 1,55% para 0,99%. O setor de artes, cultura, esporte e recreação também apresentou diminuição, variando de 2,97% para 0,91% no período analisado. Essa redução pode estar associada a fatores estruturais e conjunturais do mercado local, cuja compreensão demanda análise mais aprofundada das políticas públicas e das dinâmicas econômicas regionais.

Entretanto, alguns setores registraram aumento em sua participação no total de empregos formais. O setor de saúde humana e serviços sociais passou de 4,62% para 8,13%, indicando maior relevância na estrutura ocupacional local. As atividades administrativas e serviços complementares também ampliaram sua participação, variando de 4,47% para 6,53%. O setor de educação apresentou crescimento de 4,08% para 5,41% no período, enquanto as atividades profissionais, científicas e técnicas passaram de 1,89% para 3,70%. Esses resultados sugerem mudanças na composição do mercado de trabalho, com aumento da presença de segmentos associados a serviços especializados.

Outros setores que registraram variações positivas, ainda que com participação proporcionalmente reduzida, foram as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,91% para 2,17%), informação e comunicação (1,33% para 1,92%), atividades imobiliárias (0,57% para 1,42%) e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (0,08% para 0,27%).

Em 2022, o salário médio mensal dos trabalhadores formais no município era de 1,9 salários mínimos. O pessoal ocupado somava 73.667 pessoas, representando 28,65% da população total. No ano de 2021, o PIB per capita do município era de R$26.165,06, ocupando a 261ª posição entre os 853 municípios do estado e a 2.481ª entre os 5.570 municípios do Brasil. Já em 2023, o percentual de receitas externas era de 60,08%, classificando o município na 819ª posição no estado e na 4.970ª no país. Nesse mesmo ano, o total de receitas realizadas atingiu R$1.445 bilhões, enquanto as despesas empenhadas somaram R$1.667 bilhões. Com esses valores, o município ocupou a 8ª posição no estado tanto em receitas quanto em despesas, e as 102ª e 82ª posições nacionais, respectivamente[13].

A Fundação João Pinheiro (2023), ao analisar a RGInt de Governador Valadares, apresentou um diagnóstico detalhado com elementos relevantes sobre a dinâmica econômica da região. No período de 2019 a 2020, o PIB de Minas Gerais aumentou de R$651.873 para R$682.786 bilhões, representando um crescimento nominal de 4,7% a preços correntes. No entanto, esse crescimento foi integralmente atribuído ao aumento do deflator implícito do PIB, associado à alta de preços (8,0%), já que, em termos reais, houve retração no índice de volume do PIB mineiro (-3,0%) no mesmo período. Na RGInt de Governador Valadares, o PIB passou de R$13.107

[13] IBGE, Cadastro Central de Empresas 2022.

em 2019 para R$13.667 bilhões em 2020, com um crescimento nominal de 4,3%, um pouco abaixo da média estadual. Isso resultou em uma perda marginal na participação da região no PIB de Minas Gerais, que caiu de 2,01% em 2019 para 2,00% em 2020. O diagnóstico destacou a proeminência da administração pública na composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) regional, com uma participação de 29,6% em 2020, superior à média estadual de 16,6%. Esse peso reflete a menor presença de atividades de alta produtividade na região, consolidando a administração pública como a principal atividade econômica em muitos municípios da RGInt. De acordo com os dados do Grupo de Análise Econômica Local GAEL-GV (2024), em seu último diagnóstico, Governador Valadares apresenta um nível socioeconômico relativamente baixo, com uma indústria limitada e uma dependência específica do setor público (ano-base: 2020). O GAEL-GV (2024) aponta que a menor dinâmica observada na administração pública pode estar entre os fatores que contribuem para as dificuldades recentes na geração de empregos no período de 2020 a 2023. No caso de Governador Valadares, essa conjuntura resultou em um dos desempenhos menos favoráveis entre os 72 municípios de porte populacional semelhante, situando-o na 69ª posição.

Ainda, de acordo com a Fundação João Pinheiro (2023), a agropecuária também apresenta relevância na economia local, representando 7,4% do VAB regional em 2020, acima da média estadual de 6,7%, mesmo com a baixa empregabilidade no setor. Com isso, a bovinocultura, além da extração vegetal e da silvicultura, se sobressaem como as atividades mais representativas no valor agregado agropecuário. Em contrapartida, o setor industrial tem menor relevância na RGInt de Governador Valadares, representando apenas 12,7% do VAB regional, frente à média estadual de 27,6%. A participação da região no total do VAB industrial de Minas Gerais foi de apenas 1,0% em 2020.

O município de Governador Valadares é central na economia regional, sendo responsável por 49,2% do PIB da RGInt e abrigando 36,3% de sua população em 2020. Esse protagonismo está ligado à predominância de serviços privados, especialmente atividades imobiliárias e os chamados demais serviços, que refletem o poder de compra acima da média da população local. O PIB per capita de Governador Valadares em 2020 foi de R$23.929,88, 35,6% superior ao PIB per capita médio da RGInt, que foi de R$17.648,22.

Tabela 4: Comparativo do Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial, a preços correntes de Governador Valadares (em mil reais)

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços[14]	Administração Pública[15]
2019	34.013,27	713.032,94	4.029.326,05	1.309.692,39
2020	52.710,20	840.132,66	3.763.985,38	1.400.142,97
2021	65.862,53	848.739,23	4.131.474,68	1.481.865,27

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), PIB dos Municípios de Minas Gerais, 2010-2021.

Com relação aos dados de 2020, conforme apresentado na Tabela 4, observa-se que Governador Valadares registrou uma redução de 2,46% em sua participação no PIB da Região Geográfica Intermediária (RGInt). Essa variação esteve associada, em maior medida, a setores do terciário fortemente dependentes do fluxo populacional, como comércio varejista, educação e saúde privadas, alimentação fora do domicílio, transporte terrestre de passageiros e serviços pessoais. A construção civil e as atividades imobiliárias também apresentaram retração no período. Tais resultados refletem os efeitos das medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas durante a pandemia de Covid-19, que impactaram a prestação de serviços privados nos principais centros urbanos da região, incluindo Governador Valadares.

[14] exceto a Administração pública, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

[15] somada à defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

5 AS NUANCES DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

Podemos identificar alguns fatores essenciais para explicar o fenômeno da migração, não apenas em Governador Valadares, mas também em um contexto global. A Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (2005) destacou a complexidade dos movimentos migratórios contemporâneos, enfatizando a variedade de formas que estes podem assumir, como temporários, permanentes, legais, irregulares, espontâneos e forçados. Apesar de os migrantes e os processos migratórios serem frequentemente classificados de forma unidimensional em categorias como migrações internas ou internacionais, essa categorização simplifica excessivamente a realidade, uma vez que tanto os migrantes quanto os processos migratórios são multidimensionais e transversais a diversas categorias (NOLASCO, 2016).

As motivações dos fluxos migratórios, à luz da Teoria Macroeconômica Neoclássica, podem ser explicadas tanto pelas necessidades do mercado de trabalho em países industrializados, que atraem mão de obra proveniente de diferentes regiões, quanto pelos fatores de expulsão existentes nos locais de origem. Entre esses fatores destacam-se as políticas públicas, as condições de segurança, os aspectos relacionados à saúde e à qualidade de vida, conforme os modelos clássicos de desenvolvimento econômico formulados por Lewis (1954) e por Ranis e Fei (1961), conforme apresentados por Santos et al (2010).

O trabalho de Ravenstein (1885), apud Nolasco (2016), é reconhecido como pioneiro nos estudos sobre migração, tendo estabelecido princípios que influenciaram significativamente as teorias migratórias posteriores. O autor destacou a centralidade dos fatores econômicos nos deslocamentos populacionais, argumentando que as migrações são impulsionadas sobretudo pelas disparidades de desenvolvimento entre áreas de origem e destino, consolidando o paradigma da atração e repulsão.

> O modelo dos fatores push-pull coloca em confronto dois lugares com patamares de desenvolvimento socioeconómico desiguais. A noção de push aplica-se ao local de origem do migrante, e tem subjacente a ideia de que as condições de vida aí existentes são precárias ou de baixa qualidade, empurrando os indivíduos para fora do seu país. Por outro lado, a noção de pull aplica-se ao local de destino, referindo-se às condições de vida satisfatórias e atrativas existentes noutros países, capazes de atrair os indivíduos. (NOLASCO, 2016, p. 16)

Os trabalhos de Germani (1974) e Singer (1976), apud Santos et al (2010), sobre as teorias histórico-estruturalistas examinam as relações e funções que os diversos elementos possuem dentro de um dado sistema, no qual todos os elementos são interdependentes, não sendo possível analisá-los de forma isolada. Exemplos de abordagens histórico-estruturalistas sobre o tema migração, destacam a importância de considerar não apenas os fatores que impulsionam e atraem, mas também as condições sociais, culturais e subjetivas em que esses fatores operam tanto no local de origem quanto no destino. Nesta perspectiva a migração é vista como um processo de mobilização social, impulsionado pela busca de melhores condições de vida no local de destino. Com isso, as migrações são associadas ao desenvolvimento do capitalismo e à industrialização, que geram desequilíbrios regionais e motivam as mobilidades populacionais em busca de oportunidades econômicas e também são influenciados por fatores de expulsão, como desemprego estrutural nas áreas rurais, e de atração, como demanda por mão-de-obra nas cidades. Há também obstáculos à migração, como a baixa qualificação dos migrantes e a oferta de trabalho insuficiente nas cidades, resultando na marginalização dos migrantes e na pressão sobre os salários urbanos.

Para Singer (1973), as migrações internacionais são sempre condicionadas por fatores históricos, representando o resultado de um processo amplo de transformação ao qual estão intrinsecamente ligados. Neste sentido, as migrações internas (e, em boa medida, as internacionais) parecem atuar principalmente como um mecanismo de redistribuição espacial da população, ajustando-se ao rearranjo das atividades econômicas no território. No contexto capitalista, os fluxos de investimentos direcionados às cidades criam incentivos econômicos que impulsionam o êxodo rural, refletindo a lógica macroeconômica do progresso técnico, considerada a essência do processo de industrialização. Essa visão sugere que as migrações seriam uma consequência direta da industrialização, desconsiderando o papel das especificidades institucionais e históricas na determinação dessa especificação. Contudo, é relevante analisar como essas características influenciam para além da industrialização, a fim de avaliar se, de fato, as migrações são apenas uma resposta demográfica às transformações técnicas.

> A criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a

> industrialização nos moldes capitalistas, onde as regiões favorecidas não cessam de acumular vantagens e os efeitos de difusão do progresso se fazem sentir num âmbito territorial relativamente acanhado. A população das áreas desfavorecidas sofre, em consequência, um empobrecimento relativo: o arranjo institucional faz com que participem do processo de acumulação sem que possam beneficiar-se dos seus frutos. A forma concreta com que este processo de esvaziamento se manifesta pode variar, de acordo com as circunstâncias locais e regionais. Em alguns lugares, a economia se especializa na produção de uma ou algumas poucas matérias-primas, reproduzindo dentro dos países a dicotomia "desenvolvidos x subdesenvolvidos" que se nota no plano internacional. Quando estas matérias-primas se destinam à indústria nacional, é costume falar-se de "colonialismo interno". Em outros lugares, a economia se encontra à margem da divisão interregional do trabalho, fechando-se sobre si mesma na base da produção para subsistência, cujo excedente medíocre anima uma débil vida urbana local. (SINGER, 1973, p. 37/38)

Logo, Singer (1973) enfatiza que é evidente que qualquer processo de industrialização envolve uma transferência significativa de atividades e da população do campo para as cidades. No entanto, no modelo capitalista, essa transferência tende a beneficiar apenas algumas regiões de um país, enquanto outras acabam sendo marginalizadas, o que explicaria esses fatores que impulsionam e atraem. Esses desequilíbrios regionais são amplamente conhecidos e se intensificam quando as decisões sobre a localização das empresas são guiadas exclusivamente pelos interesses da iniciativa privada. Em muitos casos, uma localização considerada racional para reduzir os custos empresariais pode apresentar várias opções economicamente viáveis. Na proposta de Haesbaert (2011) sobre uma das concepções de desterritorialização, na ótica econômica, em uma interpretação mais restrita, a ênfase recai sobre uma das fases do processo de globalização, ou a mais representativa, associada ao chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível. Nesse contexto, a desterritorialização também é proposta como sinônimo de deslocalização, destacando o caráter multi-local das empresas, que se tornam cada vez mais independentes das condições locais ou territoriais onde se instalam.

Contudo, a escolha dos migrantes geralmente recai sobre regiões com maior grau de urbanização. Essa decisão muitas vezes é influenciada por fatores subjetivos, como o estilo de vida mais atraente das grandes cidades para os tomadores de decisão, que muitas vezes precisam residir próximo à uma nova oportunidade de trabalho. Isso sugere que, no capitalismo, a urbanização assume características

específicas, separando as perspectivas micro e macroeconômicas e priorizando decisões locacionais com base exclusivamente nos interesses imediatos dos empregadores e das grandes organizações que ditariam os rumos do desenvolvimento. Portanto, Singer (1973) chama a atenção para sabermos diferenciar os motivos individuais que levam uma pessoa a migrar, das causas estruturais que impulsionam os movimentos migratórios. Os motivos estão inseridos em um contexto mais amplo de condições socioeconômicas que estimulam essa decisão.

> É óbvio que os motivos, embora subjetivos em parte, correspondem a características dos indivíduos: jovens podem ser mais propensos a migrar que velhos, alfabetizados mais que analfabetos, solteiros mais do que casados e assim por diante. O que importa é não esquecer que a primeira determinação de quem vai e de quem fica é social ou, se se quiser, de classe. Dadas determinadas circunstâncias, uma classe social é posta em movimento. Num segundo momento, condições objetivas e subjetivas determinam que membros desta classe migraram antes e quais ficarão para trás. (SINGER, 1973, p. 52)

Há também teorias que enfatizam o papel das redes sociais nos processos migratórios, destacando sua capacidade de promover acolhimento e segurança no local de destino, bem como de facilitar e assessorar o próprio processo de migração. De acordo com essa abordagem, as redes sociais exercem influência significativa na decisão de migrar e contribuem para a continuidade e a intensificação dos fluxos migratórios, uma vez que reduzem riscos, custos e incertezas associados ao deslocamento. Essa perspectiva é discutida por Harbison (1981), Massey (1990), Massey et al. (1987; 1993) e Taylor (1986), conforme sistematizado por Santos et al (2010). Nesse contexto, as redes migratórias de trabalho aumentam a probabilidade de movimentos internacionais e internos, pois reduzem os custos e riscos associados à migração e aumentam a expectativa de retorno. Essas redes, ao atuarem como uma forma de capital social, exercem uma função essencial ao facilitar o acesso das pessoas ao mercado de trabalho em diferentes localidades de destino. Quando a rede de contatos entre duas regiões atinge um ponto crítico, a migração assume uma dinâmica auto-perpetuante. Nesse sentido, a teoria das redes sociais defende que o volume dos fluxos migratórios entre essas regiões não está primariamente associado às diferenças salariais ou aos níveis de emprego, mas sim ao desenvolvimento das redes sociais entre os migrantes. É importante destacar que essa teoria é essencial para compreender a persistência dos movimentos migratórios, mesmo em períodos

de prosperidade econômica. Destaca-se, portanto, que a migração não é exclusivamente impulsionada por fatores de expulsão no local de origem. A importância das redes sociais é notória, ou em muitas vezes determinantes, pois conectam migrantes e potenciais migrantes tanto nas regiões de origem quanto nas de destino, através de laços familiares, amizades e histórias compartilhadas. Elas facilitam o processo de transição e oferecem suporte no local de destino, fornecendo recursos financeiros e oportunidades de trabalho, ao mesmo tempo em que mantêm vínculos com o local de origem.

De acordo com as observações de Fusco (2005), a teoria das redes sociais consolida elementos importantes para explicar a variação geográfica dos fluxos migratórios dos brasileiros dentro do país, tendo em vista que a migração brasileira não é uniforme dentro do território nacional, existindo regiões específicas com altas concentrações de potenciais emigrantes, conectadas por meio de redes migratórias à áreas de destino específicas.

Segundo Brito (2009), no contexto brasileiro, a migração é uma prática tradicional, sendo parte integrante do equipamento cultural tradicional. Para quem busca melhorar suas condições de vida, migrar para as cidades, especialmente as maiores, se torna a principal alternativa. Esse deslocamento no espaço geográfico é também um movimento no espaço social, estruturado pelas relações primárias como família, parentes, vizinhos e amigos. Esses vínculos são fundamentais, pois reúnem as informações necessárias para minimizar os riscos da migração, facilitam a adaptação à vida urbana e, ao mesmo tempo, permitem que o migrante mantenha suas conexões com a região de origem. Além disso, conforme destacado por Sales (1995) e Marandola Jr e Dal Gallo (2010), as igrejas e as comunidades de imigrantes no local de destino são elementares no fortalecimento das redes de apoio, proporcionando suporte aos recém-chegados. Além disso, essas instituições ajudam a preservar os vínculos com localidades distantes, contrariando a ideia de que a assimilação e o aculturamento se tornem processos inevitáveis.

Conforme destacado por Marandola Jr. e Dal Gallo (2010), as redes sociais também possuem uma dimensão territorial, pois estão enraizadas em locais específicos onde os grupos se reúnem e preservam práticas culturais ligadas à sua terra natal.

Uma pesquisa realizada por Carvalho e Rigotti (2015) indica que a diminuição na taxa de crescimento anual da população, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais

e nas cidades médias mineiras, está alinhada com a redução nas taxas de fecundidade, que se intensificaram a partir da década de 1960. No entanto, as cidades médias mineiras apresentaram uma redução mais modesta nas taxas de crescimento populacional e taxas de crescimento superiores às de Minas Gerais e do Brasil. Esses diferenciais de crescimento revelam o potencial das migrações no processo de aumento da população dessas localidades.

De acordo com as contribuições de Brzozowski (2012), ocorreu uma alteração no padrão migratório do Brasil durante as décadas de 1980 e 1990, como parte de um processo mais amplo e universal. Paralelamente, alguns países que recebiam imigrantes, se tornaram áreas de emigração. No Brasil, observou-se uma redução de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas em fluxos migratórios internacionais, aumentando gradativamente nas décadas seguintes. Outro fator observado foi que a população que emigra muitas vezes tem acesso à educação em seus locais de origem, obtendo até diplomas de graduação, mas que estes não são utilizados nos locais de destino, quando se trata de emigração para países desenvolvidos, por conta que essas formações não são validadas por aquela sociedade no local de destino, fazendo com que as ocupações de imigrantes sejam segregadas em trabalhos secundários que não são executados (e/ou são rejeitado) pelos nativos. Standing (2014) utiliza um conceito controverso para designar os imigrantes, como trabalhador precariado, comparando-os, nessa situação, à habitantes, se referindo aos indivíduos com direito (ou não) de residência temporária, mas com restrições legais (totais ou parciais) que limitam sua participação na sociedade. Embora possam ter acesso a alguns direitos sociais e benefícios, sua mobilidade socioeconômica é restrita, e eles não possuem direitos políticos, o que dificulta sua integração plena ao contexto local. O autor explica que no direito consuetudinário, o termo habitante designava alguém que, embora não fosse um cidadão pleno, possuía um status semelhante ao do atual residente estrangeiro. Essa concepção remonta à tradição romana, que concedia a determinados indivíduos o direito de viver em um território sem, no entanto, permitir sua participação na vida política.

> Mais adiante no espectro estão os “habitantes” que têm direito à residência de longo prazo e são formalmente autorizados a procurar empregos de sua preferência. Eles podem ser relativamente seguros, porém enfrentam limitações estruturais nos direitos econômicos e sociais, por exemplo, se possuem qualificações que não são reconhecidas no país. Dessa forma, um engenheiro, um arquiteto ou

> um dentista que se capacita em um país pode não ser autorizado a praticar em outro, simplesmente porque não há reconhecimento mútuo de padrões. Devido a esses expedientes, milhões de migrantes qualificados estão proibidos de exercer sua profissão e são obrigados a disputar empregos com “desperdício cerebral” de níveis mais baixos no precariado. (STANDING, 2014, p. 148)

Ao analisar esse perfil de migrante, especialmente considerando as faixas etárias dos participantes desse processo, pode-se inferir inicialmente que são os indivíduos mais qualificados para o mercado de trabalho que optaram pela emigração, predominando os jovens, empreendedores e trabalhadores capacitados. Tal perspectiva é analisada por Rigotti (2008), onde se observam as transformações estruturais da sociedade brasileira, como a desaceleração no crescimento populacional e as mudanças na estrutura etária resultantes da transição demográfica entre os anos 1986 e 2000, podendo ser comprovadas em conjunto com outros fatores que impactam a redistribuição espacial da população no país. Entre esses fatores, destaca-se a relação entre migrações e mercado de trabalho, sendo a evolução da população em idade ativa um elemento importante para compreender a nova configuração demográfica no território brasileiro.

No contexto nacional, o autor observou uma mobilidade populacional envolvendo pessoas com baixa escolaridade, que migram tanto para as regiões metropolitanas e mesorregiões[16] de capitais. Em áreas com redes urbanas mais densas, os fluxos migratórios tenderiam a ser mais próximos e intensos, enquanto em regiões menos conectadas, as deslocações seriam mais distantes e dispersas. Por outro lado, os fluxos migratórios de indivíduos mais escolarizados apresentariam características distintas. A grande maioria das origens desses migrantes estaria associada a regiões metropolitanas ou capitais estaduais, o que é conveniente, pois essas localidades concentram universidades, centros tecnológicos, de pesquisa e financeiros, além de oferecerem mais oportunidades para profissionais envolvidos. Esses mesmos locais também se destacam como principais destinos para trabalhadores altamente capacitados, algo específico que se intensificou no período de 1995 a 2000 (RIGOTTI, 2008).

[16] As mesorregiões, como anteriormente destacado, correspondem às atuais regiões geográficas intermediárias. Neste caso, para além das regiões metropolitanas, que constituem um grupo de cidades ligadas a uma grande cidade (a metrópole), teríamos também uma região maior que englobaria as capitais dos estados brasileiros.

Há uma grande quantidade de estudos sobre a migração internacional, mais especificamente sobre o fenômeno da emigração de Governador Valadares para os Estados Unidos. Segundo Santos e Siqueira (2012), uma combinação de elementos, como a crise na economia brasileira, a atratividade do mercado de trabalho no país de destino e a formação de redes sociais, tornava o projeto de migração para o exterior acessível para um segmento específico da população no município.

Os primeiros registros dessa migração datam de meados da década de 1960 e o seu *boom* foi evidenciado a partir da década de 1980. De acordo com Siqueira (2009b), a região de Governador Valadares tem sido o ponto de partida para a emigração de brasileiros para o exterior, principalmente aqueles que têm como destino os Estados Unidos da América. Essa tendência está associada à busca por independência financeira e melhoria na qualidade de vida, conforme os novos padrões de consumo da sociedade atual, diretamente influenciada pelo triunfo do capitalismo.

Ainda sobre os estudos das migrações no município, é importante considerar o enfoque dado aos migrantes retornados. O estudo de Santos e Siqueira (2012) tem como objetivo delinear o perfil socioeconômico do emigrante; identificar as razões da emigração; descrever a vida social e a atividade profissional no Brasil antes de emigrar e nos Estados Unidos; destacar a visão do emigrante em relação ao Brasil e ao país de destino; apontar os motivos do retorno; ressaltar as expectativas do emigrante em relação à sua renda no Brasil; descrever os projetos do emigrante ao retornar; e avaliar os efeitos psicológicos do retorno para o emigrante e seus familiares.

Santos e Siqueira (2012) destacaram que a maioria dos emigrantes internacionais com destino aos Estados Unidos estavam empregados ao deixar o país, sendo que 30,0% estavam em setores comerciais, 18,0% no setor de serviços e 18% na agricultura. Esses resultados corroboram estudos anteriores. A renda da maioria desses emigrantes era de até dois salários-mínimos por mês (53%), o que dificultava a realização de projetos como a compra de uma casa própria ou a aquisição de bens de consumo a curto prazo. Para os moradores da região, a emigração era vista como o caminho mais rápido e acessível para concretizar seus objetivos de consumo.

Outro estudo relevante sobre os migrantes retornados é a tese de doutorado de Domingues (2017), que busca compreender o efeito do processo migratório na inserção desses migrantes no mercado de trabalho do país de origem. O foco está nos brasileiros que retornam ao Estado de Minas Gerais, especialmente na

Microrregião de Governador Valadares. A proposta de Domingues (2017) foi identificar se o migrante de retorno está em vantagem ou desvantagem no mercado de trabalho brasileiro em comparação com os nacionais não migrantes e migrantes interestaduais, ou se está em condições iguais aos demais. Para isso, além de investigar se o indivíduo é retornado ou não, analisa-se também os efeitos do destino da emigração, do tempo de residência após o retorno e da prática de uma crença religiosa predominante ou não na comunidade sobre sua situação no mercado de trabalho, como também o impacto das redes sociais na situação socioeconômica do retornado.

O estudo de Domingues (2017) evidencia que a situação dos migrantes internacionais de retorno no mercado de trabalho brasileiro é marcada por ambivalências. Em termos de renda, o grupo apresenta vantagem média em relação aos não migrantes e aos migrantes interestaduais, especialmente entre os residentes em Minas Gerais, indicando melhores condições socioeconômicas quando empregados. Contudo, essa vantagem não se traduz necessariamente em maior empregabilidade, já que os migrantes de retorno exibem maior probabilidade de estarem desempregados. Observa-se também que esses indivíduos tendem a atuar com maior frequência em atividades por conta própria ou na condição de empregadores, o que pode refletir tanto disposição empreendedora quanto estratégias de adaptação frente às barreiras de reinserção formal. A pesquisa mostra ainda que o país de destino influencia significativamente os resultados após o retorno: migrantes oriundos dos Estados Unidos tendem a apresentar melhores condições ocupacionais e salariais do que aqueles retornados da Europa ou de outros destinos. Além disso, o tempo de residência no país de origem e a inserção em redes sociais, especialmente religiosas, ampliam as chances de empregabilidade, reforçando o papel do capital social na reintegração econômica.

Segundo Brito (2015), a cultura migratória carrega uma ideologia da mobilidade social que busca estabelecer uma relação entre o deslocamento espacial e a ascensão social. Contudo, como essa relação nem sempre se concretiza, os migrantes acabam se movendo com base em uma ilusão migratória, ou seja, em uma supervalorização de suas chances de sucesso. Essa cultura funciona como mediadora entre as trajetórias estruturadas social e economicamente e a decisão individual de migrar. Apesar do processo de decisão envolver certo grau de alienação devido à ilusão migratória, é importante ressaltar que as migrações não são

exclusivamente moldadas pelas necessidades estruturais da sociedade, da economia ou pelas imposições políticas do Estado. Os migrantes, embora influenciados pela ilusão migratória e pelas adversidades sociais nos locais de origem e destino, não encaram seus projetos migratórios de forma totalmente inconsciente. Eles não são simplesmente marionetes controladas pelas forças estruturais, mas empreendem o processo decisório e analítico sobre as possibilidades que envolvem os lugares de destino.

6 POSSÍVEIS ANÁLISES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE PERMANÊNCIA EM GOVERNADOR VALADARES

6.1 OBJETO DE ANÁLISE

A pesquisa teve como propósito identificar as limitações de Governador Valadares enquanto polo regional e analisar os elementos que impactam sua capacidade de atrair e fixar mão de obra qualificada. Para tanto, realizou se um estudo comparativo com outros cinco municípios de médio porte de Minas Gerais.

Os municípios de Muriaé (MG), Caratinga (MG), Teófilo Otoni (MG), Ipatinga (MG) e Manhuaçú (MG) foram selecionados como casos comparativos na análise proposta, diante de sua condição de polos regionais de médio porte, função polarizadora sobre suas respectivas microrregiões, diversificação econômica voltada ao setor de serviços e presença consolidada de instituições de ensino superior. Essas semelhanças estruturais com o município de Governador Valadares permitem que a investigação da sua capacidade de atrair e fixar mão de obra qualificada considere variáveis comparáveis entre contextos similares de tensão territorial, educacional e laboral.

A investigação contemplou uma ampla gama de indicadores estratégicos, desde valores de locação residencial e comercial até o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Foram igualmente analisados dados sobre rotatividade no mercado formal de trabalho, estrutura dos serviços de saúde, indicadores de segurança pública e parâmetros educacionais.

6.2 DINÂMICA ECONÔMICA DAS CIDADES ANALISADAS

6.2.1 A Questão da Moradia e Remuneração

A disseminação da informação e as novas formas de consumo são dois dos principais fatores que fundamentam a explicação da geografia atual. Como exposto por Santos (2002), a concentração geográfica está intimamente relacionada à concentração econômica, uma vez que as atividades modernas buscam se estabelecer em locais hierarquicamente estruturados, com seu ápice onde é possível

maximizar a produção. Geralmente, isso ocorre em áreas de aglomeração onde outras atividades modernas já se consolidaram, atraídas pelo grande capital e pela existência de um mercado viável. As facilidades modernas, como transporte, moradia, comunicação e diversos tipos de equipamentos, exercem impacto semelhante às economias externas e externalidades, oferecendo vantagens comparativas que se acumulam ao longo do tempo.

> A revolução no campo do consumo tem sido acompanhada por uma deformação da estrutura do consumo (FURTADO, 1968), resultando nas novas formas de produção e comércio. A escala e as condições das novas formas de produção dependem do progresso tecnológico emanado dos pólos. (SANTOS, 2002, p. 36)

Para Singer (1973), ao se fazer uma análise sobre discriminação espacial entre origem e destino devem ser considerados os fatores que determinam os deslocamentos populacionais no tempo e no espaço. Nesta concepção, a área de origem não corresponde necessariamente ao local de procedência de um grupo de imigrantes, mas ao ponto onde ocorreram mudanças econômicas que contribuíram para a emigração. Segundo Massey et al. (1993), a migração é resultado de mudanças estruturais tanto nas sociedades de origem quanto nas de destino. Nas áreas de origem, essas mudanças estão associadas a desigualdades na distribuição de terra, trabalho e capital, geradas pelo processo de desenvolvimento econômico. A concentração fundiária e a mecanização agrícola levam ao deslocamento de trabalhadores rurais, enquanto a industrialização capitalizada, ao provocar o desemprego e o subemprego, afeta também os trabalhadores urbanos.

De acordo com Brito (2009), a migração é uma prática profundamente enraizada no contexto brasileiro, constituindo parte essencial do patrimônio cultural tradicional. Para muitos, mudar-se para as cidades, especialmente as de grande porte, representa a única alternativa para melhorar as condições de vida. Essa mobilidade espacial reflete não apenas uma mudança geográfica, mas também uma transição no espaço social.

O processo de industrialização, como enfatizado por Singer (1973), envolve naturalmente uma transferência significativa de atividades e, consequentemente, de pessoas, geralmente do meio rural para os centros urbanos. No entanto, no contexto capitalista, essa redistribuição tende a beneficiar apenas algumas regiões específicas do país, enquanto outras experimentam situações de esvaziamento populacional e

econômico. Esse desequilíbrio regional, extremamente reconhecido, se agrava quando as decisões de localização das indústrias e investimentos são pautadas exclusivamente pelos interesses do setor privado, favorecendo, em geral, áreas já amplamente urbanizadas. Um dos principais desafios desse processo está na dinâmica populacional, uma vez que a demanda por moradia está diretamente relacionada ao número de trabalhadores e residentes na cidade. Esse ciclo reforça a concentração urbana e dificulta a distribuição equitativa do desenvolvimento econômico e social entre diferentes regiões.

Para compreender essa dimensão populacional, é apresentada a Tabela 5, que exibe o quantitativo populacional dos municípios analisados em conjunto com Governador Valadares no período de 2010 a 2022. Essa análise permite observar o comportamento dos indicadores demográficos nessas localidades.

Tabela 5: Minas Gerais e municípios analisados por população residente em 2010 e 2022 e taxa anual de crescimento populacional no período intercensitário.

Município	2010	2022	Taxa anual de crescimento populacional
Governador Valadares	263.689	257.171	-0,21
Ipatinga	239.468	227.731	-0,42
Teófilo Otoni	134.745	137.418	0,16
Muriaé	100.765	104.108	0,27
Manhuaçu	79.574	91.886	1,21
Caratinga	85.239	87.360	1,53
Minas Gerais	19.597.330	20.539.989	0,39

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2010 e 2022.

É importante compreender a dinâmica demográfica para compreender como essa população irá evoluir ao longo do tempo e, como consequência, irá buscar os meios para se instalar em seus municípios, através de compra ou aluguéis de imóveis – ou ainda, em situações mais críticas, buscando alojamento em assentamentos irregulares – ou se deslocará para outros municípios.

> É possível, por exemplo, que uma determinada cidade industrial seja o lugar de destino de trabalhadores rurais que se integram no proletariado urbano, mas que a pequena burguesia à procura de oportunidades de educação superior e de trabalho especializado, mais frequente no setor terciário, esteja migrando desta cidade em direção

> a áreas metropolitanas dentro e fora do país. Deste modo, uma mesma área é lugar de destino para um fluxo migratório e lugar de origem para outro (SINGER, 1973, p. 54).

No que se refere à habitação, é sabido que ela compõe um fator essencial na vida de todas as pessoas, funcionando como base elementar para outras áreas, como educação, emprego, saúde e participação social. A ausência de uma moradia adequada pode comprometer significativamente essas dimensões. Além disso, segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2020), os custos habitacionais representam a maior parcela do orçamento familiar no Brasil. O estudo apontou que os gastos com aluguel corresponderam a 76,4% das despesas relacionadas à moradia. Nesse contexto, a CNM destaca que os custos com habitação são quase o dobro das despesas com transporte e alimentação, comprometendo diretamente a renda das famílias, especialmente nas camadas sociais mais vulneráveis. Dados do IBGE indicam que, entre 2017 e 2018, o gasto médio por pessoa com moradia no Brasil foi de R$264,66.

> O acesso de todos à habitação segura, adequada e a um preço acessível é um dos pilares da meta 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) dos ODS da ONU. Segundo o World cities report 2016 (URBANIZATION..., 2016), a habitação trata de graus de exclusão ou inclusão na vida coletiva e cívica que, juntamente com as condições socioeconômicas, são a essência da dinâmica urbana. (DÉFICIT, 2018) apontam que as demandas habitacionais brasileiras devem considerar a diversidade social e cultural brasileira, pois são múltiplas nos diferentes estratos sociais e variam e se transformam com a própria dinâmica da sociedade (IBGE, 2020, p.45)

No Brasil, a política habitacional tem historicamente priorizado a promoção da própria casa, desde a criação da Fundação da Casa Popular, nos anos 1940, passando pelo Sistema Financeiro da Habitação, por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH - 1964-1986), bem como pelas políticas municipais inovadoras após a Constituição de 1988, até a concessão de cartas de crédito e, mais recentemente, a implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida, a partir de 2009, posteriormente renomeado para Minha Casa Verde e Amarela e retomado em 2022 com seu nome original. Para PASTERNAK (2014) o desafio de prover habitação para grandes contingentes populacionais nas metrópoles brasileiras tem sido uma questão central para o urbanismo desde as primeiras décadas do século XX.

> Conforme destacou Roberto Simonsen, então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), durante a Conferência Inaugural das Jornadas de Habitação Econômica (Simonsen, 1942 *apud* Bonduki, 2004, p. 79), a habitação nas cidades apresenta um "problema de difícil solução pela iniciativa privada". Num país onde o capital é limitado e caro, e o poder aquisitivo médio é baixo, é irrealista esperar que uma iniciativa privada consiga atender, em escala suficiente, às necessidades habitacionais das massas, oferecendo moradias a preços acessíveis". Diante disso, Simonsen argumenta que tanto o Estado quanto o setor privado deve contribuir para a solução do problema, seja por meio do capital imobiliário, seja pela atuação de pequenos proprietários na produção de habitações para uso próprio ou para aluguel (PASTERNAK, 2014, p. 235).

Ainda, de acordo com Pasternak (2014) ao longo da história, o processo de urbanização no país foi caracterizado por um desequilíbrio persistente entre a demanda por habitação e a oferta de moradias, especialmente para as famílias de baixa renda. Entre os principais fatores que contribuem para essa disparidade estão a concentração fundiária, a especulação imobiliária e a atuação insuficiente do poder público nas áreas urbanas. Esses elementos resultaram em deficiências de infraestrutura e condições habitacionais precárias em regiões periféricas, que se expandiram e se adensam durante a segunda metade do século XX.

De acordo com Ferreira e Penna (2005), os espaços ocupados pelas classes dominantes são caracterizados pelo consumo de bens e infraestruturas de alto padrão de qualidade e técnica, geralmente financiados pelo poder público. Por outro lado, nas áreas periféricas, prevalece a cultura da pobreza, com uma dinâmica externa para a mitigação dos impactos do desemprego, principalmente por meio do comércio informal, onde suprem às necessidades habitacionais urgentes. Com poucas opções no mercado imobiliário e escasso ou nenhum financiamento público ou privado, a informalidade e a autoconstrução predominam, resultando em condições habitacionais que não atendem aos padrões mínimos exigidos. Assim, surgem dentro do tecido urbano áreas desvalorizadas, onde a ausência do Estado e das instituições públicas resulta em um abandono jurídico. São esses locais que abrigam a população social e espacialmente, tornando-se redutos das mais diversas formas de violência, desde a discriminação até o acesso limitado ou inexistente aos direitos dos cidadãos e à própria cidadania.

Ainda, como enfatizado por Véras (2010) a cidade no sistema capitalista é construída conforme os interesses do capital, tratando o espaço urbano como um recurso a ser explorado, assim como o empresário utiliza máquinas para gerar lucro.

A classe trabalhadora, dependente de seus salários para viver, precisa competir por áreas destinadas à moradia, transporte, educação, saúde e lazer, disputando-as com outras finalidades urbanas. A terra como propriedade privada eleva o custo da habitação, enquanto os serviços coletivos, como infraestrutura básica (água, esgoto, energia), transporte público e equipamentos socioculturais, são financiados individualmente. Dessa forma, o espaço urbano, embora construído coletivamente, é apropriado de maneira privada, com custos que cada pessoa arca de acordo com seu poder econômico. Isso gera uma cidade fragmentada em classes sociais, vistas apenas como nichos de mercado. Sem políticas públicas que garantam igualdade no direito à cidade, e se o Estado priorizar os interesses do capital, o acesso ao espaço urbano será desigual: as áreas valorizadas ficarão para os mais ricos, enquanto os mais pobres serão relegados a moradias precárias, periferias sem infraestrutura, favelas, cortiços e loteamentos irregulares, onde precisam desenvolver estratégias de sobrevivência adaptadas a essas condições (VÉRAS, 2010).

Apesar da recessão econômica iniciada em 2015 no Brasil, acompanhada pelo aumento do desemprego e pelo fechamento de empresas, os valores dos aluguéis de imóveis mantiveram a trajetória de elevação, atingindo níveis expressivos. Esse comportamento está relacionado à variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), indicador amplamente utilizado para reajuste contratual. Calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), o índice reflete, em grande medida, a oscilação cambial e o preço das *commodities*, o que frequentemente o distancia das condições reais do mercado interno e da dinâmica de renda das famílias brasileiras.

Além disso, considera-se que os valores de aluguel variam em relação às localidades, condições de uso, estrutura do imóvel entre outros elementos. Segundo Santos (1996), as cidades, ao se tornarem objetos de consumo, incorporam conteúdos sociais às estruturas construídas, que se interconectam de maneira intensa para formar territórios urbanos. Dessa forma, os espaços deixam de ser diferenciados apenas por aspectos naturais ou variáveis sociais, passando a ser definidos por suas formas-conteúdos. Logo, ao criar seu espaço, a sociedade valoriza ou desvaloriza determinadas áreas do território que serão atribuídas a diferentes grupos sociais. O território possui uma estrutura material própria, mas sua verdadeira existência social só se concretiza por meio das relações sociais. Essas relações, por sua vez, moldam-se e são moldadas pela configuração organizada do espaço.

Neste trabalho, concentrou-se na identificação de imóveis disponíveis para locação nos municípios analisados durante o mês de janeiro de 2025, utilizando como fontes imobiliárias e corretoras de imóveis devidamente credenciadas ao CRECI. Atualmente, não há relatórios oficiais disponíveis sobre a quantidade de imóveis para locação em cidades que não sejam capitais, assim como não existem dados consolidados sobre os valores médios de aluguéis praticados nesses municípios, tanto os ofertados quanto aqueles efetivamente negociados em contratos firmados. Até o momento, não foram liberados pelo IBGE os microdados do Censo Demográfico de 2022, através dos quais se poderia obter informações sobre os valores de aluguel pagos por municípios. Além disso, a pesquisa apresenta a limitação de não abranger acordos comerciais informais, ou seja, aqueles sem contrato formalizado.

O levantamento focou exclusivamente em imóveis do tipo casa ou apartamento, com um ou dois dormitórios, sem restrição de valores e bairros, abrangendo todos os imóveis disponibilizados naquele momento nas imobiliárias. Esse critério foi adotado com base no perfil habitacional predominante no Brasil, conforme dados do Censo Demográfico de 2022, que apontaram uma média de 2,79 moradores por domicílio. Para efeito de comparação, também foram considerados os valores de aluguel pagos, expressos em salários-mínimos, conforme os dados do Censo Demográfico de 2010.

Foram pesquisados ao todo 35 imobiliárias, chegando a um total de 556 imóveis disponíveis para locação, distribuídos por município, conforme a Tabela 6. A análise da distribuição dos anúncios imobiliários nos municípios pesquisados revela diferenças importantes na estrutura e na dinâmica dos mercados habitacionais locais. Observa-se predominância de anúncios de imóveis com dois quartos (409 registros, ou cerca de 73,5% do total) em relação aos de um quarto (147 registros, 26,5%), o que sugere uma demanda mais concentrada em unidades familiares de médio porte, compatível com o perfil de renda e composição domiciliar típico dos centros urbanos de médio porte do interior mineiro. Governador Valadares e Ipatinga destacam-se pela maior quantidade absoluta de anúncios, tanto de um quanto de dois quartos, o que reflete mercados imobiliários mais estruturados e maior dinamismo econômico regional.

Tabela 6: Número total de anúncios encontrados nas imobiliárias pesquisadas nos municípios analisados[17].

Município	Nº de Anúncios (imóveis de 1 quarto)	Nº de Anúncios (imóveis de 2 quarto)	Nº de Anúncios (Total)
Governador Valadares	36	136	172
Ipatinga	17	114	131
Caratinga	29	38	100
Teófilo Otoni	4	17	67
Muriaé	14	51	65
Manhuaçu	47	53	21
Total	**147**	**409**	**556**

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa.

Por outro lado, municípios como Teófilo Otoni e Muriaé apresentam menor volume de anúncios, o que pode indicar tanto um mercado imobiliário mais restrito quanto a menor disponibilidade efetiva de imóveis, já que parte significativa do estoque residencial pode estar ocupada, reduzindo a quantidade de unidades disponíveis para locação ou venda. Essa hipótese é coerente com a realidade de mercados locais com menor rotatividade e maior estabilidade de moradia. Já Manhuaçu, embora de menor porte populacional, apresentou número relativamente elevado de anúncios de imóveis de um quarto (47), o que pode estar relacionado à presença estudantil ou de trabalhadores sazonais, fatores que ampliam a procura por unidades compactas e de menor custo.

A relação entre o número de anúncios imobiliários e a população total, apresentada na Tabela 7, permite observar discrepâncias significativas entre os municípios analisados quanto à disponibilidade relativa de imóveis anunciados. Caratinga destaca-se com a maior proporção, apresentando 1,14 anúncios por mil habitantes, o que pode refletir tanto uma maior oferta de imóveis disponíveis para locação e venda quanto um mercado local mais ativo em plataformas de divulgação

[17] Em Governador Valadares, as imobiliárias pesquisadas foram: Perim Imóveis, Certa Imóveis, Segurança Imóveis e Singular Imóveis. Em Manhuaçu, as imobiliárias foram: Leandro Cardoso Corretor de Imóveis, Andreia Rabelo, MR Imóveis, Leonardo Freitas Imóveis, Bertolace, Salvador Imóveis, Vecmusa Imóveis e Marcelão Imóveis. Em Muriaé, as imobiliárias foram: Central Imóveis, Confiança Imóveis e José Marcio Imóveis. Em Caratinga, as imobiliárias foram: Liderança Negócios Imobiliários, Carvalho Negócios Imobiliários, Actual Soluções Imobiliárias, Morada Imóveis, Laura Imóveis e Sobreira Imóveis. Em Teófilo Otoni, as imobiliárias atuantes foram: Teto Imobiliária, Adriano Corretor de Imóveis, Vina Vitrine Imobiliária, Locatto Imóveis, Bruno Reis Imóveis e Ilmar Móveis. Em Ipatinga, as imobiliárias listadas foram: Diferencial Imóveis, Oliveira Imóveis, Imobiliária Realize, Allex Imóveis, Moradia Imobiliária, Dommus Soluções Imobiliárias, Mercantil Imóveis e Portal Imóveis.

digital. Em seguida, aparecem Governador Valadares (0,67) e Muriaé (0,62), que mantêm proporções intermediárias, coerentes com o porte de suas economias e funções regionais. Já Ipatinga (0,58) e Teófilo Otoni (0,49) apresentam índices ligeiramente inferiores, enquanto Manhuaçu se destaca pelo menor número relativo de anúncios (0,23), possivelmente associado à menor urbanização e à estrutura mais restrita do mercado imobiliário local. Esses dados sugerem que a intensidade do mercado imobiliário e a visibilidade digital dos imóveis podem estar relacionadas à dinâmica econômica e à capacidade de atração populacional de cada município.

Tabela 7 – Número de anúncios de imóveis por 1.000 habitantes nos municípios analisados (2022)

Município	Nº total de anúncios	População (2022)	Anúncios por 1.000 hab.
Governador Valadares	172	257.171	0,67
Ipatinga	131	227.731	0,58
Caratinga	100	87.360	1,14
Teófilo Otoni	67	137.418	0,49
Muriaé	65	104.108	0,62
Manhuaçu	21	91.886	0,23

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir de dados da pesquisa e do IBGE (Censo Demográfico 2022).

Segundo Santos (2002), a coexistência de uma população com salários muito baixos, que depende de trabalhos ocasionais para sobreviver, e uma minoria com rendimentos elevados cria, no contexto urbano, uma distinção entre aqueles que têm acesso contínuo aos bens disponíveis e aqueles que, apesar de terem necessidades semelhantes, não conseguem atendê-las. Isso gera diferenças tanto quantitativas quanto qualitativas no consumo. Essas disparidades são, simultaneamente, causa e consequência da existência de dois sistemas de fluxo nas cidades, que influenciam a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços. Um desses sistemas resulta diretamente da modernização, atendendo às demandas do progresso tecnológico e da parcela da população que se beneficia dele. O outro sistema, embora também seja um reflexo da modernização, surge de forma indireta, pois está relacionado às

pessoas que usufruem de maneira limitada, ou não se beneficiam de alguma forma, do avanço tecnológico e das vantagens associadas.

> No sistema superior, os preços são geralmente fixados ou pelo menos se apresentam como tal publicamente. Para qualquer valor, até mesmo nos casos de competição oligopolística, o limite inferior não pode estar muito abaixo dos preços do mercado, estabelecidos sem comprometimento com o futuro da firma. No sistema inferior, a regra é regatear, e as flutuações de preços marginais são muito importantes (UCHENDER, 1967). No sistema superior, a manipulação do preço é afirmada em um lucro marginal a longo prazo. No sistema inferior, é o curto prazo que conta. A noção de lucro é diferente em cada um dos dois sistemas. A tarefa, no sistema superior, é acumular o capital indispensável à manutenção da atividade e à sua renovação, em função do progresso tecnológico. No sistema inferior, a acumulação de capital não é de interesse primordial, ou nem mesmo interessa. A tarefa primordial é a de sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida (SANTOS, 2002, p. 89).

Nesta pesquisa, o valor médio pago pelos aluguéis que foi obtido, levou em consideração o conjunto de imóveis bens oferecidos nas imobiliarias para alugar, independente do padrão, bairros onde eles estavam localizados, condições de conservação e outras características que possam ser relevantes na tomada de decisão da aquisição do serviço de locação desses bens.

A Tabela 8 apresenta dados sobre o valor médio do aluguel e a distribuição das ofertas de imóveis com um ou dois quartos nos seis municípios de Minas Gerais analisados. Em janeiro de 2025, os valores médios de aluguéis anunciados para imóveis residenciais estavam da seguinte maneira: em Governador Valadares, os valores se destacaram como os mais elevados, com uma média de R$ 1.441,39 para imóveis de 1 quarto e R$ 1.723,77 para imóveis de 2 quartos. Em Ipatinga, os valores foram de R$711,18 para 1 quarto e R$1.383,77 para 2 quartos. Já em Teófilo Otoni, os aluguéis médios ficaram em R$955,52 para imóveis de 1 quarto e R$1.209,74 para 2 quartos. Em Manhuaçu, os valores médios registrados foram de R$657,50 para imóveis de 1 quarto e R$1.120,29 para 2 quartos. Muriaé apresentou médias de R$752,14 para imóveis de 1 quarto e R$1.059,80 para 2 quartos. Por fim, Caratinga registrou valores médios de R$838,83 para 1 quarto e R$890,00 para 2 quartos.

Tabela 8: Valor médio dos aluguéis de imóveis ofertados por município analisado em janeiro/2025.

Município	valor médio do aluguel (imóveis de 1 quarto)	valor médio do aluguel (imóveis de 2 quarto)
Governador Valadares	R$ 1.441,39	R$ 1.723,77
Ipatinga	R$ 711,18	R$ 1.383,77
Teófilo Otoni	R$ 955,52	R$ 1.209,74
Manhuaçu	R$ 657,50	R$ 1.120,29
Muriaé	R$ 752,14	R$ 1.059,80
Caratinga	R$ 838,83	R$ 890,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa.

Para compreender melhor o peso dos aluguéis no orçamento das famílias ao longo do tempo, é relevante analisar os valores médios praticados atualmente em relação ao salário mínimo, bem como compará-los aos dados do Censo Demográfico de 2010. Essa comparação permite avaliar a evolução do custo da moradia nos municípios analisados, considerando o percentual de comprometimento da renda da população em diferentes períodos e é apresentada na Tabela 9.

Tabela 9: Valor médio do aluguel, em salários-mínimos, de imóveis com um quarto por município analisado nos anos de 2010 e 2025

Município	valor médio do aluguel (imóveis de 1 quarto) (em SM) 2010	valor médio do aluguel (imóveis de 1 quarto) (em SM) 2025
Governador Valadares	0,48	0,95
Teófilo Otoni	0,46	0,63
Caratinga	0,43	0,55
Muriaé	0,45	0,50
Ipatinga	0,60	0,47
Manhuaçu	0,45	0,43

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2010; Dados de 2025 levantados pelo autor.

A Tabela 9 evidencia diferentes tendências no comportamento dos preços médios de aluguel para imóveis de um quarto entre 2010 e 2025 nos municípios analisados, em relação ao salário-mínimo (SM). Governador Valadares apresentou o aumento mais expressivo, passando de 0,48 SM para 0,95 SM, quase que dobrando de valor. Esse crescimento poderia indicar uma demanda maior que a oferta de moradia, a valorização imobiliária ou uma redução na oferta de imóveis acessíveis.

No entanto, a primeira hipótese pode ser refutada ao analisarmos o número de imóveis desocupados – desconsiderando os de uso ocasional – no município que, segundo os dados do Censo Demográfico de 2022, totalizavam 21.874, o que representava 17,5% do total de domicílios. Além disso, os dados populacionais já apresentados apontam para uma retração no número de habitantes, o que, em tese, sugeriria uma menor demanda por moradias. Logo, é notório que houve uma valorização imobiliária, conforme já apontavam as pesquisas realizadas por Siqueira, Assis e Campos (2010), onde se registrou que os investimentos imobiliários realizados pelos emigrantes tiveram como consequência a supervalorização dos imóveis em toda a região.

> Uma consequência desse investimento imobiliário dos emigrantes é a supervalorização do preço do imóvel em toda a região. Uma casa é vendida por três vezes o seu valor real, porque o emigrante que está nos EUA paga este valor; o mesmo acontece com as propriedades rurais. Para o emigrante, além do valor de mercado existe um valor simbólico que é comprar a casa na rua onde morava de aluguel, a fazenda onde era vaqueiro. É a possibilidade de mostrar para si e para os outros que seu projeto de emigrar foi bem sucedido. Entretanto, o valor monetário, por ser irreal na perspectiva do mercado, não se mantém por muito tempo. (SIQUEIRA, ASSIS e CAMPOS, 2010, p. 217).

Conforme destacado pelos autores, essa aquisição simbolizava a concretização do sucesso da trajetória migratória, tanto para os próprios emigrantes quanto para a comunidade. No entanto, por ultrapassar o valor real de mercado, essa valorização propensou a não se sustentar a longo prazo. Além disso, os aluguéis praticados nesses imóveis, comprados a preços inflacionados, costumam refletir a expectativa de retorno sobre o investimento, mas, na maioria dos casos, não são compatíveis com o poder aquisitivo dos moradores e trabalhadores locais. Esse fenômeno contribui para o aumento do número de imóveis desocupados e para a ampliação da oferta habitacional, sem necessariamente estimular uma maior demanda. Apesar do crescimento do estoque de moradias disponíveis, os valores de aluguel permanecem elevados, pois os proprietários buscam recuperar o alto custo investido, o que pode dificultar ainda mais o acesso à moradia para a população local.

Esse entendimento é reforçado por Martes e Soares (2006) quando relacionam as remessas recebidas por familiares de migrantes que estão em países onde o

câmbio monetário é favorecido em relação ao real com o desenvolvimento local, gerando consequências no mercado imobiliário.

> Fato que dimensiona a importância desses investimentos para a economia valadarense, permitindo inferir que o dinamismo do mercado de compra e venda de imóveis urbanos, em Valadares, está intimamente ligado à emigração expressiva de parcela da força de trabalho local, ou melhor, aos investimentos, em moeda estrangeira, realizados pelos emigrantes (MARTES; SOARES, 2006, p. 46).

Os autores ressaltam que, embora o crescimento dos indicadores socioeconômicos de Governador Valadares possa levar à conclusão de que a emigração internacional e as remessas financeiras estão associadas a um impacto positivo no desenvolvimento local, outras evidências apontam para dúvidas sobre os reais benefícios que esse dinheiro enviado do exterior traz para as cidades de origem dos migrantes. Isso se aplica especialmente quando os emigrantes alcançam melhores condições de trabalho e salários mais altos no exterior, aumentando o volume de recursos enviados para suas famílias. No entanto, os dados sugerem que essa relação não é tão direta ou garantida, deixando em aberto se as remessas de fato impulsionam o progresso econômico sustentável na região (MARTES; SOARES, 2006).

Segundo Prata (2008), os efeitos das remessas internacionais são mais visíveis e benéficos em escala microeconômica. Nesse nível, os recursos enviados por migrantes contribuem diretamente para melhorar as condições de vida das famílias, custeando gastos com saúde, educação e consumo, além de movimentar setores produtivos locais. No entanto, em uma perspectiva macroeconômica, os impactos são menos claros. A entrada maciça de moeda estrangeira, geralmente mais valorizada que a local, pode desequilibrar a taxa de câmbio, gerando pressões inflacionárias, sobretudo em mercados como imóveis e bens duráveis.

> Pode-se criar um estágio de euforia, o que levaria ao que o ex-presidente do *Federal Reserve* Allan Greespan chamou de “exuberância irracional”, ou seja, uma conjuntura econômica com alta generalizada dos preços e crescimento econômico contínuo, mas a baixas taxas de produtividade e sem solidez (PRATA, 2008, p. 24).

Com relação aos demais municípios, conforme aponta a Tabela 9, Teófilo Otoni e Caratinga também registraram aumentos moderados no valor médio do aluguel de

apartamentos de um quarto, passando de 0,46 SM para 0,63 SM e de 0,43 SM para 0,55 SM, respectivamente, o que sugere que o crescimento populacional pode ter influenciado o aumento da demanda por imóveis. O aquecimento no setor imobiliário pode ter provocado aumento na oferta de imóveis. Já em relação aos municípios de Muriaé e Manhuaçu, por outro lado, mantiveram relativa estabilidade, com variações menores, de 0,45 SM para 0,50 SM e de 0,45 SM para 0,43 SM, respectivamente, indicando um possível equilíbrio entre oferta e demanda, dado o quantitativo menor de habitantes. Ipatinga se destacou por uma redução significativa no valor médio do aluguel, passando de 0,60 SM para 0,47 SM, o que pode estar relacionado a um aumento na oferta de imóveis, diminuição de demandas por imóveis, dado a diminuição populacional ou a fatores econômicos locais que impactaram o mercado imobiliário. No entanto, os dados sobre Ipatinga podem ser inconclusivos, uma vez que a oferta de quitinetes na cidade é pouco significativa, representando apenas 12,98% dos imóveis da amostra analisada no município. Essa baixa representatividade pode limitar a precisão da análise sobre esse segmento do mercado imobiliário. No geral, os dados apontam para um aumento no custo da moradia na maioria dos municípios, especialmente em Governador Valadares, enquanto Ipatinga apresenta um movimento contrário, sugerindo particularidades locais que influenciaram a dinâmica do mercado imobiliário.

A análise dos valores médios de aluguel para imóveis de dois quartos entre 2010 e 2025, está sintetizada na Tabela 10, que mostra aumentos expressivos em todos os casos, embora com índices variáveis. Governador Valadares apresentou novamente o maior crescimento proporcional, passando de 0,59 SM para 1,14 SM, praticamente dobrando o custo da moradia nesse segmento. Esse aumento pode estar relacionado à valorização imobiliária, como já mencionado, através da tentativa dos proprietários de compensar os investimentos realizados. Ipatinga também registrou um aumento expressivo, de 0,67 SM para 0,91 SM, seguido por Teófilo Otoni, que passou de 0,58 SM para 0,80 SM, e Manhuaçu, que foi de 0,54 SM para 0,74 SM. Esses aumentos sugerem um crescimento nos custos habitacionais, possivelmente impulsionado por fatores econômicos e estruturais locais. Muriaé e Caratinga apresentaram as menores variações, subindo de 0,58 SM para 0,70 SM e de 0,52 SM para 0,59 SM, respectivamente, o que pode indicar um mercado imobiliário mais estável nessas cidades, com menor demanda por aluguéis de imóveis, em relação às demais. No geral, os dados trazem uma tendência de

encarecimento do aluguel para imóveis de dois quartos em todos os municípios, o que evidentemente impacta na acessibilidade da moradia e maior comprometimento da renda, especialmente para famílias de menor renda. Novamente, o município de Governador Valadares foi aquele que atualmente apresenta o custo mais alto de valores de aluguel.

Tabela 10: Comparativo do valor de aluguéis de imóveis de 2 quartos (em salários-mínimos) por município analisado nos anos de 2010 e 2025

Município	valor médio do aluguel (imóveis de 2 quarto) (em SM) 2010	valor médio do aluguel (imóveis de 2 quarto) (em SM) 2025
Governador Valadares	0,59	1,14
Ipatinga	0,67	0,91
Teófilo Otoni	0,58	0,80
Manhuaçu	0,54	0,74
Muriaé	0,58	0,70
Caratinga	0,52	0,59

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010; Dados de 2025 levantados pelo autor.

Como já mencionado anteriormente, esse aquecimento no mercado imobiliário poderia indicar um poder de compra acima da média da população local. No entanto, ao analisar outros indicadores econômicos relevantes, encontramos algumas contradições que desafiam essa hipótese. Embora o PIB per capita de um município seja frequentemente usado como indicador do poder aquisitivo de sua população, ele não leva em consideração desigualdades internas, distribuição de renda ou custo de vida local, fatores que podem distorcer a percepção real da capacidade econômica dos habitantes. Contudo, utilizaremos esse indicador para traçarmos algumas análises adicionais, correlacionando-o com outras variáveis importantes.

A utilização do PIB per capita a preços correntes como indicador socioeconômico principal se justifica por sua capacidade de sintetizar a relação entre a produção econômica e a população residente de cada município, permitindo uma comparação relativa do nível de atividade econômica e do potencial de geração de renda local entre diferentes localidades. A escolha dos anos de 2019, 2020 e 2021 se fundamenta na disponibilidade de dados oficiais consolidados pela Fundação João Pinheiro para todos os municípios analisados, garantindo consistência metodológica e comparabilidade entre os períodos. Além disso, o recorte temporal contempla o

cenário imediatamente anterior e posterior ao impacto econômico causado pela pandemia de Covid-19, o que possibilita observar eventuais oscilações na dinâmica econômica municipal e sua possível correlação com o comportamento dos preços de aluguel no mesmo intervalo.

Ao correlacionar o PIB per capita com o valor médio do aluguel nos municípios analisados na Tabela 11, percebe-se um aparente paradoxo. Ipatinga, por exemplo, possui o maior PIB per capita entre as cidades avaliadas (R$65,87 mil), mas seu aluguel médio não corresponde ao mais alto, quando comparado a municípios com menor porte econômico. Em contrapartida, Governador Valadares, com um PIB per capita significativamente inferior (R$26,17 mil), apresenta o aluguel mais alto da amostra, evidenciando um descompasso entre a renda média da população e o custo habitacional. Já Caratinga, cujo PIB per capita é de R$24,52 mil, valor próximo ao de Governador Valadares, registra o aluguel médio bem mais baixo, o que sugere que a relação entre renda e custo da moradia está mais condizente com a realidade local, ou adequada para os fatores como oferta imobiliária e demanda local.

Tabela 11: Produto Interno Bruto (PIB) per capita a preços correntes (R$) por município analisado nos anos de 2019, 2020 e 2021

Município	2019	2020	2021
Ipatinga	44.927,86	42.011,93	65.869,82
Manhuaçu	28.885,01	32.729,26	35.607,52
Governador Valadares	24.198,46	23.973,13	26.165,06
Caratinga	19.995,81	21.763,63	24.518,79
Muriaé	22.170,45	22.240,26	24.137,53
Teófilo Otoni	19.199,97	19.874,23	20.893,97

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais - 2019, 2020 e 2021.

Essa tendência de desalinhamento também é observada em Manhuaçu, que, apesar de ter um PIB per capita intermediário (R$ 35,61 mil), apresenta um aluguel médio relativamente menor, destoando da expectativa de que cidades com maior renda tendem a ter aluguéis mais elevados. Esses dados podem refletir que, além do PIB per capita, outros fatores, como a estrutura do mercado imobiliário, o custo de vida e o fluxo migratório, podem exercer forte influência sobre os preços dos aluguéis.

O caso de Ipatinga reforça essa complexidade. Em 2010, era a cidade com o aluguel de imóveis proporcionalmente mais alto entre os municípios analisados (0,60 e 0,67 SM, respectivamente para imóveis de um e dois quartos), mas sua trajetória foi diferente das demais. Apesar de ter o maior PIB per capita da amostra, o valor médio do aluguel não acompanhou o mesmo crescimento observado em Governador Valadares. Isso pode indicar que a oferta de imóveis e a demanda de mercado na cidade expandiu de maneira mais equilibrada, o que ajudou a estabilizar os preços.

A análise do comportamento dos preços de aluguel nos municípios estudados revela que a variação desses valores não se explica unicamente pela renda média, pelo PIB per capita ou por relações simples de oferta e demanda. Conforme demonstra Azzoni (2018), o mercado de locação no Brasil apresenta forte heterogeneidade entre diferentes municípios, mesmo quando eles possuem níveis socioeconômicos semelhantes. Isso indica que fatores locais desempenham papel significativo na formação dos preços dos imóveis para aluguel.

No contexto brasileiro, estudos sobre habitação apontam que a lógica do mercado de locação está intrinsecamente vinculada a questões estruturais, como desigualdades socioeconômicas, padrões de urbanização e características específicas da dinâmica imobiliária (ALMEIDA, 2013). Dessa forma, municípios com baixo rendimento médio podem apresentar valores de aluguel relativamente elevados quando há carência de imóveis disponíveis ou concentração de oportunidades urbanas em áreas restritas, pressionando o custo do acesso à moradia.

No caso dos municípios investigados, como Governador Valadares e Caratinga, o comportamento dos preços praticados pode refletir um padrão já observado em outras regiões brasileiras de porte semelhante, especialmente quando há atuação de agentes imobiliários que, direta ou indiretamente, influenciam a precificação dos imóveis por expectativas futuras de valorização. Conforme analisado por Alvarenga (2024), mesmo cidades menores podem vivenciar distorções de preços associadas à especulação imobiliária, reforçando a ideia de que os valores de aluguel podem se afastar de indicadores puramente econômicos, como o PIB per capita local.

A análise da taxa de desocupação de domicílios pode permitir uma interpretação ainda mais precisa dessas dinâmicas. Caso se verifique que municípios com renda mais baixa apresentam reduzida disponibilidade de moradias para locação, isso fortaleceria o argumento de que a estrutura de oferta influencia mais diretamente os preços do que os indicadores gerais de atividade econômica. Assim, a análise

contribui para refutar uma explicação simplista baseada apenas em oferta e demanda, ampliando a compreensão das múltiplas variáveis que moldam o mercado imobiliário local.

Portanto, podemos concluir que esse cenário revela um padrão inesperado: municípios com PIB per capita mais baixos, como Governador Valadares e Caratinga, podem ter aluguéis relativamente altos em comparação a cidades com PIB mais elevado, como Ipatinga. Esse fenômeno pode indicar a influência de fatores como maior especulação imobiliária ou outras dinâmicas econômicas locais que influenciam os preços independentemente do PIB, da inflação e da renda média da população. Para reforçar a nossa hipótese, iremos analisar também a taxa de desocupação dos domicílios nestes municípios que são apresentadas na Tabela 12.

Tabela 12: Percentual de domicílios particulares permanentes não ocupados e vagos por município analisado nos anos de 2010 e 2022.

Município	2010	2022
Governador Valadares	12,31%	17,46%
Caratinga	11,43%	17,03%
Muriaé	11,21%	15,88%
Teófilo Otoni	10,19%	13,19%
Manhuaçu	11,41%	12,80%
Ipatinga	7,70%	9,88%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2010 e 2022.

A comparação entre os anos de 2010 e 2022 revela um aumento significativo na taxa de domicílios particulares permanentes não ocupados e vagos na maioria dos municípios analisados. Governador Valadares apresentou a maior variação, passando de 12,31% para 17,46%, seguido por Caratinga, que saltou de 11,43% para 17,03%. Muriaé também registrou um crescimento expressivo, indo de 11,21% para 15,88%. Em Teófilo Otoni e Manhuaçu, os aumentos foram mais moderados, passando de 10,19% para 13,19% e de 11,41% para 12,80%, respectivamente. Ipatinga, por sua vez, manteve o menor percentual de imóveis vagos entre as cidades analisadas, embora tenha registrado um leve crescimento, de 7,70% para 9,88%. Esses dados podem indicar que, embora a oferta de imóveis tenha aumentado, isso não resultou automaticamente em maior ocupação, evidenciando que fatores além da simples relação entre oferta e demanda influenciam o mercado imobiliário dessas regiões.

Entre os municípios analisados, Governador Valadares se destaca consistentemente por apresentar um alto percentual de domicílios particulares permanentes não ocupados e vagos. Como já apontado, isso ajuda a reforçar o cenário que sugere um descompasso entre a renda da população e a quantidade de imóveis disponíveis, sugerindo também uma oferta superior à demanda efetiva, possivelmente impulsionada por fatores como especulação imobiliária e dificuldades de acesso à moradia devido aos altos custos.

> O fenômeno da emigração redimensionou o cotidiano das duas cidades [Criciúma e Governador Valadares]. No setor imobiliário, os investimentos dos emigrantes aqueceram o mercado de venda de imóveis e a grande procura inflacionou o mercado. Além disso, a abertura de novos empreendimentos deu novo dinamismo à economia. Contudo, este se apresenta como um aspecto perverso da emigração. (SIQUEIRA, ASSIS e CAMPOS, 2010, p. 235)

Outro ponto relevante é que, embora em Governador Valadares estejam duas instituições federais de ensino superior, a UFJF e o IFMG, que, em teoria, atraem estudantes de outras regiões e investidores para a ocupação de imóveis desocupados, o município ainda apresenta uma maior taxa de ociosidade imobiliária. Esse cenário reforça a influência dos fatores já mencionados.

Para compreender a baixa capacidade de absorção dos custos dos aluguéis, é essencial analisar os valores dos salários médios pagos nos municípios estudados. Para isso, utilizamos como referência a classificação de atividades utilizada pelo IBGE, considerando os setores econômicos de maior relevância e a participação da população ocupada em cada localidade. Essa abordagem permite identificar possíveis descompassos entre os rendimentos dos trabalhadores e o custo habitacional, contribuindo para uma avaliação mais precisa da acessibilidade econômica ao mercado de aluguel, conforme demonstrado a seguir nas tabelas 13 e 14.

Tabela 13: Seções e divisões da classificação de atividades em Governador Valadares no ano de 2010[18]

Atividades[19]	Salário médio (em SM)	Pessoal Ocupado
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1,60	36,21%
Indústrias de transformação	1,90	11,63%
Alojamento e alimentação	1,20	5,20%
Transporte, armazenagem e correio	1,80	4,66%
Saúde humana e serviços sociais	1,90	4,62%
Atividades administrativas e serviços complementares	1,40	4,47%
Educação	3,20	4,08%
Outros	**	29,13%
Total	**	**100%**

Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE (2010)

Tabela 14: Seções e divisões da classificação de atividades em Governador Valadares no ano de 2022.

Atividades[20]	Salário médio (em SM)*	Pessoal Ocupado
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1,61	32,07%
Administração pública, defesa e seguridade social	2,91	13,09%
Indústrias de transformação	1,64	8,18%
Saúde humana e serviços sociais	1,70	8,13%
Atividades administrativas e serviços complementares	1,43	6,53%
Educação	2,31	5,41%
Alojamento e alimentação	1,13	4,86%
Transporte, armazenagem e correio	2,11	3,97%
Outros	**	17,76%
Total	**	**100%**

Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE (2022)

[18] Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?edicao=17076&t=downloads. Acesso em: 03 de mar. 2025.

[19] Não foi possível obter os dados do setor "Administração pública, defesa e seguridade social", visto que não estava disponível no banco de dados.

[20] Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html. Acesso em: 04 de fev. 2025.

Entre 2010 e 2022, observa-se uma reconfiguração na distribuição setorial do emprego formal em Governador Valadares. Em 2010, o setor de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas concentrava 36,21% dos vínculos formais, configurando-se como o principal empregador. Em 2022, embora ainda lidere em termos proporcionais, sua participação reduziu-se para 32,07%, o que pode refletir tanto mudanças estruturais no setor quanto o crescimento relativo de outras atividades econômicas.

O setor de administração pública, defesa e seguridade social, inicialmente não destacado na base de 2010, passou a representar 13,09% dos vínculos formais em 2022, indicando uma ampliação do emprego público. Os serviços de saúde humana e assistência social também apresentaram crescimento, evoluindo de 4,62% para 8,13% do total de empregados. De forma semelhante, as atividades administrativas e serviços complementares ampliaram sua participação de 4,47% para 6,53%, sinalizando uma possível expansão da terceirização de serviços no município.

O setor de educação registrou aumento moderado na participação de vínculos formais, passando de 4,08% em 2010 para 5,41% em 2022, embora com redução no salário médio, de 3,20 para 2,31 salários-mínimos. Já as indústrias de transformação apresentaram retração expressiva no período, passando de 11,63% para 8,18%, com diminuição no salário médio de 1,90 para 1,64 salários-mínimos, o que sugere uma possível redução na presença industrial local.

O setor de transporte, armazenagem e correio também registrou queda proporcional, reduzindo-se de 4,66% para 3,97%, mesmo que seu salário médio tenha aumentado levemente. As demais atividades, agrupadas na categoria “Outros”, passaram de 29,13% para 17,76% do total, refletindo transformações no perfil ocupacional do município.

Além disso, os dados salariais revelam heterogeneidade entre os setores econômicos. Em 2022, o comércio e reparação de veículos, que empregava 32,07% da força de trabalho, registrou salário médio de 1,61 salário-mínimo, praticamente estável desde 2010. Já o setor público, com 13,09% dos vínculos, apresentou o maior salário médio (2,91 salários-mínimos), embora com capacidade limitada de absorção de mão de obra, especialmente qualificada. Setores como saúde, indústrias de transformação, educação e atividades administrativas exibiram rendimentos médios entre 1,43 e 2,31 salários-mínimos.

Essa estrutura produtiva impacta diretamente no acesso à moradia. Em 2022, o salário médio geral (1,86 salários-mínimos) frente ao custo médio de aluguel de imóveis de dois quartos em 2025 (equivalente a 1,14 salários-mínimos) indicou comprometimento de cerca de 61% da renda mensal do trabalhador com o pagamento de aluguel (ver Tabela 15). Esse quadro evidencia desafios estruturais que afetam o orçamento familiar e a possível capacidade de retenção da força de trabalho no município.

Tabela 15: Percentual de comprometimento do salário com aluguel por município analisado nos anos de 2022 e 2025[21]

Município	Média do valor de Aluguéis de imóveis de 2 quartos em 2025 (em SM)	Média Salarial em 2022 (em SM)	Percentual de comprometimento do salário com aluguel
Governador Valadares	1,14	1,86	61,29%
Teófilo Otoni	0,80	1,77	45,10%
Manhuaçu	0,74	1,65	44,98%
Ipatinga	0,91	2,09	43,57%
Muriaé	0,70	1,75	40,06%
Caratinga	0,59	1,84	32,07%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa.

Quando comparamos Governador Valadares com os demais municípios analisados, os dados revelam um cenário ainda mais destoante em relação ao comprometimento da renda com moradia. Teófilo Otoni, Manhuaçu e Ipatinga apresentam percentuais próximos, com 45,10%, 44,98% e 43,57%, respectivamente, o que nos remete a um percentual representativo no custo da moradia sobre os ganhos mensais. Em Muriaé e Caratinga demonstram os menores percentuais, de 40,06% e 32,07%, respectivamente, sugerindo que, nestes municípios, a renda possui um pouco mais de capacidade para absorver os custos habitacionais, o que pode torná-los mais acessíveis e atrativos para trabalhadores em busca de melhor equilíbrio financeiro, nos cenários de atração da mão de obra da região imediata.

[21] Considerando que a média salarial não sofreu grandes alterações entre 2022 e 2025, uma vez que não há dados disponíveis sobre a média salarial para 2025.

No município de Governador Valadares, o comprometimento da renda com a moradia é o mais alto entre as cidades avaliadas, embora nem sempre tenha sido assim. Ao longo dos anos, esse índice apresentou um crescimento significativo. Em 2010, por exemplo, o percentual de renda destinado ao aluguel era de 31,72%, praticamente a metade do valor registrado em 2025, conforme exposto na tabela 16.

Tabela 16: Percentual de comprometimento do salário com aluguel por município analisado no ano de 2010

Município	Valor médio do aluguel de imóveis de 2 quartos em 2010 (em SM)	Salário médio em 2010 (em SM)	Percentual de comprometimento do salário com aluguel 2 quartos
Manhuaçu	0,54	1,64	32,93%
Teófilo Otoni	0,58	1,79	32,40%
Governador Valadares	0,59	1,86	31,72%
Muriaé	0,58	1,84	31,52%
Caratinga	0,52	1,76	29,55%
Ipatinga	0,67	2,36	28,39%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa.

Em 2010, os valores médios de aluguel para imóveis de dois quartos variavam entre os municípios analisados, influenciando diretamente o percentual de comprometimento do salário com moradia. Manhuaçu registrava um aluguel médio de 0,54 salário-mínimo, com um salário médio de 1,64 SM, resultando em um comprometimento de 32,93% da renda com aluguel, sendo que na época era o município com o maior comprometimento da renda em valores pagos de aluguel. Em Teófilo Otoni, o valor médio do aluguel era de 0,58 SM, enquanto o salário médio atingia 1,79 SM, levando a um comprometimento de 32,40%.

Muriaé apresentou valores muito próximos, com um aluguel de 0,58 SM e um salário médio de 1,84 SM, resultando em um comprometimento de 31,52%. O município de Caratinga registrou um aluguel mais baixo, de 0,52 SM, enquanto o salário médio era de 1,76 SM, levando a um comprometimento menor, de 29,55%. Por outro lado, Ipatinga apresentou o menor valor médio de aluguel, de 0,67 SM, mas também o maior salário médio, de 2,36 SM, o que resultou no menor percentual de comprometimento com moradia entre os municípios analisados, 28,39%.

Logo, esse cenário já refletia um descompasso entre renda e custo do aluguel, podendo impactar diretamente a atratividade da cidade para novos trabalhadores, especialmente aqueles que buscavam oportunidades em setores estratégicos. Diante da dificuldade de arcar com os altos valores de aluguel em regiões centrais ou bem estruturadas, muitos buscarão os imóveis mais acessíveis em áreas periféricas, onde os custos são menores, mas a infraestrutura urbana e os índices de segurança são mais precários.

Para ampliar a análise além do percentual de comprometimento da renda com a moradia, comparamos agora o salário médio mensal (em salários mínimos) no setor de maior empregabilidade em Governador Valadares com o de outros municípios de mesmo porte populacional em diferentes regiões do Brasil, resultados apresentados na tabela 17. O critério de escolha dos municípios baseou-se em selecionar localidades com porte populacional semelhante ao de Governador Valadares, abrangendo todas as regiões do Brasil. Para isso, estabeleceu-se uma faixa populacional entre 227.731 habitantes (20 mil a menos que Governador Valadares) e 267.836 habitantes (10 mil a mais que Governador Valadares). Essa delimitação inclui, por exemplo, o município de Ipatinga (MG), cuja população se enquadra nesse intervalo.

Tabela 17: Salário médio mensal (em salários-mínimos) no setor de comércio nos municípios com o mesmo porte populacional que Governador Valadares entre 2010 e 2022.[22]

Município	2010	2022
Hortolândia - SP	2,10	4,10
Itapevi - SP	3,60	2,60
Indaiatuba - SP	2,40	2,50
Itajaí - SC	2,40	2,44
Chapecó - SC	2,10	2,40
Embu das Artes - SP	2,40	2,20
Marília - SP	2,00	2,10
Americana - SP	2,10	2,10

continua

[22] referente ao item "Saúde Humana e Serviços Sociais" do CEMPRE (2022). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html. Acesso em: 04 de fev. 2025.

Município	2010	2022
Macaé - RJ	2,90	2,08
Araraquara - SP	2,10	2,00
São Carlos - SP	2,00	2,00
Parauapebas - PA	2,20	1,97
Colombo - PR	1,80	1,95
Marabá - PA	1,90	1,91
Jacareí - SP	1,90	1,90
Divinópolis - MG	1,60	1,64
Governador Valadares - MG	**1,60**	**1,61**
Parnamirim - RN	1,60	1,56
Ipatinga - MG	1,50	1,55
Volta Redonda - RJ	1,50	1,55
Maracanaú - CE	1,40	1,54
Arapiraca - AL	1,40	1,50
Mossoró - RN	1,50	1,47
Magé - RJ	1,60	1,44
São José de Ribamar - MA	1,30	1,38
Juazeiro do Norte - CE	1,30	1,35

Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE (2010 e 2022)

O desempenho de Governador Valadares em relação aos salários médios mensais no setor de comércio é inferior à maioria dos municípios de mesmo porte. Em 2010, o salário médio na cidade era de 1,60 salários-mínimos, já figurando entre os menores valores do grupo analisado. Em 2022, esse valor subiu marginalmente para 1,61 salários-mínimos, uma variação praticamente insignificante ao longo de 12 anos. Enquanto algumas cidades registraram aumentos expressivos, como Hortolândia-SP (de 2,10 para 4,10 salários-mínimos), Indaiatuba-SP (de 2,40 para 2,50) e Chapecó-SC (de 2,10 para 2,40), Governador Valadares apresentou um crescimento quase nulo. Mesmo municípios que sofreram quedas, como Macaé-RJ (de 2,90 para 2,08) e Itapevi-SP (de 3,60 para 2,60), ainda registram remunerações superiores à de Governador Valadares. O município teve um desempenho semelhante ao de Divinópolis-MG (1,64), Parnamirim-RN (1,56) e Ipatinga-MG (1,55),

mas superou municípios como São José de Ribamar-MA (1,38) e Juazeiro do Norte-CE (1,35), que apresentaram os menores valores da análise.

No entanto, a estagnação salarial revela um cenário possível de incapacidade de retenção de mão de obra no contexto da economia local. Dessa forma, o desempenho de Governador Valadares não pode ser considerado satisfatório, já que a evolução salarial foi uma das mais baixas entre as cidades avaliadas, impactando diretamente o poder de compra, a absorção do custo de moradia e a qualidade de vida da população. Essa realidade ainda expõe trabalhadores e suas famílias a um maior risco de violência e dificuldades no acesso a serviços essenciais, como transporte e educação de qualidade. Além disso, essa limitação pode reduzir o potencial de atração de mão de obra qualificada para a cidade, pois, em municípios menores da região, com custo habitacional igual ou inferior, seria possível evitar tais vulnerabilidades, tornando essas localidades mais competitivas em termos de qualidade de vida e atração de profissionais.

Cunha, Gomes e Fernandes (2017) analisando os dados do Censo Demográfico de 2010, mostram que a microrregião de Governador Valadares já vinha apresentando um saldo migratório negativo, em relação aos dados do Censo anterior, com um número significativamente maior de emigrantes do que de imigrantes (10.396 pessoas). Em Governador Valadares, município polo da microrregião 26.676 pessoas emigraram do município que recebeu 18.736 imigrantes, resultando em um saldo migratório negativo de 7.940 pessoas, que representou 76% da perda populacional da microrregião para Minas Gerais e outras unidades da federação.

Nos dados apresentados por Cunha, Gomes e Fernandes (2017), chama a atenção – embora os autores do trabalho não tenham se atentado para o contexto da informação – o fato de que 6.742 pessoas eram imigrantes de data fixa dentro da própria microrregião[23]. Ou seja, esse grupo de pessoas estava morando em 2005 em um determinado município e, em 2010, foi recenseado em outro dentro da própria microrregião. Deste total, Governador Valadares absorveu apenas 2.201 imigrantes, ou seja, menos de um terço (32,6%). Esse dado aponta para o baixo poder de

[23] A microrregião de Governador Valadares era composta pelos seguintes municípios: Alpercata, Campanário, Capitão Andrade, Coroaci, Divino das Laranjeiras, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocêncio, Galileia, Governador Valadares, Itambacuri, Itanhomi, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raidan, Nova Módica, Pescador, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São José da Safira, São José do Divino, Sobrália, Tumiritinga e Virgolândia.

atratividade de população exercido pelo município. Além de ser o município polo da microrregião, Governador Valadares era o mais populoso, contando com um população de 263.689 habitantes que representava 63,4% da população total da microrregião. Apenas Itambacuri, com 22.809, Coroaci, com 10.270, e Itanhomi, com 11.856, possuíam mais de 10 mil habitantes. Mesmo contando com 21 dos seus 25 municípios, tendo menos de 10 mil habitantes, temos que dois terços dos imigrantes migraram de municípios pequenos para outros municípios pequenos. Esses dados mostram que, além de expulsar a população, o município também possuía uma baixa atratividade.

6.2.2 Segurança

Analisaremos agora os indicadores de segurança e violência, uma vez que esses podem influenciar na dinâmica populacional de Governador Valadares. A segurança pode ser um fator de atração e retenção, pois está diretamente relacionada à qualidade de vida da população, interagindo com fatores como moradia, educação e saúde, que são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico local. Municípios com altos índices de violência enfrentam desafios significativos em termos de estabilidade e bem-estar de seus habitantes, o que pode resultar em um fluxo migratório negativo, com a saída de residentes em busca de ambientes mais seguros. Além disso, a insegurança pode dificultar a atração de novos moradores, especialmente quando a cidade não oferece soluções eficazes para melhorar as condições de segurança pública. As opções de moradia, muitas vezes localizadas em áreas periféricas, podem estar associadas a altos índices de violência e urbanização precária, o que compromete ainda mais as condições de vida da população. Nesse cenário, a violência se torna um dos obstáculos ao crescimento populacional, dificultando a permanência de pessoas que poderiam contribuir para o fortalecimento econômico e social do município.

Por outro lado, a presença de altos índices de violência também pode ter efeitos colaterais no mercado imobiliário, nas atividades comerciais e até na economia local, uma vez que a percepção de insegurança pode desincentivar investimentos e afetar a confiança dos cidadãos e empresários. Assim, os indicadores de violência não refletem apenas o grau de segurança do município, mas também influenciam o movimento populacional e sua capacidade de manter e atrair residentes, impactando

o desenvolvimento urbano e as políticas públicas relacionadas à segurança e bem-estar da população.

De acordo com Hidalgo et al. (2021), a violência é um fenômeno urbano de caráter antrópico e resulta exclusivamente das ações humanas, influenciadas por instituições, políticas públicas e pelo sistema econômico vigente. Uma das suas principais causas é a desigualdade social, que afeta inicialmente as populações marginalizadas – que frequentemente enfrentam dificuldades para suprir suas necessidades básicas – antes de se propagarem para outros setores da sociedade. Ainda, de acordo com os autores, os municípios, como espaços de interações sociais, se tornam espaço de disputas entre diferentes grupos sociais de maneira polarizada: de um lado, as elites dominantes e, de outro, as classes populares das periferias.

Ao se estabelecer no território, a violência se apropria do espaço, perpetuando as condições que lhe deram origem e, ao fazer isso, contribui para sua própria manutenção e intensificação. Esse processo de territorialização da violência implica que os fatores sociais, econômicos e históricos que alimentam a violência se tornam ainda mais enraizados no local, criando um ciclo vicioso. À medida que a violência se fixa no espaço, ela não só reflete as desigualdades e as extensas pré-existências, mas também as amplifica, tornando-se uma característica dominante do território.

A fragmentação urbana e a segregação resultam em uma violência simbólica que afeta os setores mais vulneráveis, que vivem em condições de subsistência e acabam por reproduzir essa violência de forma física contra a sociedade. Segundo Carrión (2008), a compreensão da violência não pode se limitar, como ocorre tradicionalmente, à explicação baseada em causalidades naturais de caráter biológico ou em aspectos morais ligados à religião e às tradições. Da mesma forma, não deve ser reduzida apenas à violação das normas legais, entendida como anomia. Em sua abordagem, a violência não deve ser evidenciada apenas a partir de fatores de risco isolados que a determinam, mas sim como uma manifestação específica das dinâmicas do conflito social.

> *Una afirmación de este tipo nos lleva a comprender la violencia como una condición social que tiene múltiples actores, directos e indirectos, que es cambiante en la historia y en el espacio; y que, por tanto, no existe un antes ni un después de un evento, es decir un continuo; sino un objeto (la violencia), construido socialmente en un lugar y un momento específicos (espaciotiempo). No hay una causa para la violencia, ni tampoco múltiples causas para múltiples tipos de*

> *violencia; y no las hay, porque ese determinismo unívoco no existe.* (CARRIÓN, 2008, p. 115)

Nos processos de urbanização que deram origem às cidades modernas brasileiras, a lógica de produção do espaço passou a ser orientada predominantemente pelas dinâmicas do capital, com forte ênfase no consumo e na circulação de mercadorias. Conforme observa Santos (2009), essa produção espacial não se dá de forma homogênea, mas cria e reforça desigualdades estruturais que têm como base a apropriação seletiva dos meios técnicos e informacionais. Nesse contexto, os espaços urbanos tornam-se simultaneamente lugares de inclusão e exclusão, nos quais determinados grupos são integrados aos circuitos produtivos e outros permanecem à margem. Tais contradições se projetam no plano social, político e territorial, conformando um campo propício ao surgimento de conflitos e formas específicas de violência urbana associadas às desigualdades de acesso ao território e às oportunidades nele disponíveis.

> O espaço urbano é produzido pelos agentes sociais de forma excludente, desigual e injusta, coerente com a lógica capitalista que comanda o desenvolvimento das nossas cidades. As cidades são “produto, meio e condição” (Carlos, 1994: 84) das lutas e conflitos sociais e espaciais que se formam ao longo da história. Assim, no espaço urbano estão, de um lado, os espaços elitizados das classes dominantes; de outro, os espaços periféricos das classes populares e as hiperperiferias dos excluídos. Entre eles forma-se no tecido urbano o espaço da classe média. Esse processo origina um tecido urbano fragmentado, segmentado e contraditório, porém, extremamente articulado (FERREIRA; PENNA, 2005, p. 158).

Nesse sentido, a violência se territorializa na cidade, tornando-se parte constitutiva de sua dinâmica socioespacial. Como argumenta Caldeira (2000), os processos de segregação e fragmentação urbana produzem espaços socialmente desiguais, nos quais a violência deixa de ser um fenômeno isolado e passa a integrar a experiência cotidiana de determinados grupos sociais. Assim, o ambiente urbano se configura não apenas como cenário de manifestações da violência, mas como um espaço que também a produz, alimenta e reproduz, na medida em que práticas sociais, políticas e espaciais reforçam desigualdades estruturais.

Conforme exposto por Silva (2010) a exclusão socioespacial intensifica a violência urbana, alterando seus padrões. De acordo com a autora, na América Latina e Caribe, as taxas de homicídio atingem níveis comparáveis a zonas de guerra,

concentrando-se justamente nessas áreas mais marginalizadas. Nessas regiões, a ausência do Estado e de políticas de bem-estar transforma a violência em mecanismo de sobrevivência, seja para justiça, segurança ou subsistência. Esses territórios combinam vulnerabilidade social e ambiental, reforçando ciclos de segregação e insegurança.

Inicialmente, essa violência se manifesta de forma localizada, restrita a determinadas áreas vulneráveis advinda da exclusão e marginalização de uma parcela restrita da população, devido a uma formação de territórios marcada pela violência dentro do espaço urbano. No entanto, com o tempo, ela se expande para outras regiões da cidade, ampliando sua presença e influência. Esse processo se espalha progressivamente, como reflexo e resposta direta às desigualdades sociais e espaciais impostas pela estrutura urbana sob a lógica capitalista (SILVA, 2010).

> Estabelece-se a violência urbana cíclica onde a desigualdade social vivenciada nas favelas e periferias é a causa principal de adesão populacional ao crime organizado e operacionaliza-se a conversão da violência socialmente instituída e legalizada (pela omissão estatal) em violência reconhecida pelo sistema jurídico como ilegal. (HIDALGO et al, 2021, p. 169)

A partir daí, a concentração de riqueza e oportunidades em determinadas áreas, em contraposição à precariedade e falta de acesso a serviços básicos em outras, intensifica essa dinâmica, gerando ciclos de violência que afetam toda a sociedade, independentemente da classe social ou localização geográfica. A ordem espacial resultante da urbanização perversa, como exposto por Ferreira e Penna (2005) configura-se como uma cidade excludente, com uma estrutura que é constantemente recriada para garantir sua própria continuidade, alimentando a violência e a criminalidade por meio de sua territorialização. O território urbano é, assim, produzido e reproduzido, refletindo e perpetuando formas de violência e criminalidade que se manifestam em fatores sociais, econômicos e políticos concretizados nas cidades. A luta pelo uso do espaço urbano coloca a criminalidade e a violência como um problema coletivo, que exige uma resposta integrada, envolvendo os diversos setores sociais, tanto públicos quanto privados. Nesse contexto, a crise do Estado, com o enfraquecimento da autoridade pública, impacta diretamente o padrão de desenvolvimento da urbanização, seja pela omissão ou pela

falência dos serviços públicos essenciais, ou ainda pela corrupção que degrada a função pública, aprofundando as desigualdades (FERREIRA; PENNA, 2005).

A precarização das condições materiais e sociais nas cidades, expressa na limitação de acesso à habitação, saneamento, transporte, emprego e demais serviços essenciais, aprofunda as desigualdades socioespaciais que marcam a urbanização contemporânea no Brasil. Como observa Rolnik (2015), a financeirização das políticas urbanas intensificou a lógica de produção desigual do espaço, privilegiando setores do mercado em detrimento do direito coletivo à cidade. Nesse sentido, Lefebvre (1991) argumenta que a urbanização, ao invés de garantir o direito à cidade como espaço de realização plena da vida humana, converte-se em mecanismo de exclusão. Paradoxalmente, apesar das contradições que a constituem, a cidade segue como polo de atração de fluxos migratórios em busca de oportunidades, o que, segundo Harvey (2013), revela tanto seu caráter concentrador de capital quanto as crises internas geradas pelo desenvolvimento urbano desigual.

> Durante as décadas de 1960 e 1970, quando ocorreu a explosão demográfica e aceleração da urbanização, com a imigração campo-cidade, não havia nas cidades nem infraestrutura, nem habitação, nem emprego. As massas foram jogadas nas cidades com absoluta ausência de políticas efetivas de proteção à população e organização urbana. Esse processo de aprofundamento da urbanização excludente ocorreu ainda com a queda contínua do valor dos salários, da deterioração da renda, com a diminuição da qualidade dos serviços de educação e saúde. (...) Os resultados desse “desenvolvimento” são desapontadores e se refletem nas galopantes estatísticas da criminalidade e da violência, na longa estagnação econômica, e se traduzem na falta de perspectivas de progresso pessoal e ascensão social, principalmente para os jovens brasileiros – hoje representam o “gargalo” da sociedade que seremos no futuro. (FERREIRA; PENNA, 2005, p. 162)

Dentro do processo de urbanização excludente, que é fundamentado nas desigualdades sociais e econômicas, surgem territórios de segregação e pobreza, onde a violência se manifesta de diversas maneiras: omissão do Estado, rompimento do contrato social, negação de acesso à saúde, cidadania, educação, qualificação profissional, mercado de trabalho, segurança e infraestrutura urbana (FERREIRA; PENNA, 2005).

Além disso, os espaços que estão à margem da lei e da ordem social, segundo Ferreira e Penna (2005), abrigam a população segregada se tornando redutos da

violência em suas diversas formas e sendo convenientes para organizações criminosas e/ou ilegais, que os transformam em centros de seu poder. A violência desses territórios estruturais passa a se entrelaçar com a violência organizada das facções criminosas no contexto atual. Dessa forma, cria-se o território da violência, áreas urbanas tomadas pelas organizações criminosas, que exercem controle sobre elas, tornando-se centros de comando para o crime organizado.

> O pobre é extremamente violentado com a vida nas favelas e periferias. A desigualdade social é a raiz disso. São esses locais abandonados pela lei e à margem dos requisitos da urbanização moderna que abrigam a população excluída socialmente e espacialmente periferizada. Essa população adere ao crime organizado como resposta radical à violência que lhe foi imposta pelo sistema legal, e cai em outra: a ilegal. (FERREIRA; PENNA, 2005, p. 159)

A partir desses locais, essas organizações coordenam suas atividades na cidade e desafiam o poder do Estado e manipulam o exército formado pela população que habita essas regiões. Ferreira e Penna (2005) salientam que a violência organizada surge como um dos agentes da urbanização, aproveitando-se da informalidade, da ilegalidade, da especulação imobiliária, da ausência do poder público, da impunidade e da vulnerabilidade das camadas mais pobres da população. Suas ações incluem ilegalidade, formação de redes, entrega de grandes somas de dinheiro, corrupção de autoridades e cooperação de pessoas.

De acordo com Santos (2012) pode-se afirmar que as representações iniciais de Governador Valadares e dos sujeitos que formaram a identidade coletiva do município foram moldadas por relações de poder, que envolveram a exploração das riquezas do território, algumas nunca alcançadas, e a exploração de seus primeiros habitantes, os índios. Essa identidade carrega a violência como um componente constante, onde o autor denomina como uma terra de aventureiros, o qual a conexão com o território era, muitas vezes, inexistente.

Ao longo da história, essas representações se perpetuam, e a criminalidade continua sendo uma característica marcante desse território.

> As estatísticas apontaram maior incidência dos crimes violentos contra a pessoa, notadamente os homicídios e as tentativas de homicídios, nos territórios periféricos da cidade. Nos anos de 2010 e 2011, 200 pessoas foram assassinadas no território de Governador Valadares.

> Quando se trata dos homicídios tentados verifica-se que a incidência criminal apresenta comportamento semelhante ao crime de homicídio consumado. Nesses locais há diversas carências sociais, locais públicos degradados, ausência do poder público e a presença de um poder paralelo que ocupa os seus espaços. São territórios de marginalização, com maior presença dos fatores de risco e menor presença dos fatores de proteção. Destacam-se os bairros Nossa Senhora das Graças, o bairro Turmalina e os bairros Trevo e Santa Paula, que se situam no ponto periférico distante do Centro, às margens de uma rodovia federal (BR 116), e também precários, no que diz respeito à infraestrutura urbana (SANTOS, 2012, p. 89)

Segundo Lira (2014), a violência urbana se manifesta predominantemente por meio de homicídios, tentativas de homicídio, agressões corporais e roubos. Esses crimes funcionam como indicadores para a análise das variáveis criminais presentes nas práticas sociais de criminalidade violenta e nas estruturas da violência urbana. Além disso, tais delitos estão tipificados no Código Penal Brasileiro e são monitorados pelos departamentos policiais das cidades, permitindo um acompanhamento sistemático das ocorrências. Os principais indicadores utilizados para mapear a criminalidade violenta são classificados em duas categorias: Crimes Violentos contra a Pessoa (CVPes), que englobam homicídios, tentativas de homicídio e lesões corporais, e Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVPat), que incluem assaltos a pedestres em vias públicas, roubos em estabelecimentos comerciais, invasões a residências ou condomínios e furtos ou roubos de veículos.

A pesquisa utilizará alguns indicadores para avaliar o índice de violência em Governador Valadares, comparando aos demais municípios analisados. Os dados, disponibilizados pela Fundação João Pinheiro associados ao Índice Mineiro de Responsabilidade Social[24], abrangem os anos de 2010, 2019 e 2021, e incluem os seguintes indicadores: a taxa de homicídio, a taxa de crimes violentos, a taxa de crimes violentos contra o património e a taxa de crimes violentos contra a pessoa (ambos por 100 mil habitantes). Além disso, o estudo contempla o número de ocorrências de autoextermínio (suicídio) e o número de ocorrências relacionadas ao tráfico de entorpecentes. Também foram analisadas as ocorrências de mortes acidentais no trânsito e o número de vítimas de mortes por lesões registradas em instituições de saúde no mesmo período.

[24] Disponíveis em https://imrs.fjp.mg.gov.br, acesso em 19/04/2025.

A taxa de homicídio doloso (THD), estima a frequência de homicídios dolorosos, ou seja, pessoas acometidas de forma intencional ou voluntária, independentemente do meio utilizado, em que o autor assuma as consequências de sua ação. O cálculo é feito com base no número de casos registrados para cada 100 mil habitantes. O resultado é a razão entre o número de ocorrências de homicídio doloso, registradas pelas polícias estaduais, e a população do município multiplicada por 100.000, conforme a tabela 18.

Tabela 18: THD (por 100 mil habitantes) por município analisado nos anos de 2010, 2019 e 2021

Município	2010	2019	2021
Manhuaçu	12,57	21,06	20,64
Governador Valadares	34,51	28,23	17,72
Caratinga	18,77	11,95	15,03
Muriaé	8,93	13,79	13,64
Ipatinga	20,04	9,11	8,98
Teófilo Otoni	14,1	12,09	5,66

Fonte: Observatório de Segurança Pública - Sejusp; IBGE, Censos Demográficos de 2010 e 2021 (a população dos anos intercensitários foi estimada por interpolação).

Os dados apontados na Tabela 18 indicam para os anos de 2010, 2019 e 2021 nos municípios analisados mostram Governador Valadares registrando uma alta taxa de homicídio doloso ao longo dos anos, apesar da tendência de queda, sendo superado apenas por Manhuaçu, no ano de 2021. Conforme apontado por Santos (2012) os territórios periféricos de Governador Valadares são caracterizados por aglomerados de exclusão social, sendo fortemente influenciados por conflitos e disputas. Essa realidade se expressa de maneira significativa por meio da violência, especialmente na ocorrência de homicídios e tentativas de homicídio.

Os dados revelam uma situação alarmante no que concerne à violência urbana em Governador Valadares. Para efeitos comparativos, conforme demonstrado por Hidalgo et al (2021), Medellín, na Colômbia – que já foi considerada umas das cidades mais violentas do mundo –, com uma população de 2.508.452 habitantes em 2018, registrou no mesmo ano uma taxa de 24,4 homicídios por 100 mil habitantes. Com relação a Guayaquil, no Equador, que com 2.698.077 residentes em 2018 a cidade apresentou uma taxa de apenas 3,16 homicídios por 100 mil habitantes. Em contraste

marcante, Governador Valadares registrou taxas de 34,51 homicídios por 100 mil habitantes em 2010 e 28,23 em 2019, números significativamente superiores aos das duas metrópoles latino americanas mencionadas. Logo, o município apresentou índices de homicídio que superaram significativamente os de importantes cidades latino-americanas com populações dez vezes maiores. Esta comparação torna-se ainda mais impactante quando consideramos a disparidade populacional entre esses centros urbanos e o fato de uma cidade de médio porte como Governador Valadares superar os indicadores de violência letal de grandes metrópoles internacionais reconhecidas historicamente por seus altos índices de violência.

O município de Manhuaçu apresentou aumento significativo na taxa de homicídio entre 2010 e 2019, passando de 12,57 para 21,06 homicídios por 100 mil habitantes, seguido por uma leve redução para 20,64 em 2021. Caratinga oscilou, indo de 18,77 homicídios por 100 mil habitantes em 2010 para 11,95 em 2019 e voltando a subir para 15,03 em 2021. Muriaé apresentou uma tendência de aumento entre 2010 e 2019, indo de 8,93 para 13,79 homicídios por 100 mil habitantes e apresentou uma ligeira em 2021 (13,64). Ipatinga registrou uma expressiva redução no período, passando de 20,04 homicídios por 100 mil habitantes em 2010 para 9,11 em 2019 e 8,98 em 2021. Também Teófilo Otoni também apresentou uma forte queda, passando de 14,1 homicídios por 100 mil habitantes em 2010 para 12,09 em 2019 e apenas 5,66 em 2021.

A redução dos índices em 2021 pode estar associada aos impactos da pandemia de COVID-19, que causaram efeito nas dinâmicas sociais e econômicas, influenciando diretamente os padrões de violência urbana. O isolamento social, as restrições de circulação e a diminuição da atividade econômica podem ter contribuído para a redução de determinados tipos de crimes e incidentes violentos, refletindo nos resultados de 2021.

Outro importante indicador ligado à segurança pública é a taxa de crimes violentos (TCV). Determina-se a taxa de crimes violentos com base no número de casos por 100 mil habitantes, abrangendo os seguintes tipos de ocorrências criminais: homicídio consumado e tentado, roubo consumado e tentado, extorsão mediante sequestro consumado, sequestro e cárcere privado (consumado e tentado), estupro (consumado e tentado), estupro de vulnerável (consumado e tentado) e extorsão (consumado e tentado), conforme definições dos Registros de Eventos de Defesa Social (REDS). A taxa é o resultado da razão entre o total de crimes violentos

registrados pelas polícias estaduais e a população do município, multiplicado por 100.000, conforme indicado na tabela 19[25]. A TCV pode ser desmembrada em taxa de crimes violentos contra o patrimônio e taxa de crimes violentos contra a pessoa, cujas definições serão apresentadas adiante.

Tabela 19: Taxa de crimes violentos (por 100 mil habitantes) por município analisado nos anos de 2012, 2019 e 2021

Municípios	2012	2019	2021
Muriaé	295,03	263,88	180,91
Manhuaçu	109,08	234,96	171,6
Governador Valadares	409,53	287,98	149,91
Caratinga	205,79	238,97	144,97
Ipatinga	343,78	218,29	141,4
Teófilo Otoni	178,49	148,66	85,65

Fonte: Observatório de Segurança Pública - Sejusp; IBGE, Censos Demográficos de 2010 e 2021 (a população dos anos intercensitários foi estimada por interpolação).

Entre os municípios analisados (Tabela 19), Governador Valadares se destacou como o com maior taxa de crimes violentos (TCV) em 2012 e 2019, sendo superado em 2021 apenas por Muriaé e Manhuaçu, registrando respectivamente 409,53 ocorrências por 100 mil habitantes em 2012, 287,98 em 2019 e 149,91 em 2021. Muriaé apresentou um aumento nos índices de 295,03 ocorrências por 100 mil habitantes em 2012 para 263,88 em 2019, seguido por uma queda para 180,91 em 2021, sendo, nesse ano, o município com maior TCV entre os analisados. Situação semelhante ocorreu em Manhuaçu, onde os valores passaram de 109,08 ocorrências por 100 mil habitantes em 2012 para 234,96 em 2019, antes de recuarem para 171,6 em 2021, ficando o município com a segunda maior TCV entre os analisados. Caratinga também teve um crescimento entre 2012 e 2019, passando de 205,79 ocorrências por 100 mil habitantes para 238,97, com posterior redução para 144,97 em 2021. Em Ipatinga, os índices diminuíram progressivamente, passando de 343,78 ocorrências por 100 mil habitantes em 2012 para 218,29 em 2019 e 141,4 em 2021.

[25] Até o ano de 2018 a definição de crimes violentos era composta por nove tipos de delitos. A partir de 2019, essa definição passou a ser composta por treze modalidades delitivas, já listadas. Em 2020, os dados sobre "Crimes Violentos" foram atualizados, a partir de 2012, conforme a definição vigente desde 2019. Por esse motivo optou-se por utilizar os dados de 2012 e não os de 2010, como tem sido adotado no decorrer do trabalho, tendo como objetivo ter um indicador para o ano do Censo Demográfico de 2010.

Já Teófilo Otoni apresentou uma maior redução proporcional, caindo de 178,49 ocorrências por 100 mil habitantes em 2012 para 148,66 em 2019 e 85,65 em 2021, evidenciando uma melhoria significativa em relação a este indicador.

Com relação à taxa de crimes violentos contra o patrimônio (TCPA), ela é estimada com base no número de ocorrências por 100 mil habitantes, incluindo roubo consumado e extorsão mediante sequestro consumado, conforme definido nos REDS. O cálculo é feito a partir da razão entre o total de ocorrências desses crimes registrados pelas polícias estaduais e pela população do município, multiplicada por 100.000 e são apresentados na tabela 20.

Tabela 20: Taxa de crimes violentos contra o patrimônio (por 100 mil habitantes) por município analisado nos anos de 2012, 2019 e 2021

Municípios	2012	2019	2021
Muriaé	179,92	187,56	110,00
Manhuaçu	47,27	142,97	91,23
Ipatinga	247,70	148,44	88,28
Caratinga	118,90	153,16	79,46
Governador Valadares	235,55	169,71	76,20
Teófilo Otoni	112,19	95,31	48,84

Fonte: Observatório de Segurança Pública - Sejusp; IBGE, Censos Demográficos de 2010 e 2021 (a população dos anos intercensitários foi estimada por interpolação).

Os dados analisados na Tabela 20 indicam uma queda nas taxas de crimes violentos contra o patrimônio em 2021, possivelmente influenciada pela pandemia de COVID-19 Governador Valadares apresentou a segunda maior TCPA em 2012 (235,55), ficando atrás somente de Ipatinga, com 247,70 ocorrências por 100 mil habitantes. Em 2019, o município manteve a segunda posição, registrando um TCPA de 169,71 ocorrências por 100 mil habitantes, mas desta vez ficando atrás de Muriaé, com 187,56. Já em 2021, Governador Valadares ocupou a penúltima posição entre os municípios analisados, com uma TCPA de 76,20 ocorrências por 100 mil habitantes, superior apenas que a registrada por Teófilo Otoni (48,84).

A taxa de crimes violentos contra a pessoa (TCPE) é determinada com base no número de ocorrências para cada 100 mil habitantes, abrangendo homicídio consumado e tentado, estupro consumado e tentado, além de estupro de vulnerável

consumado e tentado, conforme as definições dos REDS. O cálculo do resultado da razão entre o total de registros desses crimes pelas polícias estaduais e pela população do município, multiplicado por 100.000, conforme indicado na tabela 21.

Tabela 21: Taxa de crimes violentos contra a pessoa (por 100 mil habitantes) por município analisado nos anos de 2012, 2019 e 2021

Municípios	2012	2019	2021
Governador Valadares	148,01	100,04	63,08
Manhuaçu	27,88	66,5	62,99
Muriaé	61,91	53,33	55,46
Caratinga	64,02	61,91	49,40
Ipatinga	60,40	43,66	36,66
Teófilo Otoni	36,43	40,54	27,61

Fonte: Observatório de Segurança Pública - Sejusp; IBGE, Censos Demográficos de 2010 e 2021 (a população dos anos intercensitários foi estimada por interpolação).

O município de Governador Valadares se destacou ao longo dos anos analisados na Tabela 21 como aquele com as maiores TCPE entre os municípios analisados. Apesar da redução contínua nos valores, passando de 148,01 ocorrências por 100 mil habitantes em 2012 para 100,04 em 2019 e chegando a 63,08 em 2021, Governador Valadares manteve-se no topo do ranking durante todo o período analisado. Apenas Manhuaçu, apresentou uma TCPE muito próxima a do município em 2021 (62,99).

O suicídio pode ser entendido como uma forma de violência autoinfligida e, dentro do debate sobre violência urbana, situa-se como expressão de vulnerabilidades sociais que encontram nas cidades um contexto específico de intensificação. Segundo a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2014), fatores como o estresse crônico, a desigualdade econômica e a limitação no acesso a serviços de saúde mental estão diretamente associados ao aumento do risco de suicídio. A violência urbana, enquanto fenômeno multifacetado, não se restringe a atos externos, mas inclui também processos de violência interna, marcada pelo sofrimento psíquico extremo (MINAYO, 2006). Em cidades de urbanização acelerada, a deficiência de redes de suporte comunitário, somada à competição, ao isolamento e às pressões da vida moderna, contribui para agravar quadros de sofrimento emocional, como

destacam Durkheim (2000) e Bauman (2009), ao associarem o suicídio ao enfraquecimento dos laços sociais e ao sentimento de desamparo urbano. Assim, os registros de suicídio, coletados e classificados segundo a CID-10 no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS), revelam não só a dimensão da violência contra si mesmo, mas também refletem as condições psicossociais de cada território, conforme exemplificado na Tabela 22 desta pesquisa.

Tabela 22: Taxa de Suicídio por mil habitantes por município analisado nos anos de 2010 e 2021

Municípios	2010	2019	2021
Teófilo Otoni	5.94%	7,28%	9.46%
Ipatinga	5.43%	5,27%	8.34%
Manhuaçu	2.98%	10,88%	8,71%
Governador Valadares	4.17%	8,17%	7,78%
Muriaé	2.51%	6,72%	6,72%
Caratinga	3.52%	10,30%	5.72%

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM/DATASUS. Dados populacionais: IBGE, Censos demográficos de 2010 e 2022 (para os anos de 2019 e 2021).

A análise da Tabela 22 revela a evolução da taxa de suicídio por mil habitantes nos municípios selecionados entre os anos de 2010, 2019 e 2021. No período, observam-se dois movimentos principais: tendência de crescimento generalizado até 2019 e oscilações diferenciadas entre 2019 e 2021. Teófilo Otoni apresentou crescimento contínuo, passando de 5,94 por mil habitantes em 2010 para 9,46 em 2021, o maior índice entre os municípios analisados. Ipatinga apresentou leve redução entre 2010 e 2019 (de 5,43 para 5,27) e crescimento significativo até 2021 (8,34 por mil habitantes). Governador Valadares exibiu trajetória semelhante, registrando aumento de 4,17 para 8,17 entre 2010 e 2019, seguido por leve queda para 7,78 em 2021. Em Manhuaçu e Caratinga, os dados indicam um pico em 2019 (10,88 e 10,30, respectivamente), seguido por redução em 2021, ainda que os valores permaneçam acima dos registrados em 2010. Muriaé, por sua vez, registra crescimento moderado, mantendo a taxa de 6,72 entre 2019 e 2021. Esses movimentos sugerem que, apesar de oscilações recentes, as taxas de suicídio continuam elevadas em 2021 para a maioria dos municípios, em comparação com 2010, o que pode estar associado tanto à intensificação de fatores de vulnerabilidade emocional, sociais e econômicos quanto ao acesso facilitado a meios letais nas áreas urbanas (WHO, 2014; MINAYO, 2006).

Estudos indicam que transtornos mentais e comportamentos suicidas podem ser agravados por fatores estruturais e contextuais, como o aumento da criminalidade, o abuso de substâncias e a violência doméstica. Esses elementos são reconhecidos como catalisadores de sofrimento emocional, ao intensificar sentimentos de desesperança, impulsividade e isolamento, especialmente em contextos urbanos caracterizados por desigualdade e vulnerabilidade social (MINAYO, 2006; WHO, 2014). Conforme aponta a Organização Mundial da Saúde, indivíduos expostos a ambientes violentos tendem a apresentar maior risco de suicídio devido à sobrecarga psicológica e ao déficit de suporte social adequado. Além disso, o acesso facilitado a meios letais nas cidades, como armas de fogo, edifícios altos e substâncias tóxicas, contribui para a letalidade das tentativas, conforme demonstrado por pesquisas recentes (BOTEGA, 2015; WHO, 2019). Diferentemente de áreas rurais, onde o acesso a métodos de alta letalidade pode ser mais restrito, os contextos urbanos oferecem maior disponibilidade desses meios, o que pode impactar diretamente as taxas de suicídio. Esse conjunto de fatores revela a interconexão entre violência urbana, condições emocionais e comportamento suicida, aspectos evidenciados nos dados analisados para os municípios estudados, incluindo Governador Valadares.

A quantidade de ocorrências relacionadas ao tráfico de entorpecentes corresponde ao total absoluto de registros desse tipo de crime, conforme definido nos REDS. Esses dados, contabilizados pelas polícias estaduais (militar e civil), estão evidenciados na tabela 23.

Tabela 23: Taxa de ocorrências de tráfico de entorpecentes por mil habitantes por município analisado nos anos de 2013, 2019 e 2021

Municípios	2013	2019	2021
Governador Valadares	2,19	2,08	3,06
Caratinga	3,00	2,92	3,02
Teófilo Otoni	1,12	2,47	2,89
Ipatinga	1,84	2,45	2,54
Muriaé	1,49	1,89	2,40
Manhuaçu	0,97	2,36	2,14

Fonte: Observatório de Segurança Pública – Sejusp. Dados populacionais: IBGE, Censos demográficos de 2010 e 2022 (para os anos de 2019 e 2021).

A Tabela 23 indica um aumento consistente nas taxas de ocorrências de tráfico de entorpecentes em todos os municípios analisados, entre 2013 e 2021. Governador Valadares, por exemplo, passou de 2,19 registros por mil habitantes em 2013 para 3,06 em 2021, apresentando o maior valor absoluto no período (787 ocorrências em 2021). Caratinga também manteve taxas elevadas e relativamente estáveis ao longo dos anos, variando de 3,00 para 3,02 no mesmo intervalo. Já Teófilo Otoni e Muriaé registraram crescimentos mais expressivos: Teófilo Otoni passou de 1,12 para 2,89, enquanto Muriaé subiu de 1,49 para 2,40. Em Manhuaçu, verifica-se um aumento acentuado entre 2013 e 2019, seguido de leve queda em 2021. No caso de Ipatinga, as taxas cresceram entre 2013 e 2019, estabilizando-se em 2021 com ligeira elevação.

A elevação dos registros de tráfico pode estar associada a dinâmicas socioespaciais próprias das cidades médias, onde o aumento da urbanização e a fragilidade das políticas públicas de segurança contribuem para a expansão do mercado ilícito. Segundo Zaluar (2004), o tráfico de drogas, além de constituir uma atividade criminosa, também se articula com a desigualdade socioeconômica e com as trajetórias de exclusão juvenil nos espaços urbanos. Por sua vez, Kahn (2017) aponta que cidades com redes de circulação regional, como as analisadas, tendem a ser estratégicas para o escoamento e distribuição de entorpecentes, o que pode explicar, em parte, o padrão crescente das ocorrências registradas. Ademais, Minayo (2006) enfatiza que o tráfico de drogas integra um sistema de violência difusa nas cidades brasileiras, reforçando as vulnerabilidades sociais e intensificando as dinâmicas de risco, sobretudo em territórios marcados por desigualdades no acesso a serviços básicos e oportunidades de trabalho.

Cabe salientar que, de acordo com Ferreira e Penna (2005), o crime organizado opera tanto em setores ricos quanto pobres, participando de licitações públicas e investindo em áreas como transporte e construção civil para arrecadar fundos para suas atividades ilícitas, como compra de drogas, armas e manutenção de seus exércitos, além de lavar o dinheiro obtido de maneira ilegal. Esses grupos envolvem figuras influentes e políticas, enquanto os pobres são explorados como mão de obra. Para elas, a estratégia do crime organizado é baseada em uma organização espacial hierarquizada que contorna a lei, utilizando armas e criando uma rede que engloba pontos de produção e venda de drogas, transporte, armazenamento e pontos de transbordo. Essa rede, inicialmente local, se expande para níveis regionais e globais.

A ilicitude do crime exige sua operação em locais estratégicos e discretos, muitas vezes na informalidade, onde a ausência do Estado torna esses territórios livres para o domínio das organizações criminosas.

Segundo Waiselfisz (2015), a violência no trânsito integra o quadro mais amplo das violências urbanas no Brasil, sendo um dos maiores desafios de saúde pública, sobretudo em cidades médias com estrutura urbana em expansão e fiscalização insuficiente. As mortes acidentais no trânsito são frequentemente classificadas como violência urbana devido ao seu alto índice nas áreas urbanas, onde o tráfego intenso, a falta de infraestrutura adequada, a imprudência dos motoristas e a aglomeração de pessoas aumentam o risco de acidentes fatais. O ambiente urbano favorece condições que apontam para esses incidentes, como a alta densidade populacional, o trânsito congestionado, a presença de pedestres e ciclistas em áreas de risco, e a falta de fiscalização eficaz em algumas regiões. Além disso, os acidentes de trânsito podem ser vistos como uma forma de violência indireta, já que muitas vezes envolvem comportamento imprudente ou negligente, o que agrava ainda mais o impacto social e humano. O número de ocorrências de mortes acidentais no trânsito corresponde ao total absoluto de vítimas fatais em acidentes de trânsito, conforme o CID-10, registrada no SIM do DATASUS, conforme indicado na tabela 24.

Tabela 24: Taxa de ocorrências de mortes acidentais no trânsito por mil habitantes por município analisado nos anos de 2010, 2019 e 2021

Municípios	2010	2019	2021
Manhuaçu	61,58%	19,59%	44,62%
Teófilo Otoni	71,99%	12,37%	37,84%
Caratinga	25,81%	12,59%	35,49%
Governador Valadares	37,92%	19,05%	28,77%
Ipatinga	15,87%	15,37%	22,39%
Muriaé	47,64%	15,37%	15,37%

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM/DATASUS.
Dados populacionais: IBGE, Censos demográficos de 2010 e 2022 (para os anos de 2019 e 2021).

A Tabela 24 evidencia variações expressivas nas taxas de mortes acidentais no trânsito entre 2010, 2019 e 2021 nos municípios analisados. Em 2010, municípios como Teófilo Otoni (71,99 por mil habitantes) e Manhuaçu (61,58) apresentavam os maiores índices, indicando um cenário crítico de violência no trânsito. Em 2019, observa-se uma queda acentuada em todas as localidades, refletindo possivelmente

os efeitos positivos de políticas nacionais e locais voltadas à segurança viária nesse período, como campanhas educativas, aumento da fiscalização e revisões na legislação, especialmente com a intensificação da Lei Seca (VASCONCELLOS, 2013).

No intervalo entre 2019 e 2021, os dados mostram um novo crescimento nas taxas de mortalidade em quase todos os municípios, com destaque para Manhuaçu (de 19,59 para 44,62) e Teófilo Otoni (de 12,37 para 37,84). Caratinga também apresentou crescimento expressivo, passando de 12,59 para 35,49 por mil habitantes. Cidades como Governador Valadares e Ipatinga, embora apresentem valores menores, também registraram aumento no período. O aumento de mortes registrado em 2021 é particularmente alarmante, pois, apesar das restrições de circulação impostas pela pandemia, os números permaneceram acima dos observados em 2019 e se aproximaram dos níveis do período pré-pandêmico. Esse resultado pode estar associado ao aumento do tráfego de motocicletas, impulsionado pelo crescimento acelerado dos serviços de entrega por delivery, um fenômeno registrado nacionalmente durante a pandemia (IPEA, 2022).

O crescimento da frota de motocicletas, como observado na tabela 25, tem sido acompanhado por um aumento significativo no uso desses veículos tanto no mercado formal quanto no informal, sendo um dos principais meios de transporte urbano. A popularização dos mototáxis para o transporte de passageiros e o crescimento do serviço de entregas por motoboys refletem essa tendência. Essa característica está diretamente relacionada à busca por alternativas de mobilidade mais ágeis e acessíveis, especialmente em cidades com alto tráfego interno.

> O baixo custo para a aquisição e manutenção da motocicleta também corrobora para a maior utilização da motocicleta em nosso meio. A persistente má distribuição de renda e o agravamento das condições socioeconômicas podem ter feito com que grande parte da população não pudesse arcar com os custos de aquisição de veículos mais seguros, estimulando em contrapartida a aquisição de veículos motocicletas. (LIBERATTI, 2000, p. 5)

No entanto, essa ampliação do uso das motocicletas também traz inseguranças, especialmente no que se refere à condição viária. Os motociclistas estão mais expostos a riscos de acidentes e lesões graves em comparação aos ocupantes de veículos de quatro rodas, devido à menor proteção estrutural e à

vulnerabilidade em casos de colisões. A ausência de uma carroceria para amortecer impactos, combinada com fatores como alta velocidade, falta de equipamentos de segurança adequados, condições estruturais da via e de exposição direta ao ambiente urbano, contribui para o aumento do número de acidentes fatais e de traumas decorrentes dessas ocorrências (LIBERATTI, 2000).

A Tabela 25 evidencia um crescimento expressivo no número de motocicletas por mil habitantes em todos os municípios analisados entre 2010 e 2022, fenômeno que acompanha tendências nacionais de ampliação da frota de veículos de duas rodas no período. Governador Valadares, que já apresentava a maior proporção em 2010 (109,2 motocicletas por mil habitantes), manteve a liderança em 2022, atingindo 184,6 motocicletas por mil habitantes, registrando um aumento de 69,1%. Resultados semelhantes são observados em Muriaé (de 106,0 para 176,5) e Ipatinga (de 116,3 para 170,3), que também se destacam pela alta taxa de motorização individual.

Tabela 25: Número de motocicletas (por mil habitantes) por município analisado nos anos de 2010 e 2022

Município	2010	2022
Governador Valadares	109,2	184,6
Muriaé	106,0	176,5
Ipatinga	116,3	170,3
Teófilo Otoni	94,6	166,4
Caratinga	97,0	164,4
Manhuaçu	75,7	130,9

Fonte: Ministério dos Transportes - SENATRAN (2025)

Teófilo Otoni e Caratinga, com incrementos proporcionais robustos (76,0% e 69,4%, respectivamente), aproximam-se da média dos municípios líderes. Manhuaçu, embora tenha registrado a menor taxa tanto em 2010 (75,7) quanto em 2022 (130,9), também apresentou um crescimento percentual acentuado (72,9%), sinalizando um processo de interiorização e popularização do uso da motocicleta em regiões de menor densidade urbana. Para efeito comparativo, a frota de motocicletas em Governador Valadares supera a frota de Juiz de Fora, município que possuía o dobro

de sua população[26]. Em 2022, Juiz de Fora contava com uma frota de 77,93 motocicletas por mil habitantes, enquanto Governador Valadares apresentava mais que o dobro deste número. Este dado revela a dependência significativa da população valadarense por esse meio de transporte, como também possíveis limitações estruturais relacionadas à oferta de transporte público e ao nível de renda da população. A literatura aponta que o uso intensivo de motocicletas está associado à busca por alternativas de deslocamento mais acessíveis diante de sistemas de mobilidade urbana insuficientes ou onerosos, bem como ao crescimento de modalidades de trabalho informal e de entrega rápida por aplicativos, especialmente após a pandemia de Covid-19 (VASCONCELLOS, 2019; RODRIGUES, 2021).

Ao analisar conjuntamente os dados das Tabelas 24 e 25, observa-se um padrão que sugere correlação positiva entre o aumento do número de motocicletas por mil habitantes e as taxas de mortalidade no trânsito nos municípios analisados. Entre 2010 e 2022, todos os municípios registraram crescimento significativo na frota de motocicletas. Governador Valadares, por exemplo, passou de 109 motocicletas por mil habitantes em 2010 para 184 em 2022, sendo esse o maior índice entre os municípios comparados. Manhuaçu, que apresentou em 2021 uma das maiores taxas de morte no trânsito (44,62 por mil habitantes), também viu sua frota crescer de 76 para 131 motocicletas por mil habitantes no período.

Esse crescimento no uso de motocicletas, acompanhado por um aumento expressivo nas mortes relacionadas ao trânsito entre 2019 e 2021, reforça a importância desse modal na composição e gravidade dos acidentes de trânsito no cenário urbano das cidades médias. De acordo com Vasconcellos (2013), motociclistas são um dos grupos mais vulneráveis no trânsito brasileiro, não apenas pela exposição física, mas também devido à precarização das condições socioeconômicas em que frequentemente se inserem, muitas vezes vinculados ao trabalho informal ou em atividades de alto risco, como entregas rápidas.

Além disso, o crescimento da frota de motocicletas pode estar relacionado a mudanças estruturais do mercado de trabalho contemporâneo, especialmente com a expansão dos serviços de entrega por aplicativos durante a pandemia de Covid-19. Segundo relatório recente do IPEA (2022), a pandemia gerou um aumento expressivo

[26] De acordo com o Censo Demográfico de 2022, do IBGE, o município de Juiz de Fora possuía em 2022, uma população de 540.756 habitantes e uma frota de motocicletas de 42.140 veículos emplacados.

na circulação de motocicletas, tanto no transporte individual quanto no delivery, o que elevou a exposição dos motociclistas a situações de risco.

Essa relação entre maior número de motocicletas e aumento das taxas de mortalidade no trânsito também está em linha com a interpretação de Waiselfisz (2015), que categoriza as mortes no trânsito como parte integrante da violência urbana, reforçando que estruturas urbanas frágeis e dinâmicas econômicas instáveis tendem a promover maior risco nas vias, especialmente nos trechos periféricos e nos municípios com menor capacidade de regulação urbana.

Os dados apresentados reforçam o argumento de que a violência urbana constitui um fenômeno multidimensional e estrutural, condicionado tanto por dinâmicas econômicas quanto por processos de segregação espacial (ROLNIK, 2015; HARVEY, 2013).

Para Standing (2014), a deterioração das carreiras ligadas à educação e ao lazer da classe trabalhadora contribuiu para um cenário de criminalidade e uso de drogas, tornando-se uma forma de preencher o tempo e buscar reconhecimento. Atos criminosos aparentemente triviais podem proporcionar uma sensação de emoção mais intensa do que simplesmente vagar sem propósito. Além disso, a lógica neoliberal, que associa sucesso ao consumo, incentiva furtos e roubos, oferecendo breves momentos de conquista pessoal em meio a longos períodos de privação e fracasso.

> Isso faz parte da armadilha da precariedade, que é maior para os homens jovens. Confrontados com as inseguranças de serem do sexo masculino, eles podem ganhar, dessa maneira, um “respeito” momentâneo de baixo nível (COLLISON, 1996). Mas, é claro, há consequências de longo prazo longuíssimos. (STANDING, 2014, p.197)

A relação entre criminalidade e os dados de violência está intrinsecamente ligada às condições de vulnerabilidade social e territorialização precária. O empobrecimento das oportunidades educacionais e de lazer para a classe trabalhadora não apenas restringe alternativas de ascensão social, mas também contribui para a disseminação da criminalidade como forma de preenchimento do tempo e busca por status. Em espaços onde a infraestrutura pública é insuficiente e os laços comunitários são fragilizados, a violência pode se tornar um elemento estruturante da sociabilidade, impulsionando dinâmicas de expulsão populacional.

Nesse contexto, a precarização das condições de vida intensifica processos de deslocamento forçado, seja pela ação direta da violência ou pela inviabilidade de permanência em territórios marcados pela insegurança.

A análise dos indicadores de violência letal e criminalidade, associados aos dados socioeconômicos e territoriais, evidencia que Governador Valadares apresenta um quadro persistente e multifacetado de violência urbana. As elevadas taxas de homicídios, os índices expressivos de ocorrências relacionadas ao tráfico de entorpecentes e acidentes fatais no trânsito, além dos números significativos de suicídios, colocam o município em posição de destaque negativo em relação aos demais centros urbanos de porte semelhante em Minas Gerais. Essas evidências reforçam a compreensão de que a violência em Governador Valadares não se limita a manifestações episódicas, mas está profundamente enraizada em uma estrutura urbana historicamente marcada pela desigualdade socioespacial.

Autores como Caldeira (2000) e Zaluar (2004) já alertavam para a forma como a segregação urbana, a marginalização de territórios periféricos e a ausência de políticas públicas integradas contribuem para a configuração das cidades como espaços produtores e reprodutores de violência. No caso de Governador Valadares, essa condição é agravada pelo desequilíbrio entre os indicadores de desenvolvimento social e econômico: enquanto o setor imobiliário, historicamente alimentado pelas remessas de emigrantes, segue em expansão, serviços essenciais como saúde, segurança e mobilidade urbana evidenciam limitações na capacidade de atendimento à população.

Ao observar a evolução das taxas de violência, constata-se que, apesar de oscilações pontuais, persiste um padrão estruturado de vulnerabilidade que articula violência letal, desigualdade territorial e fragilidade das redes de proteção social. Esse contexto se manifesta de forma mais contundente nas margens urbanas, onde setores historicamente excluídos se tornam os principais afetados pela insegurança e pela desterritorialização social, conforme analisa Santos (2012).

Assim, conclui-se que Governador Valadares se constitui como um território de violência, no qual a fragilidade estatal, a desigualdade social e a precariedade urbana se entrelaçam na conformação de uma ciclicidade de exclusão que contribui tanto para a expulsão de mão de obra quanto para a estagnação socioeconômica. O aprofundamento desse quadro aponta para a urgência de políticas integradas de segurança pública, habitação, mobilidade e inclusão social, que possam romper o

ciclo de reprodução das vulnerabilidades socioespaciais e mitigar os impactos da violência na dinâmica urbana e demográfica do município.

6.2.3 Educação, Estrutura e Remuneração

6.2.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e a Educação

De acordo com o Atlas Brasil de Desenvolvimento (2025), em 1998, o Brasil foi pioneiro ao adaptar e calcular o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para todos os municípios, usando dados do Censo Demográfico. Esse índice segue as dimensões do IDH global (saúde, educação e renda), mas adapta a metodologia ao contexto brasileiro, oferecendo indicadores mais apropriados para avaliar o desenvolvimento nos municípios. O IDHM varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do município. O IDHM considera as seguintes faixas de desenvolvimento humano: muito baixo (0 à 0,499); baixo (0,500 à 0,599); médio (0,600 à 0,699); alto (0,700 à 0,799); muito alto (0,800 à 1,000). O indicador busca avaliar o desenvolvimento humano em países, estados e municípios, contrastando com o Produto Interno Bruto (PIB), que foca apenas no aspecto econômico do desenvolvimento. O IDHM Educação é formado por indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar entre os jovens. A escolaridade da população adulta é medida pela porcentagem de pessoas com 18 anos ou mais que completaram o ensino fundamental. Já o fluxo escolar da população jovem é calculado pela média dos percentuais de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, de jovens de 11 a 13 anos matriculados nos anos finais do ensino fundamental, de jovens de 15 a 17 anos com o ensino fundamental completo, e de jovens de 18 a 20 anos que concluíram o ensino médio. Esses indicadores são selecionados porque a escolaridade da população adulta reflete o desempenho do sistema educacional em épocas anteriores, e pressupõe que todos os adultos brasileiros deveriam ter concluído pelo menos o ensino fundamental.

Embora ainda seja desafiador criar um índice que consiga capturar toda a complexidade do desenvolvimento humano, de acordo com Bohn, Ervilha e Dalberto (2015) é possível aumentar sua utilidade ao incorporar dimensões adicionais relacionadas ao bem-estar. No caso do IDHM, pode-se questionar até que ponto ele reflete, de forma clara, os esforços públicos voltados para garantir os elementos

essenciais ao desenvolvimento. Isso porque os municípios, ao buscarem melhorar seus indicadores, frequentemente enfrentam limitações orçamentárias e dificuldades em otimizar o uso de seus recursos. Nesse contexto, o índice apresenta apenas o resultado final, sem considerar os recursos investidos por cada município e, assim, deixando de captar diretamente a eficiência dos esforços governamentais.

A Tabela 26 apresenta a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios selecionados, com base nos dados dos censos demográficos de 2000 e 2010. Esse indicador sintético, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), permite uma avaliação comparativa das condições de desenvolvimento humano em nível local, a partir de três dimensões fundamentais: longevidade, educação e renda. A análise da variação do IDHM ao longo da década possibilita compreender as dinâmicas socioeconômicas dos municípios, destacando avanços e persistências de desigualdades. Nesse sentido, observar o desempenho de Governador Valadares em relação às demais cidades revela tanto seu posicionamento relativo no estado quanto aspectos estruturais que podem influenciar sua capacidade de atrair e reter população, especialmente força de trabalho qualificada.

No período de 2000 a 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Governador Valadares, de acordo com o exposto na Tabela 26, passou de 0,635 para 0,727, alcançando o mesmo valor da média brasileira para 2010 (0,727) e superando tanto Caratinga (0,606 → 0,706) quanto Teófilo Otoni (0,589 → 0,701). Esse crescimento reflete avanços relevantes nas dimensões que compõem o índice e posiciona o município em uma faixa de desenvolvimento humano “alto”, segundo a classificação usada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Todavia, a evolução de Governador Valadares apresenta uma taxa de incremento inferior à de alguns municípios da análise, como Muriaé (0,635 → 0,734) e Ipatinga (0,684 → 0,771), o que sugere que, embora tenha recuperado terreno, ainda existe um espaço relativo para aceleração dos ganhos de desenvolvimento humano.

Tabela 26: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) por município analisado nos anos de 2000 e 2010[27]

Territorialidades	IDHM 2000	IDHM 2010	IDHM Renda 2000	IDHM Renda 2010	IDHM Longe-vidade 2000	IDHM Longe-vidade 2010	IDHM Educa-ção 2000	IDHM Educa-ção 2010
Brasil	0,612	0,727	0,692	0,739	0,727	0,816	0,456	0,637
Caratinga (MG)	0,606	0,706	0,659	0,697	0,751	0,836	0,45	0,603
Governador Valadares (MG)	0,635	0,727	0,699	0,714	0,757	0,834	0,484	0,644
Ipatinga (MG)	0,684	0,771	0,697	0,752	0,787	0,864	0,583	0,705
Manhuaçu (MG)	0,610	0,689	0,678	0,692	0,806	0,839	0,416	0,563
Muriaé (MG)	0,635	0,734	0,664	0,731	0,784	0,853	0,493	0,634
Teófilo Otoni (MG)	0,589	0,701	0,635	0,698	0,746	0,824	0,431	0,598

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP.

Ao desagregar a composição do IDHM, verifica-se que Governador Valadares obteve avanços consideráveis na dimensão Educação (0,484 → 0,644) e Longevidade (0,757 → 0,834) no período 2000-2010, desempenho comparável ou até superior ao observado no Brasil (Educação: 0,456 → 0,637; Longevidade: 0,727 → 0,816). Em contrapartida, a dimensão Renda para o município evoluiu de 0,699 para 0,714, ainda que acima da média nacional de 2000 (0,692) e 2010 (0,739), seu incremento percentual foi modesto frente a municípios como Ipatinga (0,697 → 0,752). Esse padrão indica que Governador Valadares conta com estruturas de qualificação e longevidade relativamente consolidadas, o que favorece a atração de mão de obra, porém enfrenta desafios estruturais em termos de rendimento e distribuição de oportunidades que podem impactar sua capacidade de retenção de trabalhadores qualificados.

[27] A utilização apenas de dados dos anos de 2000 e 2010 se dá pelo atraso na realização e na divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 2022, o que tem impossibilitado o cálculo do IDHM.

Ainda para Bohn, Ervilha e Dalberto (2015), é possível que dois municípios obtenham o mesmo valor de IDHM, mesmo aplicando volumes distintos de recursos. Naturalmente, espera-se que aquele que emprega seus recursos de maneira mais eficiente consiga economizar e direcionar investimentos para outras áreas não avaliadas pelo índice, como conservação ambiental, cultura e lazer, que também impactam positivamente a qualidade de vida da população e os serviços oferecidos. Contudo, essas melhorias não são consideradas no cálculo do IDHM. Assim, a eficiência na aplicação de recursos em áreas fundamentais do desenvolvimento emerge como um indicador relevante dos esforços empreendidos pelos gestores municipais, podendo influenciar os índices de desenvolvimento e alterar a percepção dos agentes econômicos sobre a relação entre a administração municipal e o nível de qualidade de vida local.

Todos os municípios analisados, com exceção de Manhuaçu, em 2010 se enquadravam na faixa de IDHM alto (0,700 à 0,799). Manhuaçu, tanto em 2000 quanto em 2010, apresentou um IDHM médio (0,600 à 0,699), embora com um valor muito próximo ao limite inferior da faixa de IDHM alto no ano de 2010. O destaque entre os municípios foi Teófilo Otoni, que passou de um IDHM baixo (0,500 à 0,599) em 2000 para um IDHM alto em 2010.

Embora indicadores como o IDH-M e o PIB possam sugerir um desenvolvimento socioeconômico de Governador Valadares, o comportamento do Valor Adicionado Fiscal (VAF) – um indicador que reflete a participação do município na arrecadação do ICMS estadual e, consequentemente, seu dinamismo econômico, revela uma tendência de declínio desde 1971, contrariando essa percepção. Martes e Soares (2006), ao analisarem a evolução do VAF de Governador Valadares, apontaram que em 1971, ele era de 1,346, mas caiu para 0,865 em 1990, seguido por uma leve recuperação para 0,936 em 1995. A partir daí, o VAF apresentou queda contínua, chegando a 0,688 em 2004, o que representa uma redução de 26,5% em nove anos.

> A análise temporal do comportamento dos índices que definem, com base na receita do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços e Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) arrecadado em todo o Estado, a participação de cada município no movimento geral das operações tributáveis sugere, contudo, certa reserva quanto ao dinamismo econômico insinuado pelo IDH-M e pelo PIB. O Valor

> Adicionado Fiscal (VAF) – índice que determina a cota-parte do município no ICMS – consiste em indicativo do comportamento da economia municipal, pois resulta da relação entre a diferença anual dos fluxos de entrada e saída de mercadorias e serviços no município. (MARTES; SOARES, 2006, p. 48)

Essa trajetória descendente indica que a base produtiva de Governador Valadares perdeu relevância no cenário estadual. O VAF em queda sugere que o município está gerando menos valor em sua economia local, com menor capacidade de vender mercadorias e serviços fora de seus limites. Em outras palavras, enquanto outros indicadores podem pintar um quadro positivo, o VAF revela uma fragilidade na estrutura econômica do município, questionando a sustentabilidade do seu desenvolvimento no longo prazo (MARTES; SOARES, 2006).

Apesar de avanços gerais, há indícios de que os municípios enfrentam dificuldades relacionadas à gestão de recursos e à superação de desigualdades internas. Isso pode incluir desafios econômicos, sociais ou estruturais, que limitam o impacto das políticas públicas sobre os indicadores de desenvolvimento. Contudo, embora o atraso na divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 2022, tenha impossibilitado a atualização desses indicadores, a análise comparativa dos dados disponíveis permite identificar quais municípios obtiveram melhorias significativas no IDHM e quais enfrentam dificuldades para avançar nesse aspecto. Aparentemente, todos os municípios analisados tiveram esforços e melhoraram no IDHM entre 2000 e 2010, embora esses dados não sejam conclusivos para ampliar o entendimento de que houve melhorias na estrutura econômica dos municípios avaliados.

6.2.3.2 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi instituído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007 como uma métrica para aferir a qualidade do ensino nas escolas públicas e privadas do Brasil. Compreendendo tanto os anos iniciais (1º ao 5º ano) quanto os finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental, além do ensino médio, o IDEB combina dois componentes essenciais: o rendimento escolar, representado pela taxa de aprovação, e o desempenho dos estudantes nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, aferidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Nas palavras de Fernandes (2007), o índice foi concebido para promover uma cultura de

resultados no sistema educacional brasileiro, incentivando escolas e redes de ensino a buscarem avanços contínuos no aprendizado dos alunos.

A criação do IDEB está vinculada ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, formalizado pelo Decreto nº 6.094/2007, que estabelece a centralidade da aprendizagem e da permanência escolar como metas estratégicas das políticas públicas educacionais. Segundo Soares e Xavier (2013b), o IDEB representa um marco na gestão educacional, ao integrar indicadores de fluxo e aprendizagem em um único índice sintético, possibilitando o acompanhamento periódico do desempenho escolar. Dessa forma, mesmo reconhecendo a importância da ampliação de recursos e infraestrutura, o IDEB destaca a qualidade do processo pedagógico e a efetividade da trajetória escolar dos estudantes como elementos essenciais para o fortalecimento da educação básica no Brasil.

> O IDEB de uma escola ou de uma rede de ensino é definido como o produto de um indicador de desempenho, tomado como o nível médio da proficiência dos alunos da escola ou sistema, obtido na Prova Brasil, por um indicador de rendimento, definido como o valor médio das taxas de aprovação da escola ou sistema, obtido no Censo Escolar. O valor do Ideb cresce com melhores resultados do aprendizado dos alunos e cai se as taxas de aprovação também caem. Um dos motivos da grande respeitabilidade que o Ideb obteve é o fato de agregar, em um único indicador, uma medida de desempenho e outra de rendimento, dimensões fundamentais para uma análise relevante de sistemas de educação básica. (SOARES E XAVIER, 2013a, p. 906)

O IDEB, que varia de 0 a 10, é calculado a cada dois anos, com metas estabelecidas para escolas, redes de ensino e estados, funcionando como um termômetro para identificar avanços e desafios no sistema educacional. Sua importância está na possibilidade de monitorar a qualidade da educação, formular políticas públicas que abordem questões como repetência, abandono e baixo aprendizado, além de promover transparência e permitir comparações entre escolas, municípios e regiões, buscando a melhoria contínua da educação básica no Brasil. Segundo Soares (2013), o IDEB se tornou a principal, e frequentemente única, ferramenta para analisar a qualidade da educação básica brasileira, desempenhando um papel central no debate educacional do país. Sua introdução trouxe à tona a ideia de que os sistemas educacionais brasileiros devem ser avaliados não apenas pelos processos de ensino e gestão, mas, principalmente, pelo aprendizado e pela trajetória

escolar dos alunos. Até então, as análises da educação básica eram predominantemente centradas na expansão dos sistemas, com soluções como a ampliação de horas-aula, etapas obrigatórias, recursos, escolas e professores.

A Tabela 27 apresenta os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) referente aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) nos municípios selecionados para os anos de 2011, 2019 e 2021. Esse indicador, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), permite avaliar o desempenho e a evolução da qualidade da educação básica em nível municipal, por meio da combinação de dados de rendimento escolar e proficiência em língua portuguesa e matemática. A análise dos dados ao longo das três edições do IDEB permite compreender os avanços e desafios de cada município no campo educacional, bem como as possíveis relações entre o desempenho educacional e outros fatores socioeconômicos, incluindo a capacidade de atração e retenção de força de trabalho qualificada.

Tabela 27: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (anos iniciais) por município analisado nos anos de 2011, 2019 e 2021

Município	2011	2019	2021
Ipatinga	5,7	6,6	6,4
Muriaé	6,2	6,7	6,3
Caratinga	5,9	6,4	6,0
Governador Valadares	5,4	6,2	5,8
Manhuaçu	5,9	6,3	5,8
Teófilo Otoni	5,4	5,8	5,5

Fonte: INEP (2025)

A comparação dos resultados do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental evidencia um cenário de forte heterogeneidade educacional entre os municípios analisados. Considerando os dados mais recentes disponíveis para Brasil e Minas Gerais, observa-se que o país alcançou 6,0 pontos em 2023, enquanto o estado obteve 6,3 pontos, situando-se acima da média nacional. Quando comparados a esse referencial mais amplo, os municípios analisados apresentam desempenhos distintos, com tendências de crescimento entre 2011 e 2019, seguidas de ligeira queda em 2021, período impactado pelos efeitos da pandemia de COVID-19 sobre os indicadores educacionais.

Ipatinga e Muriaé exibem os melhores desempenhos ao longo da série, alcançando 6,4 e 6,3 pontos, respectivamente, em 2021, permanecendo próximos à média mineira e acima da brasileira. Caratinga e Governador Valadares apresentam resultados intermediários, chegando a 6,0 e 5,8 pontos, respectivamente, demonstrando avanços significativos em relação a 2011, embora ainda abaixo dos referenciais estadual e nacional mais recentes. Manhuaçu apresenta desempenho semelhante ao de Governador Valadares (5,8 em 2021), indicando estabilidade moderada. Já Teófilo Otoni apresenta os resultados mais baixos do grupo (5,5 em 2021), situando-se em posição menos favorável no conjunto dos polos regionais analisados.

De modo geral, as comparações mostram que nenhum dos municípios avaliados supera simultaneamente os indicadores estadual e nacional, sugerindo que desafios estruturais da rede pública seguem influenciando os resultados educacionais. Entretanto, o histórico de avanços entre 2011 e 2019 demonstra que capacidades locais de melhoria existem, sendo a queda em 2021 mais fortemente associada ao contexto pandêmico do que a retrocessos estruturais. A análise reforça a importância da qualificação educacional como fator-chave para a atração e fixação de mão de obra qualificada, especialmente em cidades como Governador Valadares, onde os resultados se mantêm em nível mediano frente aos demais polos regionais mineiros.

A Tabela 28 apresenta os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) nos municípios analisados, com dados referentes aos anos de 2011, 2019 e 2021. Esse índice, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considera tanto o desempenho dos alunos em avaliações de língua portuguesa e matemática quanto as taxas de aprovação escolar. A análise dos resultados permite observar o desempenho educacional de cada município ao longo do tempo e identificar fatores estruturais que influenciam a qualidade do ensino nas etapas finais da educação básica.

Tabela 28: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (anos finais) por município analisado nos anos de 2011, 2019 e 2021

Município	2011	2019	2021
Ipatinga	4,7	5,3	5,6
Muriaé	4,9	5,2	5,4
Caratinga	4,2	4,6	5,1
Governador Valadares	4,1	4,6	5,1
Manhuaçu	4,2	4,5	4,9
Teófilo Otoni	4,1	4,1	4,5

Fonte: INEP (2025)

Os resultados do IDEB, expostos na Tabela 28, para os anos finais do ensino fundamental nos municípios analisados apresentam avanços moderados entre 2011 e 2021, embora com desempenho geral abaixo dos anos iniciais. O Brasil obteve 5,1 pontos em 2023, enquanto Minas Gerais registrou 5,4 pontos no mesmo ano, valores que servem como referência para avaliação comparativa das realidades municipais .

No conjunto dos municípios selecionados, Ipatinga e Muriaé se destacam pelos resultados mais elevados em 2021, atingindo 5,6 e 5,4 pontos, respectivamente, ambos acima da média nacional e próximos ao patamar estadual. Em seguida, Caratinga e Governador Valadares alcançaram 5,1 pontos, demonstrando evolução significativa desde 2011 e alinhamento ao desempenho geral brasileiro. Manhuaçu apresenta pontuação ligeiramente inferior (4,9), mas ainda assim dentro de uma trajetória de crescimento contínuo ao longo da série histórica. Teófilo Otoni obtém o menor IDEB do grupo (4,5 em 2021), revelando maior desafio na aprendizagem e na trajetória escolar dos estudantes nos anos finais.

A literatura nacional demonstra que a permanência da população jovem em municípios de médio porte depende diretamente da articulação entre formação educacional e inserção profissional. Brandão (2012) destaca que a escassez de empregos qualificados, somada à baixa diversificação econômica, intensifica a saída de jovens em busca de melhores condições em grandes centros urbanos. Martes (2011) reforça que a migração juvenil opera como estratégia de mobilidade social diante da ausência de oportunidades de aproveitamento do capital humano localmente formado. No contexto de cidades médias brasileiras, Oliveira (2019) identifica que a expansão do ensino superior pode contribuir para a fixação populacional, desde que acompanhada de estruturas econômicas capazes de absorver a mão de obra qualificada. A esse entendimento, Monte-Mór (2006)

acrescenta que cidades que não se consolidam como polos de conhecimento e inovação tendem a perder competitividade territorial, o que afeta negativamente sua dinâmica demográfica. Assim, a capacidade educacional de municípios como Governador Valadares atua como elemento estruturante para reduzir fluxos emigratórios e evitar a perda contínua de capital humano jovem.

A análise comparada evidencia, portanto, que Governador Valadares situa-se em nível intermediário de qualidade educacional dentro do grupo de polos regionais avaliados. Embora tenha superado defasagens observadas em 2011, seu desempenho permanece abaixo da referência estadual e do melhor resultado municipal da amostra, o que reforça a necessidade de fortalecimento das ações pedagógicas na educação básica. Considerando a relevância desse nível de escolaridade para a qualificação da mão de obra local, os resultados dos anos finais ajudam a explicar as dificuldades estruturais do município na retenção de população jovem e na formação de bases educacionais que sustentem trajetórias mais qualificadas de inserção produtiva.

6.2.3.3 Infraestrutura educacional e a questão da remuneração

Na Tabela 29, temos a infraestrutura educacional, ou seja, o número de escolas de ensino infantil, ensino fundamental e médio, o número de matrículas e o número de docentes para os municípios analisados.

Tabela 29: Número de estabelecimentos de ensino, de alunos matriculados e docentes por nível de escolarização e por município analisado nos anos de 2010, 2019 e 2021

Indicadores			Governador Valadares	Ipatinga	Teófilo Otoni	Muriaé	Caratinga	Manhuaçu
Ensino Infantil	2010	Nº de estabelecimentos	96	94	62	54	44	50
		Nº de matrículas	8.073	7.323	3.514	3.489	2.889	3.305
		nº de docentes	692	799	209	158	205	187
		Alunos/docente	11,67	9,17	16,81	22,08	14,09	17,67

continua

	Indicadores		Governador Valadares	Ipatinga	Teófilo Otoni	Muriaé	Caratinga	Manhuaçu
Ensino Infantil	2019	Nº de estabelecimentos	88	99	72	44	52	57
		Nº de matrículas	12.182	10.053	4.809	4.165	3.646	3.862
		nº de docentes	952	714	328	196	224	197
		Alunos/docente	12,80	14,08	14,66	21,25	16,28	19,60
	2021	Nº de estabelecimentos	88	89	75	45	48	55
		Nº de matrículas	10.639	9.037	4.400	4.093	3.343	3.604
		nº de docentes	631	692	318	181	218	201
		Alunos/docente	16,86	13,06	13,84	22,61	15,33	17,93
Ensino Fundamental	2010	Nº de estabelecimentos	127	94	99	75	63	58
		Nº de matrículas	41.762	35.433	23.169	14.499	13.552	14.030
		nº de docentes	2.278	1.743	1.160	695	705	701
		Alunos/docente	18,33	20,33	19,97	20,86	19,22	20,01
	2019	Nº de estabelecimentos	116	76	80	51	53	48
		Nº de matrículas	33.416	30.137	17.889	12.001	10.693	12.103
		nº de docentes	1.987	1.569	1.083	687	668	654
		Alunos/docente	16,82	19,21	16,52	17,47	16,01	18,51
	2021	Nº de estabelecimentos	109	75	80	51	53	47
		Nº de matrículas	31.516	29.664	16.960	11.854	10.495	11.594
		nº de docentes	1.856	1.530	1.066	690	654	637
		Alunos/docente	16,98	19,39	15,91	17,18	16,05	18,20

continua

	Indicadores		Governador Valadares	Ipatinga	Teófilo Otoni	Muriaé	Caratinga	Manhuaçu
Ensino Médio	2010	Nº de estabelecimentos	37	21	24	15	20	14
		Nº de matrículas	11.452	9.986	6.366	3.712	3.320	2.852
		nº de docentes	713	502	404	254	295	253
		Alunos/docente	16,06	19,89	15,76	14,61	11,25	11,27
	2019	Nº de estabelecimentos	45	22	27	16	21	16
		Nº de matrículas	9.628	8.647	5.704	3.612	3.142	3.188
		nº de docentes	804	516	468	324	315	295
		Alunos/docente	11,98	16,76	12,19	11,15	9,97	10,81
	2021	Nº de estabelecimentos	45	23	27	16	21	17
		Nº de matrículas	9.294	8.132	4.961	3.412	2.891	2.944
		nº de docentes	841	525	505	328	322	303
		Alunos/docente	11,05	15,49	9,82	10,40	8,98	9,72

continua

	Indicadores		Governador Valadares	Ipatinga	Teófilo Otoni	Muriaé	Caratinga	Manhuaçu
Total	2010	Nº de estabelecimentos	260	209	185	144	127	122
		Nº de matrículas	61.287	52.742	33.049	21.700	19.761	20.187
		nº de docentes	3.683	3.044	1.773	1.107	1.205	1.141
		Alunos/docente	16,64	17,33	18,64	19,60	16,40	17,69
	2019	Nº de estabelecimentos	249	197	179	111	126	121
		Nº de matrículas	55.226	48.837	28.402	19.778	17.481	19.153
		nº de docentes	3.743	2.799	1.879	1.207	1.207	1.146
		Alunos/docente	14,75	17,45	15,12	16,39	14,48	16,71
	2021	Nº de estabelecimentos	242	187	182	112	122	119
		Nº de matrículas	51.449	46.833	26.321	19.359	16.729	18.142
		nº de docentes	3.328	2.747	1.889	1.199	1.194	1.141
		Alunos/docente	15,46	17,05	13,93	16,15	14,01	15,90

Fonte: INEP (2025)

A análise do quantitativo de estabelecimentos de ensino por nível de escolarização nos municípios ao longo dos anos, apresentado na Tabela 29, revela uma tendência geral de redução, com destaque para algumas variações expressivas. Governador Valadares apresentou uma diminuição de 18 estabelecimentos entre 2010 e 2021, passando de 260 para 242, com a maior queda registrada no Ensino Fundamental (-18). Ipatinga teve uma redução ainda mais acentuada, perdendo 22 estabelecimentos no total, especialmente devido à queda no Ensino Fundamental (-19). Teófilo Otoni, por sua vez, apresentou uma variação mínima, com uma redução de apenas 3 estabelecimentos, passando de 185 para 182. Embora tenha registrado uma queda no Ensino Fundamental (-19), compensou parcialmente essa redução com um aumento no Ensino Infantil (+13) e no Ensino Médio (+3). Muriaé foi o município que apresentou a maior queda proporcional, com uma redução de 32 estabelecimentos no total, variando de 144 em 2010 para 112 em 2021,

principalmente devido à significativa redução no Ensino Fundamental (-24). Caratinga manteve um cenário mais estável, registrando uma redução de apenas 5 estabelecimentos, passando de 127 para 122, com queda discreta no Ensino Infantil (-4) e estabilidade nos demais níveis de ensino. Já Manhuaçu teve uma variação mínima, com redução de apenas 3 estabelecimentos, passando de 122 para 119, apresentando leve queda no Ensino Fundamental (-11) e um pequeno aumento no Ensino Médio (+3).

De modo geral, em todos os períodos avaliados, os municípios apresentaram a maior concentração de matrículas no Ensino Fundamental, seguido pelo Ensino Infantil e, por último, o Ensino Médio. Esse padrão reflete as características da oferta educacional em cada região e pode indicar também problemas relacionados à evasão escolar no Ensino Médio, influenciada por desigualdades socioeconômicas e outros fatores que esta pesquisa não aprofunda. A redução do número de matrículas no ensino infantil e fundamental entre 2010 e 2021 também está associada a queda da taxa de fecundidade[28] no período, o que implicaria em uma redução na demanda por vagas nesses níveis.

A variação no total de matrículas, especialmente no Ensino Infantil e Médio, sugere diferenças na demanda e na capacidade de atendimento dessas etapas educacionais. Além disso, ao comparar o IDEB, o número de estabelecimentos de ensino e o total de docentes por nível de escolarização, emergem aspectos relevantes que merecem atenção para a análise e caracterização do município de Governador Valadares.

Ao analisar a variação no número de alunos matriculados entre 2010 e 2019 nos municípios avaliados (Tabela 29), observa-se que todos apresentaram uma redução no total de matrículas, com destaque para o Ensino Fundamental, refletindo possíveis fatores como a diminuição da população em idade escolar e desafios na retenção de estudantes. Governador Valadares, que em 2010 registrava 61.287 alunos matriculados, teve uma queda de 9,89%, chegando a 55.226 matrículas em 2019. Ipatinga apresentou um comportamento semelhante, passando de 52.742 para 48.837 alunos, uma redução de 7,39%. Já Teófilo Otoni sofreu a maior queda

[28] A taxa de fecundidade é o resultado da divisão, em um dado período, do número de nascidos vivos e a população feminina dentro do período reprodutivo, que é usualmente considerado como sendo dos 15 aos 49 anos. Para o Brasil, a taxa de fecundidade, que em 2000 era de 2,32 (filhos por mulher em idade reprodutiva), caiu para 1,75 em 2010 chegando a 1,57 em 2023 (IBGE, 2024).

proporcional, com uma diminuição de 14,05%, saindo de 33.049 para 28.402 alunos. Em Muriaé, a retração foi de 8,86%, enquanto Manhuaçu registrou uma redução de 5,12%. Caratinga teve a menor variação, com uma queda de 11,56% no total de matrículas. Ao analisar as etapas de ensino, observa-se que o Ensino Fundamental foi o que mais influenciou essa redução, com quedas expressivas em todos os municípios. O Ensino Infantil, por outro lado, apresentou crescimento em algumas cidades, como Governador Valadares (+50,95%) e Ipatinga (+37,34%), sugerindo um aumento na demanda por vagas na educação infantil ao longo da década.

Em relação aos dados de 2021, é importante fazer uma ressalva, considerando a tendência de redução no número de matrículas, já observada entre 2010 e 2019, essa foi acentuada, possivelmente refletindo os impactos da pandemia de COVID-19.

Em Governador Valadares, ainda de acordo com a Tabela 29, o número total de docentes se manteve praticamente estável entre 2010 e 2019, passando de 1.205 para 1.207 docentes. No entanto, em 2021, o número total de docentes caiu para 1.194, o que representa uma redução de 1,1% em relação a 2019. A maior queda ocorreu no número de docentes no Ensino Infantil, que passou de 224 para 218, enquanto o Ensino Fundamental também teve uma leve queda de 668 para 654 docentes. Já o Ensino Médio apresentou uma pequena adição, de 315 para 322 docentes. Já em Ipatinga, o número de docentes apresentou flutuações mais marcantes. Em 2010, Ipatinga contava com 3.683 docentes. Em 2019, houve um aumento de 1,6%, totalizando 3.743 docentes. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelo Ensino Infantil, que teve um aumento expressivo de 37,5%, passando de 692 para 952 docentes. No entanto, em 2021, o número total de docentes caiu para 3.328, uma redução de 11,1% em relação a 2019. A diminuição no Ensino Infantil foi significativa, com uma redução de 33,7%, e no Ensino Fundamental, a queda foi de 6,6%, enquanto o Ensino Médio apresentou um aumento de 4,6%. Em Teófilo Otoni, o número total de docentes diminuiu de 3.044 em 2010 para 2.799 em 2019, uma redução de 8%. Em 2021, o total foi de 2.747 docentes, representando uma queda de 1,9% em relação a 2019. No Ensino Infantil e Fundamental, houve pequenas reduções, enquanto o Ensino Médio teve um aumento de 1,7%. O município, portanto, demonstrou um padrão de redução mais acentuada no número de docentes ao longo dos anos, com exceção do Ensino Médio. Logo, Caratinga teve um aumento considerável no número de docentes no Ensino Infantil, passando de 209 em 2010 para 328 em 2019, o que representa um crescimento de

57%. Isso refletiu na elevação do total de docentes de 1.773 para 1.879, um aumento de 6%. Em 2021, o número de docentes continuou a crescer levemente, chegando a 1.889, uma variação de 0,5% em relação a 2019. No entanto, o Ensino Infantil teve uma leve redução em 2021, de 328 para 318 docentes, enquanto o Ensino Médio experimentou um crescimento de 7,9%. Com relação à Muriaé, o número de docentes se manteve estável ao longo dos anos, com um pequeno aumento de 0,4% entre 2010 e 2019, passando de 1.141 para 1.146 docentes. No entanto, em 2021, o total permaneceu o mesmo de 2010, com 1.141 docentes, refletindo uma redução de 0,4% em relação a 2019. O Ensino Infantil e o Ensino Fundamental mantiveram números bastante constantes, enquanto o Ensino Médio teve uma queda de 5,4%. Por fim, temos Manhuaçu, que apresentou um aumento significativo no número de docentes entre 2010 e 2019, com um crescimento de 9,1%, passando de 1.107 para 1.207 docentes. Esse aumento foi impulsionado principalmente pelo Ensino Infantil, que teve uma variação positiva de 24%, e pelo Ensino Médio, que apresentou um crescimento de 27%. No entanto, em 2021, o número total de docentes caiu para 1.199, uma redução de 0,7% em relação a 2019. A maior redução ocorreu no Ensino Infantil, com uma queda de 7,7%, enquanto o Ensino Médio teve uma leve diminuição de 5%.

Esses dados, analisados isoladamente, não permitem conclusões definitivas, pois englobam tanto instituições de ensino públicas quanto privadas, e sua variação está atrelada a fatores políticos e econômicos que influenciam a oferta educacional. O foco da análise deve ser a interpretação conjunta das informações, considerando indicadores como a relação entre o número de matrículas e o quantitativo de docentes. A partir desses dados objetivos, é possível pressupor que a baixa retenção populacional, especialmente no que se refere à mão de obra na área da educação pode ser influenciada pela precarização do trabalho neste setor em específico. Embora os dados desta pesquisa não permitam afirmar categoricamente a ocorrência de emigração de profissionais da educação em Governador Valadares, é possível estabelecer uma análise fundamentada na dinâmica do mercado de trabalho nacional.

Diversos estudos evidenciam que as condições de trabalho dos profissionais da educação exercem papel central na definição de sua permanência ou mobilidade entre sistemas de ensino. Problemas como baixos salários, falta de infraestrutura adequada, excesso de carga horária e presença de múltiplos vínculos precarizados são frequentemente citados como fatores que comprometem tanto a atração quanto a retenção de docentes, especialmente em municípios que enfrentam dificuldades

socioeconômicas (FUNDA-CENTRO, 2022). Além disso, a rotatividade docente tem se mostrado maior em áreas vulneráveis ou que oferecem condições desfavoráveis de trabalho, o que impacta diretamente a qualidade do ensino ofertado, como demonstrado por Pereira (2018) em estudo sobre redes municipais de educação básica no Brasil. Nesse contexto, caso as condições de trabalho no município analisado sejam mais precárias em relação a outras localidades, é plausível inferir que tal cenário tende, de um lado, a dificultar a atração de novos profissionais qualificados e, de outro, a comprometer a permanência daqueles que já atuam na região, potencializando não só a descontinuidade pedagógica, mas também a evasão de mão de obra técnica especializada do campo educacional.

Considerando a relação entre número de matrículas e o de docentes, sem considerar o nível educacional, não há grandes diferenças entre os seis municípios analisados, ficando todos com um número inferior a 20 alunos por docente nos três anos analisados. Em 2010, temos que este número variou de 19,60 alunos por docente (Manhuaçu) a 16,40 (Caratinga). Em 2019, a variação foi de 17,45 alunos por docente (Ipatinga) a 14,48 (Caratinga). Por fim, em 2021, temos que o município com maior número de alunos por docente foi Ipatinga (17,05) e o com menor número foi Teófilo Otoni (13,93). Nos seis municípios temos uma redução do número de alunos por docente entre 2010 e 2021. Essa redução também se observa quando analisamos os dados referentes ao Ensino Fundamental e Médio para todos os municípios. Entretanto, ao analisarmos os dados referente ao Ensino Infantil, temos que o número de alunos matriculados por docente, em Governador Valadares, passou de 11,67 em 2010, para 12,8 em 2019, alcançando 16,86 em 2021, com um aumento de aproximadamente 45,0% entre 2010 e 2021. Ipatinga registrou um aumento próximo deste percentual (42,0%), passando de 9,17 alunos por docente em 2010, para 14,08 em 2019 e atingindo 13,06 em 2021, embora em 2010 e 2021 tenha apresentado números menores que os de Governador Valadares. Muriaé e Manhuaçu, que, entre os municípios analisados, apresentaram o maior número de alunos por docente em 2010 (22,08 e 17,67, respectivamente) mantiveram números muito próximos em 2021, com um aumento de aproximadamente 2,0% em Muriaé e 1,0% em Manhuaçu. Ao contrário dos demais municípios, Teófilo Otoni reduziu o número de alunos por docente, passando de 16,81 em 2010 (terceiro maior entre os municípios analisados) para 14,66 em 2019 e alcançando 13,06 em 2021 (segundo menor).

Para aprofundar a análise e investigar um possível processo de precarização, comparamos a evolução do salário médio no setor de educação nos municípios avaliados na Tabela 30. A variação ao longo dos anos demonstra uma tendência de redução nos salários pagos na maioria dos municípios, podendo evidenciar a desvalorização profissional, a falta de incentivo de políticas públicas com o foco na valorização da carreira da educação e consequentemente a perda do poder de compra dos trabalhadores da educação.

Tabela 30: Salário médio do setor de educação (em salários-mínimos) por município analisado nos anos de 2010, 2019 e 2021

Municípios	2010	2020	2022
Caratinga	3,30	2,22	2,88
Muriaé	2,80	2,69	2,55
Governador Valadares	3,20	2,70	2,31
Ipatinga	2,30	1,81	2,11
Manhuaçu	1,60	1,64	1,73
Teófilo Otoni	2,00	2,09	1,48

Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE (2010, 2020 e 2022)

Entre 2010 e 2022, conforme exposto na Tabela 30, os municípios que apresentaram uma maior variação percentual de redução nos salários do setor de educação, em salários-mínimos (SM), foram Governador Valadares e Teófilo Otoni. Em Governador Valadares, os salários caíram de 3,20 SM em 2010 para 2,31 em 2022, representando uma redução de aproximadamente 27,8%. Já em Teófilo Otoni, a queda foi de cerca de 26,0%, passando de 2,00 SM para 1,48 no mesmo período. Além de Governador Valadares e Teófilo Otoni, que tiveram as maiores reduções percentuais nos salários do setor de educação entre 2010 e 2022, outros municípios também registraram quedas, embora em menor intensidade. Em Caratinga, os pagamentos passaram de 3,30 SM em 2010 para 2,88 em 2022, com uma redução de aproximadamente 12,7%. Em Muriaé, a queda foi de 2,80 SM para 2,55, representando uma redução de cerca de 8,9%. Ipatinga, por sua vez, teve uma variação de 2,30 SM para 2,11, com redução de aproximadamente 8,3%. Por outro

lado, Manhuaçu foi o único município a apresentar crescimento nos salários, passando de 1,60 SM em 2010 para 1,73 em 2022, um aumento de cerca de 8,1%.

Para aprofundar a análise, na Tabela 31, comparamos o salário médio mensal (em salários mínimos) no setor de educação entre municípios de porte populacional semelhante ao de Governador Valadares.

Tabela 31: Salário médio do setor de educação (em salários-mínimos) por município com o mesmo porte populacional nos anos de 2010 e 2022

	Município	2010	2022	Variação (%)
1	Itajaí - SC	5,10	3,44	-32,55%
2	Divinópolis - MG	2,80	1,89	-32,50%
3	Araraquara - SP	6,00	4,10	-31,67%
4	**Governador Valadares - MG**	**3,20**	**2,31**	**-27,81%**
5	Marília - SP	4,50	3,30	-26,67%
6	Volta Redonda - RJ	3,00	2,32	-22,67%
7	Macaé - RJ	2,40	1,90	-20,83%
8	São Carlos - SP	8,10	6,50	-19,75%
9	São José de Ribamar - MA	1,60	1,34	-16,25%
10	Indaiatuba - SP	2,50	2,10	-16,00%
11	Magé - RJ	1,40	1,18	-15,71%
12	Mossoró - RN	5,30	4,49	-15,28%
13	Itapevi - SP	1,80	1,60	-11,11%
14	Jacareí - SP	2,10	1,90	-9,52%
15	Colombo - PR	2,00	1,83	-8,50%
16	Ipatinga - MG	2,30	2,11	-8,26%
17	Americana - SP	2,60	2,40	-7,69%
18	Parnamirim - RN	1,40	1,30	-7,14%
19	Embu das Artes - SP	1,90	1,80	-5,26%
20	Maracanaú - CE	1,50	1,46	-2,67%
21	Hortolândia - SP	2,60	2,60	0,00%
22	Arapiraca - AL	1,50	1,52	0,0133
23	Parauapebas - PA	1,90	1,99	0,0474

continua

	Município	2010	2022	Variação (%)
24	Chapecó - SC	3,30	4,25	0,2879
25	Juazeiro do Norte - CE	1,90	2,63	0,3842
26	Marabá - PA	2,00	3,43	0,715

Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE (2010 e 2022)

A análise comparativa dos salários médios no setor de educação entre 2010 e 2022 indica que a maioria dos municípios com porte populacional semelhante ao de Governador Valadares apresentou decréscimos no período analisado. Dos 26 municípios considerados, 21 registraram redução salarial, o que evidencia um cenário de retração generalizada no setor educacional. Nesse contexto, Governador Valadares destaca-se por situar-se entre os quatro municípios que apresentaram as maiores variações negativas, com queda de 27,81% no salário médio do setor, valor próximo ao observado em Araraquara (−31,67%) e Itajaí (−32,55%), e superior ao de cidades como Itapevi (−11,11%) e Ipatinga (−8,26%). Esse posicionamento sugere que o município sofreu uma redução mais expressiva do que a média observada no grupo, sem que os dados permitam, a partir dessa análise isolada, estabelecer as causas específicas desse desempenho. Em consonância com a literatura, como discutido por Dourado (2016) e Oliveira (2004), variações desse tipo podem estar associadas a múltiplos fatores, incluindo mudanças no perfil de contratação, transformações nas políticas de financiamento e reestruturações da carreira docente nos âmbitos municipal e estadual.

A taxa de rotatividade no mercado de trabalho que será o nosso próximo tópico é um fenômeno que impacta significativamente a estabilidade econômica e produtiva de um município, refletindo as condições de trabalho, oportunidades de crescimento e a qualidade de vida oferecida aos profissionais. Em Governador Valadares, a análise desse indicador pode também nos ajudar a compreender os fatores que influenciam a atração e retenção de mão de obra local, indo além da variável remuneração que já ponderamos até aqui e considerando aspectos como satisfação profissional, políticas de gestão de pessoas e o ambiente socioeconômico.

6.2.4 Índice de Rotatividade

De acordo com Montagner (2024), a rotatividade no mercado de trabalho apresenta uma dualidade que merece análise cuidadosa. Por um lado, pode refletir aspectos positivos quando resulta de decisões voluntárias dos trabalhadores, como a busca por oportunidades mais bem remuneradas, benefícios não monetários (incluindo maior proximidade entre residência e local de trabalho) ou a adequação entre qualificação profissional e atividades desempenhadas, situação comum entre profissionais com maior escolaridade, especialmente aqueles com nível superior completo. Por outro lado, revela seu caráter negativo quando decorre de demissões involuntárias sem justificativa plausível, não relacionadas a questões disciplinares ou econômicas da empresa, mas sim a arbitrariedades nas decisões gerenciais, configurando-se como um indicador de precariedade no mercado de trabalho.

> O mercado de trabalho brasileiro é marcado por um montante considerável de vínculos de emprego que são rompidos em cada ano, em particular no segmento celetista, onde não há estabilidade e os trabalhadores estão sujeitos, portanto, a desligamentos involuntários, motivados por decisões gerenciais dos empregadores. É exatamente esta dinâmica que predomina quantitativamente no mercado de trabalho brasileiro, ou seja, os encerramentos de contratos de trabalho por decisão tipicamente patronal (DIEESE, 2016, p. 27)

Segundo Gonzaga (1998), estudos recentes sobre o mercado de trabalho no Brasil têm evidenciado de forma contundente a crescente precariedade dos empregos gerados no país. Embora os efeitos das atuais políticas de estabilização econômica, abertura de mercado e reformas institucionais debatidas no Congresso ainda sejam pouco compreendidos no que tange à qualidade do emprego, algumas pesquisas destacam que o principal problema não é a baixa criação de postos de trabalho, mas sim a má qualidade desses empregos. Apesar de o Brasil ter registrado um crescimento relativamente elevado na geração de empregos ao longo das últimas décadas, a qualidade média dessas vagas permanece insatisfatória. Como enfatizado por Standing (2014), há um entendimento de cunho neoliberal de que o crescimento dependia da máxima competitividade de mercado, defendendo a aplicação dos princípios de mercado em todas as áreas da vida, logo,

> Um dos temas era que os países deveriam aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho, o que passou a significar uma agenda para a transferência de riscos e insegurança para os trabalhadores e suas famílias. O resultado tem sido a criação de um “precariado” global, que consiste em muitos milhões de pessoas ao redor do mundo sem uma âncora de estabilidade. (STANDING, 2014, p. 15)

Para Morgan (2002), o mercado de trabalho está cada vez mais dividido em dois segmentos: o primário e o secundário. O primeiro é composto por cargos de alta qualificação, geralmente em empresas burocráticas ou tecnocráticas, que oferecem não apenas bons salários, mas também benefícios não monetários, como satisfação profissional, perspectivas de crescimento e estabilidade. Esses trabalhadores são tratados como ativos valiosos, passando por processos seletivos rigorosos para garantir sua lealdade e dedicação. No entanto, com o avanço da terceirização, muitos profissionais antes considerados essenciais no mercado primário agora se veem em contratos temporários, sem garantias de longo prazo. Já o mercado secundário abrange trabalhadores de baixa qualificação e remuneração, facilmente substituíveis conforme a demanda das empresas. Para a autora, esse segmento exige pouco investimento em treinamento e funciona como uma reserva de mão de obra, expandindo-se ou reduzindo-se de acordo com os ciclos econômicos, enquanto a força de trabalho do mercado primário permanece mais protegida. Com a crescente terceirização, muitos desses empregos são precarizados, reforçando a distinção entre os dois mercados.

> O mercado de trabalho secundário é um mercado de trabalhadores de baixa qualificação e baixa remuneração empregados em escritórios, fábricas e ao ar livre, que podem ser mais facilmente dispensados e substituídos. Ele exige pouco investimento de capital sob a forma de treinamento e educação, e os trabalhadores podem ser contratados e demitidos conforme os ciclos de negócios. (MORGAN, 2002, p. 312)

Sustenta-se que altas taxas de rotatividade estão associadas à precarização das ocupações, uma vez que vínculos laborais menos estáveis tendem a oferecer menor proteção social, menor tempo de contribuição previdenciária e menor oportunidade de qualificação contínua (BALTAR; SOUEN, 2013). Nesse contexto, as transformações estruturais pelas quais a economia brasileira tem passado, como a redução da proteção tarifária e a valorização cambial, impactam de forma diferenciada os diversos setores econômicos, criando pressões por ajustes nas estruturas

produtivas. Em situações como essa, é frequentemente defendido que uma certa flexibilidade no mercado de trabalho seja desejável, pois permitiria a realocação de trabalhadores entre setores em retração e setores em expansão. No entanto, essa mesma flexibilidade pode implicar a intensificação da rotatividade e a perpetuação de vínculos contratuais frágeis, o que acarreta implicações negativas para o trabalhador e para o desenvolvimento de carreiras estáveis (POCHMANN, 2016).

Conforme Standing (2014), uma das principais reivindicações neoliberais que se consolidaram na década de 1980 foi a necessidade de os países buscarem a chamada flexibilidade do mercado de trabalho. Sem essa flexibilidade, argumentava-se que os custos trabalhistas cresceriam, levando as corporações a transferirem produção e investimentos para regiões com custos mais baixos. Assim, o capital financeiro seria direcionado para esses locais em vez de ser investido internamente. A flexibilidade do mercado de trabalho abrangia diversas dimensões. A flexibilidade salarial consistia em permitir ajustes rápidos nos salários em resposta às variações da demanda, especialmente em períodos de redução. A flexibilidade no vínculo empregatício referia-se à facilidade e ao baixo custo para as empresas ajustarem seus níveis de emprego, geralmente reduzindo a segurança e a proteção dos trabalhadores. Já a flexibilidade do emprego implicava na possibilidade de realocar continuamente funcionários dentro da organização e modificar as estruturas de trabalho com resistência ou custos mínimos. Por fim, a flexibilidade de habilidades significava a capacidade de ajustar facilmente as competências dos trabalhadores às novas demandas e como consequência do processo, gerar uma degradação da qualidade empregatícia.

> Esta nova forma de trabalhar permite aquilo que no jargão gerencial é conhecido como dessedimentação institucional. Confiando certas funções a terceiros em outras firmas ou outros lugares, o gerente pode livrar-se de certas camadas na organização. A organização incha e se contrai, empregados são atraídos ou descartados à medida que a empresa transita de uma tarefa a outra. (SENNETT, 2006, p. 50)

No entanto, Gonzaga (1998) argumenta que, no Brasil, a flexibilidade do mercado de trabalho é excessiva, ultrapassando o nível ideal de flexibilidade alocativa. Essa flexibilidade desmedida tem impactos negativos sobre a produtividade econômica. Além disso, a alta rotatividade incentiva a informalidade nas relações de

trabalho, resultando em um baixo nível de compromisso entre empregados e empregadores, o que agrava ainda mais o problema da precarização.

> Quanto mais instáveis forem os mercados de produto das firmas e quanto mais alta for a rotatividade da mão-de-obra, menos dispostos vão estar as firmas e os trabalhadores em bancar esse investimento, pois o risco de não se apropriar do retorno do investimento é maior. O resultado é pouco investimento em treinamento, pouco aumento de produtividade e, portanto, baixa qualidade do emprego. (...) Quanto mais fácil for para o trabalhador usar as habilidades aprendidas em outra empresa, menos disposta vai estar uma determinada firma a bancar o treinamento, já que a probabilidade de que o trabalhador peça demissão e use os resultados do investimento em outra firma aumenta. (GONZAGA, 1998, p. 127-128)

O autor defende que o desafio do emprego no Brasil parece estar ligado à baixa qualidade média das vagas disponíveis, que está amplamente associada à limitada produtividade média do trabalho. Essa baixa produtividade não é apenas reflexo do baixo nível educacional da força de trabalho brasileira, mas também do funcionamento do sistema trabalhista, cuja estrutura institucional cria incentivos negativos. Esses incentivos desestimulam os investimentos em treinamento e acabam favorecendo a prática da alta rotatividade da mão de obra.

Uma elevada taxa de rotatividade é frequentemente associada a problemas estruturais no mercado de trabalho, incluindo insatisfação profissional, ausência de planos de carreira, baixos salários e condições de trabalho inadequadas. Esses fatores, conforme apontam estudos de Baltar e Souen (2013) e Pochmann (2016), podem resultar em vínculos empregatícios frágeis e em dificuldades para reter trabalhadores qualificados. Em setores estratégicos como a educação e a saúde, a literatura sugere que a rotatividade pode comprometer a continuidade dos serviços e a qualidade do atendimento à população (OLIVEIRA, 2004). No caso específico de Governador Valadares, onde há registros de desafios persistentes na valorização profissional e dificuldades recentes de contratação e retenção de trabalhadores qualificados, tais problemas parecem se agravar diante do intenso fluxo emigratório que caracteriza a região. Nesse cenário, a análise do indicador de rotatividade torna-se fundamental para compreender os limites locais na atração e manutenção da mão de obra, especialmente em setores essenciais como educação, saúde e comércio, que representam grande parte da oferta de trabalho formal no município.

O setor de comércio, conforme apontado pelo DIEESE (2016) representa uma das principais fontes de emprego no Brasil, respondendo por aproximadamente 25% dos postos de trabalho formalizados. Diferentemente de outros ramos da economia, apresenta uma distribuição mais equilibrada entre trabalhadores homens e mulheres. Esse setor se destaca por absorver significativa mão de obra não qualificada, sendo frequentemente a porta de entrada para muitos jovens ao mercado de trabalho. Contudo, essa acessibilidade vem acompanhada de condições laborais problemáticas, incluindo jornadas exaustivas e exigência de trabalho aos finais de semana e feriados. Além disso, o setor de comércio ocupa o terceiro lugar no índice de rotatividade de trabalhadores, ficando atrás apenas dos setores de construção civil e agricultura[29]. Esse setor é particularmente sensível às variações no nível de atividade econômica, uma vez que depende diretamente da disponibilidade de renda das famílias e das condições de acesso ao crédito. Além disso, a dinâmica de contratação e desligamento no comércio está fortemente ligada à sazonalidade, o que torna ainda mais evidente a volatilidade da força de trabalho nesse segmento.

A Tabela 32 apresenta a participação relativa do setor comercial no total de pessoal ocupado nos municípios selecionados, com dados referentes ao ano de 2022. A análise desse indicador permite compreender o peso do comércio como atividade econômica geradora de emprego em cidades de porte médio, além de evidenciar diferenças estruturais nas dinâmicas dos mercados de trabalho locais. Em contextos urbanos caracterizados pela predominância do setor terciário, como é o caso de Governador Valadares e de outros municípios analisados, a observação do percentual de ocupação nesse setor constitui uma ferramenta relevante para interpretar tanto a especialização econômica quanto as possibilidades e limitações para a absorção de mão de obra formal qualificada no território.

Tabela 32: Percentual de pessoal ocupado no setor comercial por município analisado no ano de 2022

Município	2022
Governador Valadares	32,07%
Caratinga	30,23%
Muriaé	29,76%

continua

[29] DIEESE, 2016, p. 59.

Município	2022
Manhuaçu	26,03%
Teófilo Otoni	29,42%
Ipatinga	22,36%

Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE (2022)

A partir desta perspectiva, ao realizar uma análise no índice de rotatividade nas cidades avaliadas, é possível traçar a qualidade dos empregos, como prerrogativa para estabelecer um efeito de atração ou repulsão da mão de obra. Na Tabela 33 são apresentadas taxas de rotatividade de mão de obra para os municípios analisados. Para o cálculo, a taxa de turnover nos municípios foi determinada dividindo-se a média das admissões e demissões pelo contingente total de trabalhadores empregados (pessoal ocupado) em todos os setores. Esse indicador representa a proporção de substituição de funcionários dentro do período avaliado.

Tabela 33: Taxa de rotatividade de mão de obra por município analisado nos anos de 2010, 2019, 2020, 2021 e 2022[30]

Municípios	2010	2019	2020	2021	2022
Brasil	**63,40%**	**48,60%**	**45,90%**	**52,30%**	**56,00%**
Ipatinga	56,15%	35,99%	27,54%	36,17%	42,40%
Caratinga	39,91%	33,16%	28,24%	34,40%	40,65%
Governador Valadares	**37,82%**	**31,42%**	**27,38%**	**36,79%**	**37,79%**
Manhuaçu	40,29%	29,63%	30,25%	34,69%	36,67%
Teófilo Otoni	41,43%	31,68%	23,15%	26,51%	30,09%
Muriaé	31,68%	22,33%	20,47%	23,09%	25,51%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados disponíveis no IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE (2022) e BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Como já mencionado, a taxa de rotatividade municipal constitui um importante termômetro da estabilidade laboral e possui relação com a qualidade de empregos ofertados, com índices elevados normalmente refletindo condições de trabalho mais precárias. No caso de Governador Valadares, os dados revelam uma trajetória oscilante: após registrar queda significativa entre 2010 (37,82%) e 2020 (27,38%), o indicador voltou a apresentar forte crescimento em 2021 (36,79%), mantendo-se em patamar elevado no ano seguinte (37,79%), nível comparável ao verificado doze anos antes.

Em perspectiva regional, de acordo com a Tabela 33, a situação de Governador Valadares posiciona-se em um patamar intermediário. Enquanto municípios como Ipatinga (42,40% em 2022) e Caratinga (40,65% no mesmo período) enfrentam desafios ainda maiores de instabilidade laboral, outras localidades como Muriaé

[30] Taxa de rotatividade: É a razão do mínimo entre as admissões e desligamentos no mês de referência da pesquisa e o número total de pessoas ocupadas assalariadas no mês imediatamente anterior, multiplicado por 100. Representa, portanto, a percentagem do número de trabalhadores substituídos por outros no total de trabalhadores. Dados de acordo com o IBGE, Pesquisa Industrial Mensal Emprego e Salário (PIMES). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Industrias_Extrativas_e_de_Transformacao/Pesquisa_Industrial_Mensal_de_Emprego_e_Salario/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2010/pimes_201012caderno.pdf. O Ministério do Trabalho (Lei nº 4.923/65) e o IBGE, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), definem o índice de rotatividade como a razão entre o menor valor do total de trabalhadores admitidos e demitidos e o estoque total de empregados no primeiro dia do período. Entretanto, como os resultados divulgados pelo CAGED não possuem capilaridade em nível municipal da taxa de rotatividade, realizamos cálculos com caráter exploratório, adaptando apenas o estoque de trabalhadores anual, conforme os dados do Cadastro Geral das Empresas, desconsiderando o primeiro dia do período. Utilizamos os dados do CAGED referentes ao número de admissões e demissões no período de 2020 a 2022, cruzando-os com informações do Cadastro Central de Empresas (IBGE) sobre o pessoal ocupado no mesmo período, para estimar o estoque de trabalhadores nos municípios analisados

(25,51%) e Teófilo Otoni (30,09%) apresentam cenários consideravelmente mais favoráveis, com taxas de rotatividade substancialmente inferiores. Os resultados da taxa de rotatividade nos municípios entre 2020 e 2022 devem ser analisados considerando o impacto disruptivo da pandemia de COVID-19. A queda observada em 2020 (27,38%) pode refletir tanto as medidas restritivas que limitaram as contratações e demissões quanto os efeitos dos auxílios emergenciais que reduziram a pressão por recolocação imediata. Já a expressiva alta em 2021 (36,79%) e a manutenção de patamar elevado em 2022 (37,79%) provavelmente correspondem à fase de reabertura econômica, marcada por reajustes bruscos no mercado de trabalho, incluindo realocação de mão de obra, fechamento definitivo de empresas e reestruturação de setores inteiros. Essa volatilidade nos indicadores sugere que o período analisado foi atípico, com dinâmicas trabalhistas significativamente alteradas pelas consequências da crise sanitária global.

Os dados podem revelar que o índice de rotatividade está intrinsecamente associado à maior ocupação no setor de comércio, com uma presença de empregos temporários, terceirizados, informais ou de baixa qualidade, caracterizados por vínculos trabalhistas frágeis e pouca segurança jurídica e socioeconômica para os trabalhadores, ou seja, relações de trabalho precarizadas. Mercados com alta rotatividade frequentemente apresentam menor produtividade, pois as empresas enfrentam custos associados ao recrutamento, treinamento e adaptação de novos funcionários, enquanto os trabalhadores têm menos oportunidades de desenvolver habilidades específicas no trabalho. Como no caso brasileiro citado por Gonzaga (1998), essa rotatividade pode refletir uma flexibilidade excessiva do mercado de trabalho, que ultrapassa o nível necessário para ajustes estruturais e prejudica a estabilidade econômica e social. Por fim, apesar de os índices serem elevados em todos os municípios, variações específicas entre eles podem ser explicadas por diferenças no perfil econômico, nos setores predominantes ou no nível de formalização do emprego.

Embora os índices de rotatividade em Governador Valadares se mostrem sistematicamente inferiores à média nacional, que registrou 63,40% (2010), 48,60% (2019), 45,90% (2020), 52,30% (2021) e 56,00% (2022), esses resultados não permitem conclusões definitivas sobre a qualidade do mercado de trabalho local. Para uma compreensão mais abrangente dessa realidade, faz-se necessária a realização de estudos complementares que investiguem minuciosamente: a configuração da

estrutura produtiva local, as dinâmicas peculiares que regem as relações sociais e de trabalho no município, os modelos de gestão predominantes nas organizações e as características específicas das culturas organizacionais desenvolvidas tanto nas empresas locais quanto nas da região circunvizinha. Tal abordagem multifacetada permitiria desvendar os fatores estruturais e conjunturais que influenciam o atual cenário socioeconômico. Esses aspectos qualitativos, que escapam à mensuração puramente estatística, são fundamentais para explicar por que a cidade apresenta padrões distintos da média brasileira, com elevada taxa de emigração, devendo constituir objeto de pesquisas futuras mais especializadas.

6.2.5 Indicadores de Saúde, Estrutura e a Remuneração

A saúde pública é um outro pilar fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de qualquer região, influenciando diretamente a qualidade de vida, a produtividade e, consequentemente, a atração e retenção de mão de obra. No município de Governador Valadares, a análise dos dados de saúde revela outro fator importante para compreender como as condições sanitárias e o acesso a serviços médicos impactam a força de trabalho local, especialmente em setores estratégicos como o educacional, comercial e nos próprios profissionais da área da saúde onde esses dados podem auxiliar na compreensão do cenário local.

De acordo com Albuquerque (2024), a saúde pode ser entendida como a condição de estar vivo e apto a se desenvolver plenamente como ser humano, explorando ao máximo as possibilidades já alcançadas pela sociedade. Nesse sentido, fica claro que a saúde não se resume apenas ao bom funcionamento do organismo, mas também depende do acesso e uso dos recursos e bens produzidos pela humanidade. Entre esses elementos essenciais para nossa realização estão a alimentação, moradia, educação, meio ambiente, transporte, serviços de saúde e modos de vida, conhecidos como determinantes sociais de saúde.

> Que tipo de vida, o quanto se poderá viver, que tipo e grau de desgaste, de possibilidades de desfrute dos bens produzidos, que bens estarão disponíveis, dependem do grau de desenvolvimento adquirido pelas forças produtivas da sociedade em que se vive. Como demonstramos, tudo na vida em sociedade, tudo na vida humana, é determinado, em última instância, pelo grau de desenvolvimento

> alcançado pela sociedade, é determinado socialmente. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 960)

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde é definida como "*um estado de completo bem-estar físico, mental e social*", conceito adotado desde 1948. Esse entendimento reforça que *a saúde não é apenas a ausência de doenças, mas sim um estado de bem-estar que engloba outros aspectos da vida, como a disposição, a felicidade e a vida social*. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2017), o direito à saúde é reconhecido como um direito humano fundamental e depende da observância de quatro elementos essenciais: a disponibilidade de infraestrutura e serviços; a acessibilidade universal, incluindo aspectos financeiros, geográficos e de não discriminação; a aceitabilidade cultural e ética; e a garantia da qualidade dos serviços prestados.

Os dados que serão apresentados na Tabela 34 possibilitam a correlação entre diversos indicadores de saúde nos seis municípios analisados, proporcionando uma reflexão abrangente sobre a relação entre internações, mortalidade infantil, disponibilidade de leitos e infraestrutura de saúde. Além disso, o acesso a condições básicas de saúde pode influenciar diretamente a capacidade de atração e retenção de mão de obra em uma região, pois a oferta de serviços de qualidade reduz afastamentos por doenças, melhora a produtividade e promove maior estabilidade no mercado de trabalho, tornando o local mais atrativo para trabalhadores e empregadores.

A oferta de serviços de saúde adequados constitui-se como um importante fator de atração e retenção de população, uma vez que o acesso a cuidados médicos de qualidade é um componente essencial da qualidade de vida e do bem-estar social. Estudos destacam que regiões com infraestrutura de saúde insuficiente tendem a apresentar perda populacional, especialmente entre grupos socialmente mais vulneráveis, que buscam outras localidades onde possam assegurar melhores condições de cuidado e proteção à saúde de suas famílias (SOUZA; NATAL, 2018; WHO, 2017). Nesse sentido, o investimento em serviços de saúde não apenas atende a demandas básicas da população residente, mas também atua como um elemento estratégico na dinâmica demográfica e socioeconômica dos territórios. Diante desse cenário, são analisados os indicadores de saúde dos municípios avaliados.

As internações por diarreia, registradas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e evidenciadas nos dados do Censo, possuem importantes implicações sociais. Em termos gerais, elevadas taxas de internações por essa causa refletem além de problemas de saúde pública, como também desigualdades sociais estruturais, tais como o acesso insuficiente à água potável, saneamento adequado, educação em saúde e serviços médicos de qualidade. De acordo com estudos realizados pela Organização Mundial da Saúde, a diarreia é uma das principais doenças vinculadas a condições precárias de saneamento, constituindo um dos principais indicadores de exclusão socioambiental, sobretudo em contextos urbanos com infraestrutura deficitária (WHO, 2019; BRASIL, 2011).

Tabela 34: Indicadores de saúde por município analisados em 2022.

Município	Internações por diarreia pelo SUS (casos/100 mil habitantes)	Taxa de Mortalidade infantil (óbitos/mil nascidos vivos)	Leitos de internação (por mil hab.)	Estabelecimentos de Saúde (por mil hab.)
Caratinga	28,60	20,55	3,00	0,53
Governador Valadares	5,10	17,53	2,16	0,56
Ipatinga	44,8	7,96	2,64	0,56
Manhuaçu	18,5	11,01	2,38	0,5
Muriaé	25,9	9,60	4,79	0,78
Teófilo Otoni	4,40	17,16	2,72	0,65

Fontes: DATASUS; IBGE - Censo Demográfico de 2022.

A análise dos indicadores de saúde dos municípios revela distintas realidades locais em termos de qualidade da infraestrutura e dos serviços ofertados, influenciando tanto a condição de vida da população quanto a atratividade dessas localidades.

Em relação às internações por diarreia via SUS, Governador Valadares (5,10 casos por 100 mil habitantes) e Teófilo Otoni (4,40) apresentam os menores índices entre os municípios analisados, o que pode ser interpretado, em parte, como indício de maior cobertura ou eficiência dos sistemas de saneamento básico e de vigilância sanitária. Essa leitura, no entanto, deve ser feita com cautela, visto que esses dados podem refletir também subnotificações ou desigualdades de acesso aos serviços de

saúde (BRASIL, 2011). Por outro lado, Ipatinga (44,8) e Muriaé (25,9) registram taxas mais elevadas, indicando possíveis lacunas no saneamento e na educação em saúde. Altas taxas de internações por doenças de veiculação hídrica, como a diarreia, tendem a estar associadas a contextos de desigualdades sociais profundas, como falta de acesso à água potável e tratamento de esgoto (WHO, 2019).

Quanto à taxa de mortalidade infantil, os dados revelam disparidades significativas: Ipatinga apresenta o menor índice (7,96 óbitos por mil nascidos vivos), sinalizando maior eficácia das políticas de atenção materno-infantil, enquanto Caratinga (20,55) e Governador Valadares (17,53) registram indicadores superiores à média brasileira de 12,4 óbitos por mil nascidos vivos em 2022 (IPEA, 2023), o que sugere fragilidades nos cuidados de pré-natal, parto e pós-parto, bem como nas condições de nutrição e acompanhamento infantil. A mortalidade infantil é um dos principais indicadores sintéticos de desenvolvimento social e reflete tanto os investimentos em saúde quanto aspectos de saneamento, educação e renda (PAIM, 2018). Em comparação com os outros municípios do estado, o município ficou na 209ª. A taxa de mortalidade infantil é amplamente usada como indicador-síntese das condições de vida de uma população, refletindo diretamente aspectos como o acesso a serviços de saúde, saneamento básico, nutrição, educação materna e políticas públicas voltadas à primeira infância. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), essa taxa é um dos principais parâmetros para avaliar o nível de desenvolvimento social de um país ou região, uma vez que sintetiza condições estruturais e o desempenho das redes de proteção social. No contexto brasileiro, o Ministério da Saúde e o Unicef destacam que desigualdades regionais e socioeconômicas continuam impactando os desfechos infantis, de modo que localidades com infraestrutura precária e baixa cobertura de atenção básica apresentam maiores taxas de mortalidade infantil, revelando desigualdade no acesso aos direitos fundamentais.

No que se refere à infraestrutura hospitalar, observa-se que Muriaé possui a maior proporção de leitos de internação disponíveis (4,79 leitos por mil habitantes), superando inclusive a recomendação mínima de 2,5 leitos por mil habitantes sugerida pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020). Em contraste, Governador Valadares registra 2,16 leitos por mil habitantes, valor inferior ao recomendado, o que pode comprometer a capacidade de resposta aos agravos de saúde de médio e alto risco, especialmente em situações de alta demanda. Esse dado revela um

descompasso entre o perfil regional de saúde de Governador Valadares – que funciona como polo da macrorregião de saúde – e sua infraestrutura instalada.

Por fim, na variável "estabelecimentos de saúde por mil habitantes", destacam-se Muriaé (0,78) e Teófilo Otoni (0,65), indicando densidade relativamente maior de unidades de saúde, o que pode favorecer o acesso aos serviços de atenção primária e especializada. Esse indicador é relevante pois, segundo a Política Nacional de Atenção Básica, a presença de unidades distribuídas territorialmente facilita a prevenção de doenças e a promoção da saúde (BRASIL, 2017). Governador Valadares (0,56) e Ipatinga (0,56) apresentam valores medianos, enquanto Manhuaçu possui a menor proporção (0,50).

Outro desafio identificado na área da saúde é o desempenho do município de Governador Valadares em relação à média salarial no setor de serviços, especialmente no subsetor de Saúde Humana e Serviços Sociais. Esse segmento, conforme já mencionado, empregava em 2022, 8,13% da força de trabalho total do município. No entanto, conforme a Tabela 35, os valores médios dos salários pagos neste setor são inferiores aos de outros municípios analisados, o que pode impactar a atração e retenção de profissionais da saúde.

Tabela 35: Salário médio dos profissionais da saúde por município analisado nos anos de 2010 e 2022

Município	Salário médio 2010 (em salários-mínimos)	Salário médio 2022 (em salários-mínimos)
Ipatinga	2,50	1,94
Muriaé	2,00	1,83
Teófilo Otoni	1,80	1,83
Governador Valadares	1,90	1,70
Manhuaçu	1,90	1,53
Caratinga	1,60	1,36

Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE (2010 e 2022)

Os dados da Tabela 35 mostram que todos os municípios analisados apresentaram uma redução nos salários entre 2010 e 2022. No caso de Governador Valadares, que apresentou um salário médio de 1,70 salários-mínimos em 2022, esse valor era inferior ao dos municípios de Ipatinga, Muriaé e Teófilo Otoni. O cenário

torna-se ainda mais preocupante quando a remuneração é comparada à de municípios com porte populacional semelhante, o que é apresentado na Tabela 36.

Tabela 36: Salário médio mensal, em salários-mínimos, dos profissionais da saúde nos municípios com o mesmo porte populacional que Governador Valadares nos anos de 2010 e 2022

Município	2010		2022	
	Salário médio 2010 (SM)	Posição entre os municípios	Salário médio 2022 (SM)	Posição entre os municípios
Americana - SP	2,5	4	1,9	10
Arapiraca - AL	1,8	9	1,6	13
Araraquara - SP	2,5	4	2,5	4
Chapecó - SC	2,5	4	2,7	2
Colombo - PR	1,8	9	1,8	11
Divinópolis - MG	2,1	6	1,9	10
Embu das Artes - SP	2,2	5	2,2	7
Governador Valadares - MG	**1,9**	**8**	**1,7**	**12**
Hortolândia - SP	1,8	9	2,2	7
Indaiatuba - SP	2,1	6	2,0	9
Ipatinga - MG	2,5	4	1,9	10
Itajaí - SC	2,5	4	2,3	6
Itapevi - SP	4,2	1	2,7	2
Jacareí - SP	2,2	5	2,1	8
Juazeiro do Norte - CE	1,9	8	2,6	3
Macaé - RJ	3,7	3	2,0	9
Magé - RJ	1,7	10	1,5	14
Marabá - PA	1,8	9	2,4	5
Maracanaú - CE	1,7	10	1,6	13
Marília - SP	4,0	2	3,0	1
Mossoró - RN	1,6	11	1,6	13
Parauapebas - PA	1,9	8	1,8	11
Parnamirim - RN	1,6	11	1,3	15
São Carlos - SP	2,5	4	2,3	6
São José de Ribamar - MA	1,6	11	1,0	16
Volta Redonda - RJ	2,0	7	1,9	10

Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, 2010 e 2022.

Os dados sobre a remuneração média no setor de saúde em Governador Valadares entre 2010 e 2022 também revelam uma preocupante tendência de desvalorização dos profissionais da área. Em 2010, o salário médio já se situava em

um patamar baixo, correspondendo a 1,9 salários-mínimos. Governador Valadares ocupava a 8ª posição entre os 26 analisados, juntamente com Juazeiro do Norte-CE e Parauapebas-PA, sendo que 14 municípios apresentavam um salário médio maior. Doze anos depois, em 2022, esse valor apresentou uma queda significativa, atingindo apenas 1,7 salários-mínimos, o que representou uma redução de aproximadamente 10,5% no poder de compra desses trabalhadores ao longo do período. Essa queda levou o município de Governador Valadares a ocupar a 12ª posição entre os municípios analisados, sendo que 19 municípios remuneram melhor os seus profissionais da saúde.

A análise dos dados salariais sugere que os níveis remuneratórios no setor de saúde em Governador Valadares podem constituir um fator de dificuldade para a atração e a retenção de profissionais qualificados. Essa circunstância se torna especialmente relevante quando comparada a municípios que apresentam remunerações mais elevadas na mesma área. Embora este estudo não apresente evidências específicas sobre fluxos migratórios de profissionais de saúde originados no município, é possível identificar fatores estruturais que podem influenciar esse movimento, tais como menor atratividade de cargos e dificuldades no estabelecimento de carreiras estáveis. Ademais, o fato de a força de trabalho na saúde ser numerosa, ainda que não necessariamente mais qualificada, pode estar associado à estrutura ocupacional local, na qual predominam funções de apoio com menor exigência de especialização técnica. Essa realidade encontra semelhanças com outros contextos regionais no país, nos quais salários reduzidos e condições de trabalho desafiadoras se articulam com dificuldades de composição e manutenção das equipes, sobretudo nos níveis hierárquicos menos especializados do setor.

A literatura em saúde pública evidencia que remuneração, condições laborais e perspectivas de carreira são fatores centrais tanto para a atração quanto para a retenção de profissionais da saúde. Em um levantamento realizado por Soares et al. (2020), constatou-se que a percepção da remuneração compatível com a função é destacada entre os principais fatores associados à permanência de médicos em equipes da Estratégia Saúde da Família no Brasil. Em regiões com infraestrutura de serviços de saúde mais fragilizada, a dificuldade de oferecer incentivos adequados pode gerar maior rotatividade, dificultando a manutenção de quadros estáveis e qualificados (JUNIOR et al., 2019). Por conseguinte, em localidades nas quais os profissionais percebem condições de trabalho desfavoráveis ou remuneração inferior

à de outras regiões, existe o risco de desestímulo à fixação desses trabalhadores no município, comprometendo a continuidade dos serviços de saúde e a qualidade do atendimento.

7 CONCLUSÃO

Este trabalho analisou Governador Valadares a partir das dinâmicas territoriais e de suas múltiplas territorialidades, articulando-as aos fluxos migratórios contemporâneos que marcam a região. Argumentou-se que os processos migratórios se relacionam com reconfigurações espaciais nas quais indivíduos desenvolvem práticas sociais multiterritoriais, mantendo vínculos simultâneos com diferentes lugares. Com base no referencial de Haesbaert (2004), compreendeu-se que os processos de desterritorialização e reterritorialização não se limitam à perda material de espaço, mas estão também associados a formas de exclusão socioespacial, em que certos grupos veem restringido seu acesso, uso e apropriação do território.

O objetivo central da pesquisa foi identificar as limitações de Governador Valadares enquanto polo regional e examinar os elementos que impactam sua capacidade de atrair e fixar mão de obra, sobretudo qualificada. Para isso, realizou-se um estudo comparativo com cinco municípios mineiros de médio porte e função polarizadora, sendo eles Ipatinga, Caratinga, Teófilo Otoni, Muriaé e Manhuaçu, que compartilham características socioeconômicas e relevância educacional, embora apresentem variações demográficas e estruturais. Ainda que não se tenha a pretensão de esgotar a complexidade do tema, o estudo oferece subsídios para ampliar o debate acadêmico sobre dinâmicas urbanas, mobilidade populacional e desenvolvimento territorial no interior de Minas Gerais.

A análise empírica abrangeu indicadores do mercado imobiliário, IDHM, mercado de trabalho, saúde, segurança pública e educação. Os resultados evidenciam a predominância de atividades de baixa remuneração e produtividade, a pressão dos custos habitacionais sobre a renda e a presença de vulnerabilidades em segurança pública que desfavorecem a qualidade de vida e o enraizamento populacional. Em relação à educação, observou-se melhora nos indicadores do IDEB entre 2011 e 2021, embora o município se mantenha em posição intermediária no conjunto analisado. A formação educacional avançou, mas não encontrou correspondência em oportunidades locais de trabalho qualificado, o que contribui para a saída de jovens com maior escolaridade rumo a centros economicamente mais dinâmicos.

A literatura especializada reforça esses achados. Brandão (2012) e Fernandes e Brandão (2019) indicam que a capacidade de atrair e reter mão de obra qualificada

é uma dimensão estratégica do desenvolvimento regional. Sposito (2007) e Monte-Mór (2006) alertam que cidades médias que não ampliam a complexidade de sua base produtiva tendem a perder centralidade no sistema urbano. Oliveira (2019) destaca que a expansão do ensino superior, dissociada de um mercado de trabalho compatível, pode resultar na migração de jovens formados para outras localidades. Martes (2011) acrescenta que, em contextos marcados por instabilidade econômica e ocupacional, a migração opera como alternativa de mobilidade social e como resposta a restrições estruturais de inserção profissional.

Dessa forma, ao conjugar aportes teóricos com evidências empíricas, conclui-se que Governador Valadares enfrenta obstáculos persistentes em sua capacidade de atrair e reter mão de obra qualificada. A cidade se apresenta menos como território de fixação e mais como espaço de passagem e circulação, como assinala Haesbaert ao discutir a condição desterritorializada de grupos cuja vinculação espacial é tensionada por vulnerabilidades socioeconômicas. Se tais limitações não forem superadas, haverá impactos sobre o papel regional do município, com reflexos no dinamismo econômico, na renovação demográfica e no potencial de inovação territorial.

Os resultados apontam caminhos para a necessidade de políticas públicas integradas que promovam diversificação produtiva, melhoria da qualidade do trabalho, fortalecimento da base tecnológica e ampliação de moradias em áreas bem servidas de infraestrutura. Essas ações podem transformar a base educacional existente em vantagem competitiva e favorecer a reversão da perda de capital humano, promovendo desenvolvimento socioespacial equilibrado.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar o interesse acadêmico sobre as dinâmicas migratórias em Governador Valadares e outras cidades médias do interior brasileiro, demonstrando que o município não deve ser visto apenas como exportador de mão de obra internacional, mas como espaço sujeito a fluxos migratórios diversos e multifacetados, reveladores de seus desafios e potencialidades.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. **A violência fatal no Brasil: respostas sociais a uma tragédia crônica**. São Paulo: USP, 2002.

ALBUQUERQUE, G. S. C. DE.; SILVA, M. J. DE S. E . **Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde.** Saúde em Debate, v. 38, n. 103, p. 953–965, out. 2014.

ALMEIDA, Isaura Cristina de. **Desigualdades e políticas públicas de habitação no Brasil.** 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8907/1/Isaura%20Almeida.pdf . Acesso em: 27 out. 2025.

ALMEIDA-ABREU, P. A. [Ofício] 6 nov. 2009, Diamantina, MG [para] COSTA, E. Governador Valadares, MG. 1. Ref. Ao Ofício dessa procedência de 08 de outubro de 2009 que trata de solicitação de implantação de Campus Universitário da UFVJM em Governador Valadares.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **O índice de desenvolvimento humano municipal.** Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/doc/Metodologia%20ADH.pdf. Acesso em: 26 jan. de 2025.

ALVARENGA, Lucas Antônio. **Preços de imóveis para locação em municípios de Minas Gerais: análise das especificidades regionais e dinâmicas de mercado**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2024. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/7194/1/MONOGRAFIA_PreçosTransformaçãoAnálise.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

AZZONI, Carlos Roberto. **Custo comparativo de aluguéis para cidades e microrregiões brasileiras.** Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 12, n. 1, p. 54-73, 2018. Disponível em: https://revistaaber.emnuvens.com.br/rberu/article/view/322. Acesso em: 27 out. 2025.

BALTAR, Paulo Eduardo; SOUEN, Rosane. **Mercado de trabalho e desempenho recente da economia brasileira**. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 503-530, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas: a modernidade e seus excluídos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOTEGA, Neury José. **Crise suicida: avaliação e manejo**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

BOHN, Liana; ERVILHA, Gabriel Teixeira; DALBERTO, Cassiano Ricardo. **IDHM e eficiência: o desenvolvimento municipal sob um novo prisma.** ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, v. 43, p. 1-18, 2015.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2012.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Ambiental e Saneamento: situação da saúde no Brasi/**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **DATASUS. Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM).** Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/> Acessado em 28 de abril de 2025.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

BRITO, Fausto. **A transição para um novo padrão migratório no Brasil.** Textos para discussão. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2015.

BRZOZOWSKI, Jan. **Migração internacional e desenvolvimento econômico**. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 26, n. 75, p. 137–156, 2012. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/article/view/39488.. Acesso em: 5 jun. 2024.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CARRION M, FERNANDO. ***Violencia urbana: un asunto de ciudad***. EURE (Santiago), Santiago, v. 103, pág. 111-130, dezembro de 2008. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612008000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 de março de 2025.

CARVALHO, R. C.; RIGOTTI, J. I. R. **As migrações nas cidades médias de Minas Gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 32, n. 2, p. 235-256, 2015.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira; LIMA, Renato S. (org.). **Atlas da Violência 2019.** Brasília: IPEA; São Paulo: FBSP, 2019.

CHANLAT, J. F.. **Por uma antropologia da condição humana nas organizações**. In: CHANLAT, J. F. (coord). 1993. O Indivíduo na Organização: Dimensões Esquecidas, São Paulo: Editora Atlas, v. 1, p. 23-46.

COELHO. Marco Antônio Tavares. **Rio Doce: a espantosa evolução de um vale**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Estudo aponta que gasto com moradia é a principal despesa das famílias e representa desafio da gestão pública**. Disponível em: https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/estudo-aponta-que-gasto-com-moradia-e-a-principal-despesa-das-familias-e-representa-desafio-da-gestao-publica. Acesso em: 06 de fev. de 2025.

CUNHA, Daniela Martins; GOMES, Maria Francisca de Araújo; FERNANDES, Duval Magalhães. **MICRORREGIÃO DE GOVERNADOR VALADARES (MG): a dinâmica de seus fluxos migratórios**. Espaço em Revista, Catalão, v. 19, n. 1, 2017. DOI: 10.5216/er.v19i1.47338. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/47338. Acesso em: 3 mar. 2025.

DIEESE. **Rotatividade no mercado de trabalho brasileiro: 2002 a 2014**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo, SP: DIEESE, 2016.

DOMINGUES, Devani Tomaz. **Efeito da experiência migratória internacional no mercado de trabalho na origem: evidências para brasileiros/as de retorno ao estado de Minas Gerais com ênfase na microrregião de Governador Valadares.** Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

DOMINGUES, Devani Tomaz. VILELA, Elaine Meire. **Efeito da experiência migratória internacional no mercado de trabalho na origem – estudo com brasileiros e brasileiras de retorno no estado de Minas Gerais**. IN: Anais do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP (organização), 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Financiamento da educação e valorização dos profissionais da educação: realidade e contradições.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 32, n. 3, p. 729-747, 2016.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Os Dilemas do Desenvolvimento de Governador Valadares**. Simpósio, 1996.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **A história de uma formação sócio-econômica urbana: Governador Valadares**. Varia História, Belo Horizonte, v. 19, p. 148-162, 1998.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Associação Comercial de Governador Valadares: sessenta anos de história**. Governador Valadares: ACGV, 1999.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Práticas Econômicas e Meio Ambiente na Ocupação do Sertão do Rio Doce.** Caderno de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, v. 8, n.14, p. 67-75, 2000.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. São Paulo: EDUSC, 2005.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen; WENDLING, Ivan Jannotti. **Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce.** Varia Historia [online]. 2008, v. 24, n. 39. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752008000100009>. Acesso em: 22 Maio 2024, pp. 177-197

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Informações sobre a História do Município de Governador Valadares.** 2015. Prefeitura de Governador Valadares. Disponível em: https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia-da-cidade/12094. Acesso em: 04 de junho de 2024.

ESPINDOLA, H. S., NODARI, E. S., & SANTOS, M. A. D. (2019). **Rio Doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG).** São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 39, n. 81, p. 141-162, mai-ago 2019.

FERNANDES, Reynaldo. **O IDEB: reflexões sobre seus fundamentos e sua metodologia de cálculo.** Brasília, DF: INEP, 2007.

FERNANDES, Ana Cristina; BRANDÃO, Carlos Antônio. **Desenvolvimento regional no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2019.

FERREIRA, Ignez Ferreira Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. **Território da Violência: um olhar geográfico sobre a Violência Urbana**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), São Paulo, Brasil, v. 9, n. 1, p. 155–168, 2005. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2005.73979. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73979.. Acesso em: 11 mar. 2025.

FINKELSTEIN, Beny José; BORGES JUNIOR, Laerte. **A capacidade de leitos hospitalares no Brasil, as internações no SUS, a migração demográfica e os custos dos procedimentos**. Jornal Brasileiro de Economia da Saúde, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 273–280, 2020. DOI: 10.21115/JBES.v12.n3.p273-80. Disponível em: https://jbes.com.br/index.php/jbes/article/view/161. Acesso em: 6 fev. 2025.

FISHER, Gustave-Nicolas. **Espaço, Identidade e Organização**. In: CHANLAT, J. F. (coord). 1993. O Indivíduo na Organização: Dimensões Esquecidas, São Paulo: Editora Atlas, v. 2, p. 81-102.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNDA-CENTRO. **Condições de trabalho e saúde dos professores no Brasil: uma revisão para subsidiar as políticas públicas.** Brasília: Fundacentro, 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. Belo Horizonte: FJP, 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto da região geográfica intermediária de Governador Valadares**. Informativo. v. 5, n. 4. Belo Horizonte: FJP, 2023.

FUSCO, Wilson. **Capital cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos.** Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2005.

GAEL-GV. **Relatório do Grupo de Análise Econômica Local.** Governador Valadares: UFJF-GV, 2024. Disponível em: https://www2.ufjf.br/viniciusfirme/wp-content/uploads/sites/279/2024/09/GAEL-2024.pdf. Acesso em: 26 jan. de 2025.

GONZAGA, G.. **Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil.** Brazilian Journal of Political Economy, v. 18, n. 1, p. 121–143, jan. 1998.

GUIMARÃES, Cristiana Maria de Oliveira. **Entre o progresso e a incompletude da modernidade.** Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 14, n. 15, dez. 2007, p. 186-209.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Precarização, Reclusão e "Exclusão" Territorial**. Revista Terra Livre, Goiânia: AGB, v. 2, n. 23, ano 20, 2004, p. 35-52.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Geographia: Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/territorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HIDALGO, D.; SILVEIRA, F.; PADILHA, D.; BASSANI, A.-F.; NASCIMENTO, I. ***Violencia urbana y políticas de seguridad: análisis en cuatro ciudades latinoamericanas.*** Revista EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales, [S. l.], v. 47, n. 141, 2021. DOI: 10.7764/EURE.47.141.08. Disponível em: https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/EURE.47.141.08. Acesso em: 11 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastros e Classificações, **Cadastro Central de Empresas.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População do país vai parar de crescer em 2041.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41056-populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041#:~:text=Segundo%20as%20Projeções%20de%20População%202024%2C%20a%20taxa%20de%20fecundidade,a%201%2C57%20em%202023. Acesso em: 26 de abril de 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo da Educação Básica.** Disponível em: https://anonymousdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard. Acesso em: 16 de março de 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Acidentes de trânsito nas rodovias federais brasileiras: diagnóstico e desafios**. Brasília: IPEA, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2023**. Brasília: IPEA; São Paulo: FBSP, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Relatório estatístico.** Brasília: Ipea, 2025.

JUNIOR, E. A. P. et al. **Retenção de profissionais em Unidades Básicas de Saúde: uma análise nacional.** *Revista de Administração Pública*, Brasília, v. 53, n. 4, p. 845-868, 2019.

KAHN, Tulio. **Violência urbana no Brasil: tendências e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 1991.

LIBERATTI, Christiane Lopes Barrancos. **Acidentes de motocicleta em Londrina: Estudo das vítimas, dos acidentes e da utilização do capacete**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Centro de Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2000.

LIKERT, Rensis. **Novos padrões de administração**. São Paulo: McGraw-Hill Book, 1979.

LIRA, Pablo S. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. Vitória: Gráfica e Editora GSA, 2014.

MARANDOLA JR., E.; DAL GALLO, P. M.. **Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 27, n. 2, p. 407–424, jul. 2010.

MARTES, A. C. B.; SOARES, W. **Remessas de recursos dos imigrantes**. Estudos Avançados, v. 20, n. 57, p. 41–54, 2006.

MARTES, Ana Cristina Braga. **A imigração e seus paradoxos: capital social, empreendedorismo e mobilidade social**. São Paulo: Ed. FGV, 2011.

MASSEY, Douglas S. et al. ***Theories of international migration: a review and appraisal***. *Population and Development Review*, v.19, n.3. 1993. p.431-466.

MENDES, Luciano; ROLITA CAVEDON, Neusa **As Culturas Organizacionais Territorializadas**. Revista de Ciências da Administração, vol. 15, núm. 35, 2013, p. 108-123. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273528929009. Acesso em: 15. maio de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MINAS GERAIS, 2024. **Observatório de Segurança Pública** – Sejusp-MG - Disponível em: https://www.seguranca.mg.gov.br/index.php/transparencia/dados-abertos. Acesso em: 16 de abril de 2025.

MINISTÉRIO DO TRANSPORTE. **Frota de veículos, por tipo e com placa, segundo os Municípios da Federação.** 2010. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/frota-de-veiculos-2010. Acesso em: 5 de fev. 2025.

MINISTÉRIO DO TRANSPORTE. **Frota de veículos, por tipo e com placa, segundo os Municípios da Federação**. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/frota-de-veiculos-2022. Acesso em: 5 de fev. 2025.

MONTAGNER, Paula. **Rotatividade no mercado de trabalho brasileiro. In: Revista Observatório do Trabalho Brasileiro**. Nº 1. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Junho/copy_of_REVISTA_DIEEESE_2024_final10_5_alta.pdf. Acesso em 20 de março de 2025.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de. **Cidade, território e urbanização extensiva no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

MORGAN. Gareth, **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 2002.

NICOLI, S. SANTOS, M. A. SIQUEIRA, S. **Imigração e emigração: territorializando e reterritorializando**. IN: XI Encontro Nacional sobre Migrações, realizado no Museu da Imigração do Estado de São Paulo, em São Paulo, SP, entre os dias 9 e 10 de outubro de 2019.

NOLASCO, Carlos. **Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias**. Oficina do CES, n. 434, 2016. Disponível em: <https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/14615_Oficina_434.pdf>. Acesso em: 5 de jan. 2025.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reestruturação do trabalho docente**. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Fabrício de Souza. **Expansão do ensino superior no interior e mobilidade estudantil no Brasil: dinâmicas e implicações regionais.** Revista Brasileira de Educação, v. 24, e240026, 2019.

OLIVEIRA, Ricardo Alexandre de. **Juventude, território e migrações no interior mineiro.** Diamantina: Ed. UFVJM, 2019.

PAIM, Jairnilson Silva. ***O que é SUS*.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

PASTERNAK, S.; BÓGUS, L. M. M.. **Habitação de aluguel no Brasil e em São Paulo**. Caderno CRH, v. 27, n. 71, p. 235–254, jun. 2014.

PEREIRA, E. A. **Retenção e rotatividade docente nas redes municipais de educação básica no Brasil.** Revista Educação em Análise, Taubaté, v. 29, n. 67, p. 1-21, 2018.

PEREIRA, D. de C., & CARRIERI, A. de P. **Movimentos de desterritorialização e reterritorilização na transformação das organizações**. RAE Eletrônica, 4(1), 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/raeel/a/fvVDz8fJHHZ8Sjtwsr9Nqpw/?lang=pt#. Acesso em: 16. maio de 2024.

PERES, M. F. T.; NERY, M. B. **Jovens e violência: homicídios e desigualdades sociais no Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n. 12, p. 4713-4724, 2014.

PINHO. Dani. **"Princesa do Vale".** YouTube, 8 de jun. de 2024. 2:36. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QyPiCLAnhfY. Acesso em: 27 de abril de 2025.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2000-10**. Disponível em: Acesso em:

PRATA. J. G. L. **Remessas de Migrantes e o Desenvolvimento: o caso de Governador Valadares.** Trabalho de Conclusão de Curso. Governador Valadares: Curso de pós-graduação euro-brasileiro de Gestão do Território e do Patrimônio Cultural - UNIVALE, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES. **História da Cidade.** Disponível em: https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia-da-cidade/12094. Acesso em: 04 de junho de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES. **Plano municipal de saneamento básico.** Governador Valadares: PMGV, 2015. Disponível em:

https://www.valadares.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Diagnostico_caracterizacao_geral_do_municipio?cdLocal=2&arquivo=%7B64DC8181-E112-B640-6A1B-ACE07ED43A42%7D.pdf Acesso em 18 jan. 2025.

POCHMANN, Márcio. **Estado de bem-estar social no Brasil: desafios à reprodução social dos trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIGOTTI, J. I. **A (re)distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização**. In: 32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2008, Caxambu. Anais... Caxambu: Anpocs, 2008.

RODRIGUES, J. V. **Trabalho sob demanda e uso de motocicletas no Brasil: impactos da pandemia na dinâmica urbana**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 23, 2021.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SACK, Robert David. **Territorialidade humana: sua teoria e história**. Londres: Universidade Cambridge, 1986.

SALES, Teresa. **O Brasil no contexto das novas migrações internacionais**. IN: Travessia – Revista do migrante, São Paulo, n. 65, p. 5-8. 1995.

SANTOS. Luísa Silva. **INFRAESTRUTURA ESTADUAL DE DADOS ESPACIAIS.** Municípios da Região Geográfica Imediata e intermediária de Governador Valadares. Belo Horizonte, 2025. 2 mapas, 16 x 11,32.

SANTOS, Mauro Augusto dos. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias** / Mauro Augusto dos Santos; Alisson Flávio Barbieri; José Alberto Magno de Carvalho; Carla Jorge Machado. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SANTOS. Milton. ***De la totalidad al lugar***. Barcelona: Oikos-Tau, 1996.

SANTOS, Mílton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS. Wagner F. **O território do crime em Governador Valadares: diagnóstico e perspectivas.** Dissertação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, da Universidade do Vale do Rio Doce (UNIVALE). Governador Valadares, 2012.

SAQUET, M. A. (2012). **Abordagens e concepções de território e territorialidade.** Revista Geográfica De América Central, 2(47E). Disponível em:

https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/1795 Acesso em: 16 maio. 2024.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, RCM da. Violência, **Vulnerabilidade e Exclusão Socioespacial: uma revisão conceitual**. Revista INTERFACES 13, 66-79, 2010. 2, 2010.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SIQUEIRA, Sueli. **A crise econômica nos EUA e o retorno à terra natal**. In: *Latin American Studies Association.* Rio de Janeiro. 2009a.

SIQUEIRA, Sueli. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno: Brasil/Estados Unidos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009b.

SIQUEIRA, Sueli; ASSIS, G. O.; CAMPOS, Emerson César. **As redes sociais e a configuração do primeiro fluxo emigratório brasileiro. Análise comparativa entre Governador Valadares e Criciúma**. In: ABREU, Jean Luis Neves; ESPINDOLA, Haruf Salmen. (Org.). Território Sociedade e Modernidade. 1ª ed. Governador Valadares: Editora UNIVALE, 2010, p. 197-240.

SIQUEIRA, Sueli; SANTOS, Mauro Augusto. **Crise econômica e retorno dos emigrantes da microrregião de Governador Valadares**. TRAVESSIA - Revista do migrante, [S. l.], n. 70, p. 27–48, 2012. DOI: 10.48213/travessia.i70.254. Disponível em: https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/254. Acesso em: 23 nov. 2024.

SIQUEIRA, Sueli. **História das migrações da Região de Governador Valadares-MG para os Estados Unidos**. In: BÓGUS, Lúcia e BAENINGER, Rosana. A nova face da emigração internacional no Brasil. São Paulo: Educ, 2017.

SOARES, C. S. A.; FONSECA, C. L. R.; NASCIMENTO, J. G. S. et al. **Atração e retenção de profissionais de saúde na Estratégia Saúde da Família: uma revisão bibliográfica.** *Periódico Interdisciplinar*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 8-26, fev./jun. 2020.

SOARES, L. E. **Violência e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P.. **Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb.** Educação & Sociedade, v. 34, n. 124, p. 903–923, jul. 2013a.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia. **IDEB: limites e possibilidades de avaliação da qualidade da educação básica**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 34, n. 124, p. 1153–1178, 2013b.

SOARES JUNIOR, A. Q. SANTOS, M. A. (2018). **A territorialidade e o território na obra de Robert David Sack**. GEOGRAFIA (Londrina), 27(1), 7–25. Disponível em: https://doi.org/10.5433/2447-1747.2018v27n1p7. Acesso em: 16 maio de 2024.

SOARES. Weber. **Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

SOUZA, C. R.; NATAL, J. A. **Saúde como fator de desenvolvimento regional: uma análise da oferta de serviços e seus efeitos demográficos**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 3, p. 432–450, 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

VALE, A. L. F.; SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. dos. **O Território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração**. Revista Faz Ciência, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 11, 2000. DOI: 10.48075/rfc.v7i1.7380. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7380. Acesso em: 16 maio. 2024.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Transporte, espaço e equidade: a política pública em questão**. São Paulo: Annablume, 2013.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte e mobilidade urbana: desafios e propostas**. São Paulo: Annablume, 2019.

VASCONCELOS, Ivan Bretas. **A comunicação interna na consolidação do campus avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora em Governador Valadares (MG).** Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6591. Acesso em 27. jan. 25.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Cidade, vulnerabilidade e território.** Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais, n. 7, 2010.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: os jovens do Brasil.** Rio de Janeiro: CEBELA; FLACSO, 2012.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: mortes matadas por armas de fogo**. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

WANDERLEY, L. J., Mansur, M. S., Milanez, B., & Pinto, R. G. (2016). **Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socio ambientais**. Ciência e Cultura, 68(3), 30-35.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). ***Preventing suicide: a global imperative***. Geneva: WHO, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). ***Social determinants of health: the solid facts.*** 3. ed. Geneva: World Health Organization, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). ***Suicide worldwide in 2019: global health estimates***. Geneva: WHO Press, 2021.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.